

2013



ENEGRECER

COLETIVO NACIONAL DE
JUVENTUDE NEGRA

ESCOLA DE QUADROS



ENEGRECER

COLETIVO NACIONAL DE
JUVENTUDE NEGRA

ESCOLA DE QUADROS

Expediente

ENEGRECER

COLETIVO
NACIONAL DE
JUVENTUDE NEGRA

Publicação **Cadernos Enegrecer**

Clédisson Júnior
Organização

Coordenação Nacional
Realização

HPDesign • cesarphp@gmail.com
Projeto Gráfico e Diagramação

Endereço

Rua dos Tupinambás 953 - Centro
CEP 30120-070 - Belo Horizonte - MG
Tel./Fax + 55 31 2552-9297

www.enegrecer.blogspot.com

Correio Eletrônico enegrecer@enegrecer.org.br

Facebook www.facebook.com/Enegrecer

ORGANIZAÇÃO



APOIO



06 APRESENTAÇÃO

09 A COR DO PRIVILÉGIO | Eduardo Guilherme de Carvalho Mota

12 O MATERIALISMO DIALÉTICO | Ernest Mandel

12 1 O Movimento Universal

13 2 A Dialética, lógica do movimento

15 3 Dialética e Lógica Formal

16 4 O movimento, função da contradição

19 5 Alguns problemas suplementares da dialética do conhecimento

21 6 O movimento, função da totalidade - o abstrato e o concreto

23 7 Teoria e prática

24 Bibliografia

25 ACTUALIDADE DA TEORIA LENINISTA DA ORGANIZAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA | Ernest Mandel

45 ANÁLISE DE CONJUNTURA: TEORIA E MÉTODO | José Eustáquio Diniz Alves

45 Introdução

50 Conjuntura versus Estrutura

61 Conclusões

64 MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA | Maria Clarissa Ribeiro Guimarães

64 Organização política nos marcos da luta de classes

68 Movimentos sociais: situando a problemática

74 Referências

77 REFLEXÃO SOBRE O RACISMO | Clovis Moura

81 O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: A ACUMULAÇÃO PARA A METRÓPOLE E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NEGROS | Espaço Socialista

84 As palavras como reprodução do preconceito

86 CONTRAPOSIÇÕES, INICIATIVAS E QUEBRA DA REPRODUÇÃO DE CONCEITOS RACISTAS | Herlom Miguel e Diego Lustosa

90 A LUTA PELA HEGEMONIA: UMA PERSPECTIVA NEGRA | Valdisio Fernandes

92 Uma perspectiva Negra

94 Referências

95 POR QUE O FEMINISMO TEM QUE SER ANTIRRACISTA | Liliane Oliveira

98 RACISMO E CULTURA | Frantz Fanon

103 A POLITICA DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA | Voz Operária

103 I Importância da Propaganda

103 II A força das nossas idéias

104 III Conteúdo e objetivo da propaganda

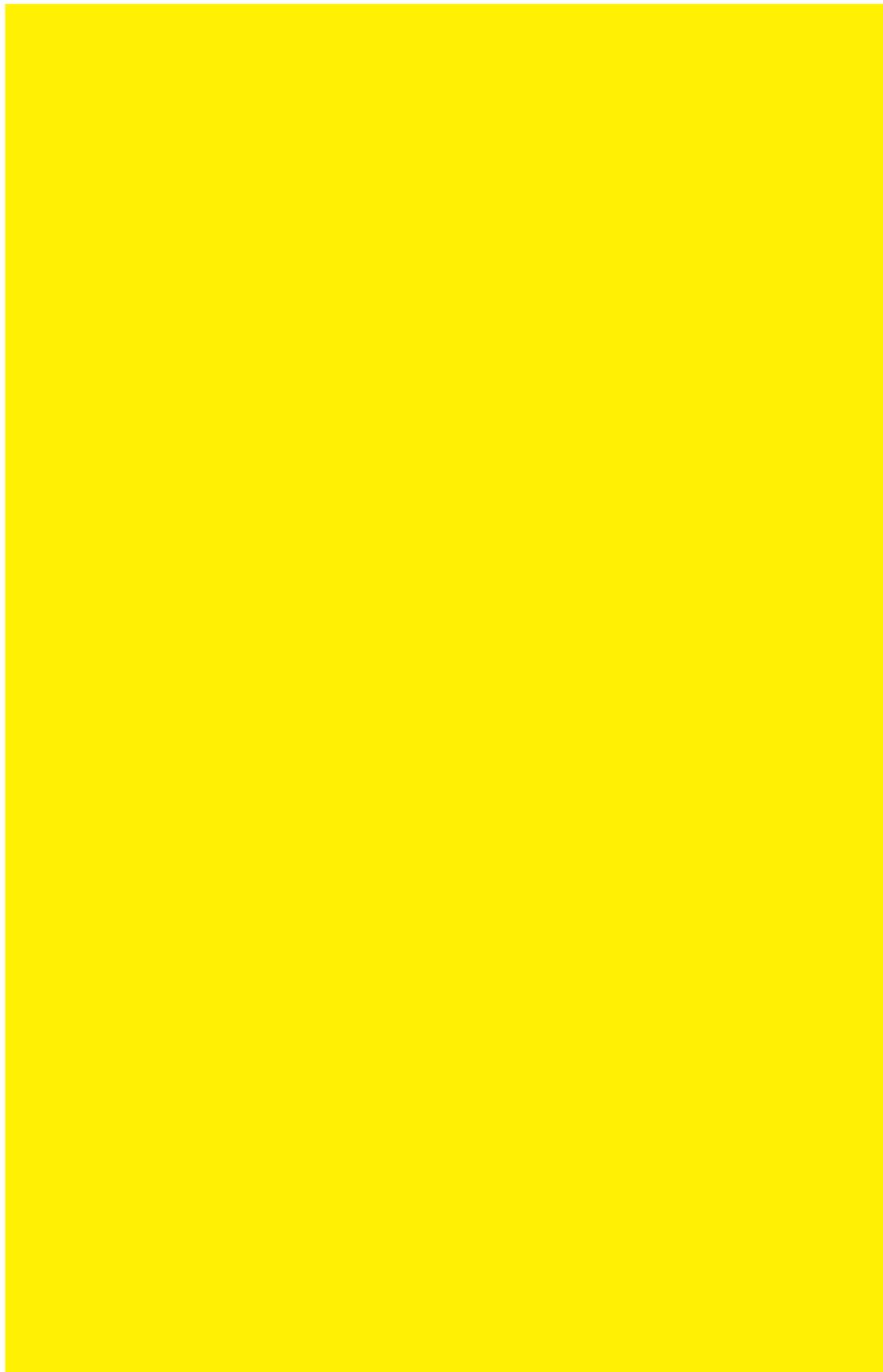
105 IV Propaganda de linha política

107 ANEXOS

107 ENTREVISTA COM LÉLIA GONZALEZ: “NEGRA/O TEM QUE TER NOME E SOBRENOME”

114 CARTA DE PRINCÍPIOS DO COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA - ENEGRECER

APRESENTAÇÃO



Entre os dias 6 a 8 de setembro de 2013, a cidade de Salvador – BA receberá a **Escola de Quadros do Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer**. A escolha da cidade se dá entre outras razões pelo fato de Salvador ser entre as metrópole brasileiras a mais significativa na histórica luta do povo negro e afrodescendente contra o racismo e a opressão de classe em nosso país.

Salvador também foi palco do encontro de militantes negros e negras da Kizomba, corrente política do movimento estudantil brasileiro que no ano de 2007 aprovou resolução que encaminhou a construção de uma organização de jovens negros que objetivava se incorporar as agendas de lutas gerais do movimento negro brasileiro, ampliando nosso campo de atuação para além do movimento estudantil.

De lá pra cá, nosso crescimento e consolidação se deu de forma concatenada a nossa atuação militante frente às diferentes conjunturas que nos propusemos a incidir. Ampliamos o número de militantes assim como o número de estados onde hoje possuímos um trabalho organizado.

Neste período estabelecemos diálogos e alianças com diferentes organizações e segmentos do movimento social brasileiro visando à constituição de um bloco de forças populares que atuasse de forma decisiva no fortalecimento da correlação de força no interior da nossa sociedade. Com estes/estas companheiros/as muito aprendemos e desenvolvemos um rico processo de intercâmbio, permitindo que hoje figurássemos entre as principais organizações de juventude com recorte étnico racial no Brasil.

O fortalecimento da nossa dinâmica organizativa passa pelo nosso empenho em desenvolvermos um exercício periódico de autoeducação e a construção de instrumentos pedagógicos que nos permitam a vivência da hegemonia.

A hegemonia, não se apresenta como uma idéia nova, mas como o lugar do desenvolvimento político-pedagógico do sujeito. Mais, nesse conceito, o coletivo é um sujeito permanente. O sujeito coletivo é capaz de autoeducar as massas, essas, politicamente elevam esse sujeito coletivo, que poderíamos extrapolar o seu alcance e chamar de classe para si.

Ao pensarmos o lugar da hegemonia na formação do sujeito e na apropriação dos instrumentais de leitura concreta da realidade e de potenciais políticos por parte da classe trabalhadora e das massas, nos remetemos a uma importante indagação:

“Porque uma escola de quadros?”

O fomento das condições subjetivas com vistas a um período de transição para o socialismo requer empenho e compromisso na formação de quadros que dominem o instrumento de análise frente à situação concreta de cada período histórico, definindo assim um leque de opções táticas que melhor acumule para esta transição.

A formação de quadros comprometidos com as forças de emancipação da classe trabalhadora e de todo o povo visam promover uma elevação na qualidade destes militantes que desenvolverão ações a partir da conjuntura, potencializando assim os possíveis ganhos estratégicos para a luta do povo.

O Coletivo Nacional de Juventude Negra - Enegrecer reconhece e compreende as conquistas que a sociedade brasileira vem acumulando no último período, no que diz respeito a alteração na correlação de força dos setores que tem origem no trabalho, contudo este mesmo cenário nos apresenta uma realidade desfavorável para as potencialidades da juventude negra.

Vivemos hoje um dos mais duros períodos de acirramento que deságuam na barbárie que são as centenas de mortes cotidianas que vitimizam nossos jovens e que tem nas forças de segurança do Estado nosso principal algoz.

Para lidar com esta conjuntura e com o forte reagrupamento das forças conservadoras, racistas machistas e homofóbicas de nossa sociedade, é que cada vez mais se faz necessária a formação de uma nova geração de militantes, que possam atuar diretamente junto ao povo, unindo teoria e prática revolucionária, na busca de soluções para as mazelas do povo negro em prol de nossa autonomia e completa emancipação.

Grupo de Trabalho Nacional - Enegrecer

A COR DO PRIVILÉGIO

Eduardo Guilherme de Carvalho Mota

Falando de modo grosseiro, luta de classes é o embate travado entre empregados e patrões. Os primeiros tentam se libertar da exploração econômica e os últimos tentam mantê-la, pois dela advém o seu lucro. Entre ambos temos a classe média tentando equilibrar-se entre seu pouco dinheiro e seu horror aos pobres.

Nos tempos em que o espectro do comunismo rondava mais de perto o Brasil muitos dos meus amigos viviam em estado de terror, pois a propaganda oficial dizia que, nesse horroroso sistema, quem porventura fosse dono de duas casas teria de doar uma, quem tinha dois carros, teria que se desfazer de um, e assim por diante. Mas o medo dos meus amigos sempre me pareceu bastante infundado, já que todos eles moravam em barracos apertados na beira do córrego.

O medo deles e das outras pessoas era, na verdade, apenas uma reprodução do discurso das elites nacionais. Discurso esse estrategicamente plantado para manter o domínio de uma classe sobre a outra – já que o maior medo das elites sempre foi, justamente, a emancipação financeira dos pobres. Pobres libertos significa ricos encarcerados. E como no Brasil, via de regra, ser negro é ser pobre, a luta de classe se revelará também como luta de raças. Assim, o racismo seria também uma faceta da luta de classes.

Nesse viés, temos, de um lado, as pessoas socialmente brancas (a elite de pele clara e cabelos claros ou tingidos à força) colhendo os frutos de séculos de escravidão e racismo, com maior poder aquisitivo, mais anos de estudos, maior expectativa de vida, etc; e de outro temos o povo negro (composto por pretos e pardos), inversamente, com renda inferior à dos brancos, menos escolaridade, etc.

Se o maior medo subjetivo da pessoa negra é o retorno aos tempos malditos da escravidão. O maior medo da pessoa branca é o de um dia assumir o papel daquele que foi escravizado.

Além disso, pessoas socialmente brancas acreditam, de certa forma, que perder os privilégios trazidos pelo racismo equivale a ser aprisionado. Isto é, sabem que a libertação dos negros está intimamente ligada

à sua prisão. Por que não viveriam sem os privilégios estabelecidos. Não é de graça sua posição reacionária diante da discussão antirracista e de políticas afirmativas como as cotas, por exemplo.

A igualdade racial tende, por exemplo, a tirar dos brancos o título de beleza padrão, diminuir seu acesso ao ensino superior e aos papéis socialmente valorizados. Busca-se, de todas as formas, manter as coisas como estão, pois o despertar massivo da negritude geraria conflitos.

As mesmas pessoas que compreendem o embate iminente proveniente da tomada de consciência do povo negro, fingem desconhecer o fato de que já existe um conflito posto onde negros e negras são sistematicamente vitimados.

Assim, o povo branco tende a demonstrar desprezo diante das dores causadas pelo racismo, tendem a se incomodar mais quando encontram um negro em posição de poder do que quando o vê na lama. Usam o desprezo como arma do racismo...

Se os brancos brasileiros não criaram a KKK tupiniquim, seu desprezo diante dos problemas do racismo impediu, por exemplo, que o cinema nacional, a música e a literatura se ocupassem da problemática do racismo, como acertadamente fizeram os Judeus ao financiarem os filmes antinazistas e, por isso, criaram um sentimento universal de repúdio ao nazismo que alimenta a vergonha da Alemanha diante do fato de ter protagonizado esse momento histórico.

Essas coisas fazem com que nos indignemos mais com os terrores do nazi-facismo do que com os da escravidão. Assim como nos incomodamos mais com a ditadura de 64/85 que deixou desamparadas cerca de 1000 famílias, do que com a ditadura atual a “democracia militar”, que desampara três a cada quatro famílias negras.

Além disso, as pessoas socialmente brancas não sentem uma só gota de vergonha pelo fato de o Brasil ter sido o último país no mundo a abolir a escravidão, nem de ter proibido os ex-escravos de comprarem suas próprias terras ou de terem acreditado durante muito tempo que no Brasil não havia racismo.

Então, não é que não percebam nada disso. A verdade é que toda vez que ouvem falar de racismo, é como se um velho fantasma lhes olhasse através do espelho, reprovando suas atitudes e ameaçando-os de vingança. Sentem um desconforto e só conseguem pensar em escapar das acusações, da perda de privilégios ilegítimos e da desvalorização social.

Em suma, morrem de medo da possibilidade de ocuparem o lugar mais terrível do capitalismo que, no Brasil, historicamente tem sido empurrado ao povo negro.

Vale lembrar: nem todas as pessoas socialmente brancas são racistas - o que é ótimo -, mas ainda assim, colhem os privilégios advindos de uma sociedade pautada no preconceito baseado na cor da pele.

E os meus amigos, aqueles que temiam o espectro do comunismo, hoje em dia temem despertar o “fantasma dos conflitos raciais”. Nem percebem que já fazem parte dele, são as vítimas. Dormem tranquilamente, abraçados ao seu medo.

O MATERIALISMO DIALÉTICO

Ernest Mandel

1 O MOVIMENTO UNIVERSAL

Da sociedade primitiva sem classes, a humanidade passou a sociedade dividida em classes; esta da lugar a sociedade socialista sem classes do futuro. Os modos de produção sucedem-se. Inclusive antes de desaparecerem, estão submetidos a constantes mudanças. A classe dominante de hoje é muito diferente da classe proprietária de escravos que dominava o Império romano. O proletariado contemporâneo é por sua vez diferente do servo medieval. Entre um pequeno fabricante do início do século XIX, e o senhor Rockefeller o chefe do truste Rhône-Poulenc de hoje, há todo um mundo de diferenças. Tudo muda, tudo está em perpetuo movimento.

Este movimento universal podemos encontra-lo em todos os níveis da realidade, e não somente na história das sociedades humanas. Os indivíduos mudam, submetidos a um destino inexorável. Nascem, crescem, tornam-se adultos, depois começam a envelhecer e finalmente morrem. Este destino atinge tanto as espécies vivas como os indivíduos. A espécie humana não existiu sempre. Espécies que povoaram outrora nosso planeta como os répteis gigantes da época terciária, desapareceram. Outras espécies de animais e vegetais desaparecem atualmente diante de nossos olhos, em parte resultado de perturbações anárquicas que o modo de produção capitalista tem provocado na ecologia terrestre.

Nosso planeta, por sua vez, não tem vida eterna e não existiu sempre. A segunda lei da termodinâmica, a lei sobre a perda de energia, condena-o inexoravelmente a desaparecer um dia. Nasceu de uma constelação interplanetária que não é nada mais que uma das inumeráveis constelações análogas do universo.

O movimento, a evolução universal, governa toda existência. Esta é material. E a base da matéria são os átomos que por sua vez são compostos por partículas ainda mais pequenas. A combinação de átomos constituem as moléculas, que formam entre elas os diferentes elementos básicos da crosta terrestre e da atmosfera. O oxigênio e o hidrogênio,

em uma combinação determinada – H₂O - constituem a água. Outras moléculas formam as bases sobre as quais se estabelecem a formação dos metais, os ácidos, as bases.

A evolução da matéria inorgânica deu lugar, deste modo, ao nascimento da matéria orgânica, quando se deram as condições determinadas. Os aminoácidos formam as proteínas. Isto desencadeou a evolução das espécies vivas, vegetais e animais. No curso desta evolução nascem os seres vivos superiores, os mamíferos, dos que fazem parte, os símios, de onde nasceria a espécie humana.

2 A DIALÉTICA, LÓGICA DO MOVIMENTO

Posto que o movimento universal caracteriza toda a existência, pode-se dizer que existem traços comuns entre o movimento da matéria (da natureza), o movimento da sociedade humana, e o movimento de nossos conhecimentos (da ciência, do espírito humano). Assim sendo, a dialética de Marx e Engels pretende reunir estes traços comuns do movimento universal.

A dialética, a lógica do movimento, se manifesta em três níveis:

- A dialética da natureza, dialética completamente objetiva, ou seja, independente de projetos, das intenções ou das motivações do homem e que não afeta diretamente a história dos homens. Isto não exclui que com o desenvolvimento das forças produtivas, a humanidade possa utilizar leis da natureza para remodelar seu meio natural.
- A dialética da história, dialética amplamente objetiva em princípio, mas que contem uma mudança revolucionária segundo a execução de um projeto preestabelecido, embora a elaboração e realização deste projeto está ligada a condições materiais, objetivas, preexistentes, independentes da vontade dos homens;
- A dialética do conhecimento (do pensamento humano) que é a dialética objeto sujeito por excelência, uma interação constante entre os objetos a conhecer (os objetos de cada uma das ciências) e a ação dos sujeitos que tratam de conhece-los, e que estão condicionados por

sua situação social, os meios de investigação herdados e a transformação destes meios pela ação social cotidiana, etc.

Na medida que o descobrimento da dialética objetiva é ela própria uma fase na história do conhecimento e do pensamento humano (a dialética, tal qual concebemos hoje, foi elaborada por filósofos gregos como Heráclito, posteriormente retomada por Spinoza e aperfeiçoada por Hegel) poder-se-ia cair na tentação de referir toda dialética à dialética objeto-sujeito. Isso seria um erro. É claro que tudo que sabemos, compreendido o que concerne à dialética da natureza, sabemos por intermédio de nosso cérebro e de nossas idéias, de nossa práxis social, determinada por nossas condições de existência social. Este fato evidente, entretanto, não impede que possamos saber – e verificar e ver confirmado por múltiplas provas práticas – que a vida é mais velha que o pensamento humano; que o universo é mais velho que a terra; que todo este movimento é independente da ação e da existência do homem; que o mesmo pensamento humano é produto deste movimento. É este o sentido preciso que tem a noção: “dialética materialista objetiva”.

Ou melhor, na medida em que nossos conhecimentos se aperfeiçoam e tornam-se cada vez mais científicos, na medida em que se aproximam da realidade (uma identidade total do conhecimento e da realidade é impossível, já que a última encontra-se em contínua mudança) seu passo seguirá cada vez mais o movimento contínuo da matéria. A dialética do nosso pensamento científico, a dialética materialista, pode apreender o real justamente porque o seu próprio movimento corresponde cada vez mais ao movimento da matéria, graças à prática social que expressa uma dominação crescente das forças da natureza, uma vez que as leis do conhecimento e do aprendizado espiritual do real correspondem cada vez mais às leis que governam o movimento universal da realidade objetiva.

É necessário explicitar uma diferença importante entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento das ciências sociais (dos conhecimentos que se referem a tudo que tem a vida social como objeto de investigação, compreendendo neles nosso conhecimento sobre as origens e a dialética do desenvolvimento de todas as ciências, incluídas as ciências naturais). O desenvolvimento das ciências naturais está também determinado social e historicamente.

Os homens, incluindo os gênios mais intrépidos, não podem considerar

e resolver nada mais que um certo número de problemas científicos em cada época. São condicionados pelas idéias e educação recebidas. Os novos problemas nascem neste contexto, relacionados às transformações materiais, especialmente as do trabalho, dos instrumentos de trabalho, dos instrumentos de investigação científica, etc. Mas trata-se de uma determinação indireta, não mediatizada de modo imediato por interesses materiais de classe. Não pode-se contrastar teorias científicas que assentem sobre provas experimentais referindo-se à origem social ou posições políticas dos sábios que as formularam. Não é possível contrastá-las senão em relação a outras teorias científicas experimentalmente comprovadas e que melhor se aproximam a uma realidade complexa.

É diferente o que ocorre com as ciências sociais. Estas tocam de muito mais perto a organização e estrutura da sociedade de classes. O peso das idéias recebidas e herdadas é tanto maior quando estas não são mais do que expressão, no plano ideológico, de interesses, seja da conservação social, seja da revolução social, interesses que se referem, em definitivo, a posições de classes antagônicas.

Sem querer transformar os filósofos, os historiadores, os economistas, os sociólogos, os antropólogos, em “agentes” deliberados desta ou daquela classe social, empenhados em uma “conspiração” seja para defender a ordem estabelecida ou para “organizar a subversão”, é evidente que a determinação social do desenvolvimento das ciências sociais é muito mais direta e imediata que o das ciências naturais. No mais, o objeto das ciências sociais, pela força das coisas, está imediatamente determinado pela estrutura e pela história das sociedades a que se referem os fatos, o que não sucede com as ciências naturais.

3 DIALÉTICA E LÓGICA FORMAL

A dialética, a lógica do movimento, se distingue da lógica formal ou a lógica estática. A lógica formal assenta em três leis fundamentais:

- a** A lei da identidade: “A” é igual a “A”; uma coisa permanece igual a si mesma.
- b** Lei da contradição: “A” é diferente de “não-A”; “A” não pode ser igual a “não-A”.

C Lei do terceiro excluído: ou “A” ou “não-A”; nada pode ser nem “A” e nem “não-A”.

Um momento de reflexão permite concluir que o que caracteriza a lógica formal é o intento de deter o movimento, a mudança. Todas as leis que acabamos de enumerar são verdadeiras, desde que se faça abstração do movimento. “A” permanece igual a si mesmo e portanto não muda. “A” é diferente de “não-A” e portanto não se transforma em seu contrário. Existe ou “A” ou “não-A”, portanto não tem um movimento que combina “A” com “não-A”, etc. Ante fatos como a transformação da lagarta em borboleta e do adolescente em adulto, a lei da identidade revela-se insuficiente.

O fato de fazer uma abstração do movimento, da transformação, das mudanças é útil dependendo do ponto de vista. Primeiro para poder estudar os fenômenos de maneira isolada e contínua, o que permite sem dúvida alguma aprofundar no estudo deste fenômeno. Depois, do ponto de vista prático, quando as mudanças que se produzem são de natureza infinitesimal e podem ser desconsideradas.

Se compro 1 kilo de açúcar empacotado em um supermercado, a igualdade estabelecida pela balança, um kilo de açúcar = um kilo, é válida para mim, tendo em conta o fim prático da compra. Porém, para poder adoçar o meu café, pouco importa se o peso real de tal pacote é de 1 kilo ou 999 gramas. Diferenças deste tipo podem ser desconsideradas do ponto de vista prático.

Por isso, a lógica formal continua válida tanto na teoria quanto na prática. Por isso, a dialética materialista não recusa a lógica formal, senão que a integra, a considera como instrumento de análise e conhecimento válido – mas validade em condições que seus limites sejam estabelecidos: é inaplicável a fenômenos de movimento e processos de mudança. Na presença de tais fenômenos, o recurso são as categorias da dialética, a lógica do movimento, categorias diferentes das que a lógica formal, nos coloca.

4 O MOVIMENTO, FUNÇÃO DA CONTRADIÇÃO

O movimento é, por sua natureza, uma passagem, uma ultrapassagem. A partir de um ponto de vista estático, um objeto não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo (mesmo sendo um movimento

infinitamente curto). Partindo de um ponto de vista dinâmico, o movimento de um objeto é precisamente seu passo de um ponto a outro.

A dialética estuda as leis do movimento e as formas que adota. Examinaremos abaixo dois aspectos: o movimento, função da contradição; o movimento, função da totalidade.

Todo movimento é sempre causado. A causalidade é uma das categorias fundamentais da dialética, como é em qualquer ciência. Negar a causalidade é, em definitivo, negar a possibilidade do conhecimento.

A causa última de todo movimento, de toda mudança são as contradições internas do objeto que muda. Todo objeto, todo fenômeno, muda, modifica-se, transforma-se sob o efeito de suas contradições internas, e das contradições que surgem com suas relações com outros fenômenos (contradições) do sistema de objetos. Neste sentido chamamos com frequência, e a justo título, a dialética de ciência das contradições. Lógica do movimento e lógica das contradições são definições praticamente idênticas de dialética.

Na análise de qualquer objeto, de qualquer fenômeno ou de qualquer conjunto de fenômenos deve permitir, em consequência, determinar quais são os elementos que constituem a contradição, a dinâmica desencadeada por estas contradições.

Assim nós temos indicado até que ponto a luta de classes resultante da existência de classes antagônicas, governa o movimento da história das sociedades divididas em classes. De um modo mais amplo, englobando de uma vez a sociedade primitiva sem classes, a sociedade dividida em classes e a sociedade socialista futura, podemos dizer que as contradições entre o nível alcançado, em certas épocas, pelo desenvolvimento das forças produtivas (o nível de dominação do homem sobre a natureza) e as relações de produção nascidas, em última análise, de níveis de desenvolvimento anterior a estas mesmas forças produtivas, governa toda evolução da humanidade.

Simplificando, e esquematizando de maneira excessiva, podemos indicar as seguintes leis do movimento, ou as formas principais que adota, e que proporcionam categorias fundamentais da lógica dialética, ou a lógica do movimento:

a A unidade, a interpenetração e luta de contrários: Fala-se sobre movimento, sobre contradição. Por contradição entende-se a coexis-

tência de elementos opostos uns com os outros, que leva a coexistência e luta entre estes elementos. Com homogeneidade integral, na ausência total de elementos que se oponham uns aos outros, não há contradição, não há movimento, não há vida, não há existência. A existência é constituída pela unidade, interpenetração e luta de contrários, em outras palavras, pelo movimento. A existência destes elementos contraditórios incluído sua coexistência em uma totalidade estruturada. Neste conjunto cada um destes elementos tem seu lugar, e a luta entre estes elementos tenta romper este conjunto. O capitalismo não é possível sem a existência simultânea entre capital e trabalho assalariado, da burguesia e do proletariado. Uma coisa não pode existir sem a outra. Mas isto não significa em absoluto que uma coisa não possa rechaçar a outra, e que o proletariado não trate de suprimir o capital e o regime salarial, tentando superar o capitalismo.

b Mudanças quantitativas e mudanças qualitativas: O movimento toma a forma de mudanças mantendo as estruturas (a qualidade) dos fenômenos. Neste caso dizemos que as mudanças qualitativas são pequenas. A partir de um determinado “limite”, a mudança quantitativa se transforma em mudança qualitativa. Neste “limite” a mudança além de ser gradual, se efetua por um “salto”, uma nova qualidade aparece. Uma pequena vila pode transformar-se gradualmente em uma grande cidade, ou em um povoado, ou ainda em uma pequena cidade. Mas entre um povoado em uma vila não existe apenas diferenças de qualidade (população, espaço construído etc...). Existe também diferenças de qualidade. A atividade profissional da maioria dos habitantes se modificou. No lugar de agricultores são operários e empregados que prevalecem. Nasceu um novo meio social, com novos problemas sociais que não existiam em absoluto no povoado; por exemplo, os transportes comunitários. Aparecem novas classes sociais, com novas contradições entre elas.

c Negação da negação e superação: Todo movimento tende a produzir a negação de alguns de seus fenômenos, a transformar os objetos em seu contrário. A vida produz a morte. O calor não se compreende senão em função do frio. A sociedade sem classes produz a sociedade

dividida em classes, que por sua vez produz uma nova sociedade sem classes. Mas é necessário distinguir a negação pura e a negação da negação, ou seja, a superação da contradição há um nível superior, que implica por sua vez em uma negação, uma conservação e uma elevação a um nível superior.

A sociedade primitiva sem classes tinha um alto nível de coesão interna, precisamente em função de sua pobreza, de sua subordinação quase total as forças da natureza que consistia em sua contradição.

Na sociedade socialista futura, esta negação será superada. Uma forma ainda mais elevada de domínio do homem sobre a natureza se combinará com uma forma igualmente elevada de coesão social e de cooperação, graças a então existência de uma sociedade sem classes.

5 ALGUNS PROBLEMAS SUPLEMENTARES DA DIALÉTICA DO CONHECIMENTO

a **Conteúdo e forma:** Todo movimento toma forçosamente formas sucessivas as quais podem variar segundo um grande número de circunstâncias. Não pode desfazer-se automaticamente de qualquer maneira que tenha sido previamente adotada. Esta resistência deve romper-se. A forma deve corresponder ao conteúdo, e corresponde até certo ponto. A sua natureza mais rígida opõe-se a toda a correspondência absoluta e permanente a um movimento que é oposto a tudo que é rígido. Um bom exemplo desta relação contraditória entre a forma e o conteúdo é o que oferece a dialética entre as relações de produção e as forças produtivas.

Para poderem desenvolver-se, as forças produtivas devem necessariamente inserir-se em certas formas de organização social humanas: as relações de produção escravagistas, feudais, capitalistas, etc. Desde logo, cada nova forma de organização do trabalho e da produção, superiores à forma anterior do ponto de vista da produtividade média do trabalho, estimula a expansão das forças produtivas. Mas, a partir de certo ponto, essa forma torna-se por sua vez um entrave a um progresso ulterior das forças produtivas. Deve, pois, ser destruída e substituída por um novo conjunto de relações de produção superio-

res, a fim de permitir um novo “salto a frente” do progresso material e intelectual da humanidade.

b Causas e efeitos: Todo movimento se apresenta como uma cadeia que se entrelaçam causas e efeitos. A primeira vista, estas interações parecem fechadas, definidas. A causa do regime salarial é a apropriação privada dos meios de produção por uma classe social. Mas esse monopólio mantém-se como um efeito do regime salarial. Uma vez que os salários não permitem a aquisição de meios de produção por parte dos operários. O regime salarial produz a mais valia, apropriada pelo capitalista, transformando em propriedade burguesa dos meios de produção suplementares. E assim continuamente. Para não nos perdermos, e caírmos em um ecletismo estéril, é necessário aplicarmos um método genérico, ou seja, buscar as origens do movimento em questão. Veremos deste modo, que o capital e a mais-valia são anteriores ao regime salarial, que nasceram fora da esfera de produção; que houve uma acumulação primitiva de capital, que rompe o círculo aparentemente fechado das causas e efeitos regime salarial – capital – regime salarial.

c O geral e o particular: Cada movimento, cada fenômeno possuem características próprias, particulares. Todavia apesar destas particularidades, não podemos compreendê-los ou explicá-los sem levar em conta um quadro mais amplo, mais geral. O capitalismo britânico do século XIX não é igual ao capitalismo britânico da segunda metade do século XX, nem ao capitalismo americano de hoje em dia. Cada um deles representa uma formação social particular, com uma inserção particular na economia mundial que tanto mudou neste espaço de um século. Porém, nem o capitalismo britânico da época victoriana, nem o capitalismo britânico decadente de hoje nem o capitalismo americano contemporâneo podem ser compreendidos fora das leis gerais do desenvolvimento que marcam capitalismo. A dialética do “geral” e do “particular” não se conforma em combinar análises do “geral” e o “particular”. Também se esforça em explicar o particular em função das leis gerais, em modificar as leis gerais em função de um certo número de fatores particulares.

d O relativo e o absoluto: Compreender o movimento, a mudança universal, é compreender a existência de uma infinidade de situações transitórias. “O movimento é a unidade da continuidade e da descontinuidade” (Hegel). Por isso, uma das características fundamentais da dialética é a compreensão da relatividade das coisas, é a recusa a erigir barreiras absolutas entre as categorias, é a investigação das mediações entre os elementos opostos. A evolução universal implica a existência de fenômenos híbridos, situações e casos de “transição” entre a vida e a morte, entre as espécies vegetais e animais, entre as aves e os mamíferos, entre os macacos e o homem – que tornam relativas as distinções entre estas categorias.

Contudo, a dialética tem sido muitas vezes utilizada de maneira subjetivista, como “arte de confundir” ou “arte defender paradoxos”. A diferença entre a dialética científica, instrumento de conhecimento real, e a dialética subjetivista ou sofisticada, consiste particularmente em que a relatividade dos fenômenos e das categorias se torna, por sua vez, qualquer coisa de absoluto para os sofistas. Esquecem estes (ou fingem esquecer) que a relatividade das categorias é apenas uma relatividade parcial e não uma relatividade absoluta, e que é preciso por sua vez, relativizar a relatividade. A diferença “absoluta” entre a vida e a morte é contestada pela existência de situações transitórias, diz a dialética científica. Tudo é relativo, logo a diferença entre a vida e a morte não passa de muito relativa quando não inexistente, prossegue o sofista. Não, replica o dialético: há qualquer coisa de absoluto e não somente de relativo na diferença entre vida e a morte. Do fato incontestável de haver múltiplas etapas intermediárias, não se pode tirar a absurda conclusão que consiste em negar que a morte permanece a negação da vida.

6 O MOVIMENTO, FUNÇÃO DA TOTALIDADE: O ABSTRATO E O CONCRETO

Vimos que todo o movimento é sempre função de contradições internas do fenômeno ou do conjunto de fenômenos considerados. Cada fenômeno – seja uma célula viva, um meio natural onde diversas espécies coabitem, uma sociedade humana, um sistema interplanetário ou

um átomo – comporta, no entanto, uma infinidade de aspectos, de componentes, de elementos constitutivos. Estes elementos não se aglomeram uns com os outros de maneira eventual e constatemente modificada. Formam conjuntos estruturados, uma totalidade construída seguindo uma lógica determinada. Assim, no seio da sociedade burguesa, as relações mútuas e antagônicas entre o Capital e o Trabalho, de modo nenhum são eventuais. São determinadas pela obrigação econômica em que se encontra o assalariado de vender a sua força de trabalho ao capitalista, detentor dos meios de produção e de subsistência, sob forma de mercadorias. Relações mútuas qualitativamente diferente daquelas, produziram outras sociedades fundadas sobre a exploração; mas não se tratava de sociedades capitalistas.

A dialética materialista deve pois abordar cada fenômeno, cada objeto de análise e de conhecimento, não apenas para disso determinar as contradições internas que determinam a sua evolução (as suas “leis de desenvolvimento”). Deve igualmente esforçar-se por abordar o fenômeno de maneira global, por evitar toda a aproximação unilateral, que isola de maneira arbitrária um ou outro aspecto particular da realidade, suprime, não menos arbitrariamente, um ou outro aspecto, e é, por esse fato, incapaz de apreender as contradições no seu conjunto e, logo, de compreender o movimento na sua totalidade.

Esta capacidade da dialética para integrar na sua análise o método “universalista” (Allseitigkeit, diz Lênin em alemão e em russo), é um dos seus méritos principais. De resto, há praticamente sinonímia entre “lógica do movimento”, “lógica da contradição”, “lógica da totalidade”. É fechando os olhos perante certos elementos contraditórios do real, que aparecem como “tornando demais complexa” a análise, que alguns pensadores não-dialéticos vão do total ao parcial, expelindo, a um tempo, a contradição e a totalidade.

Evidentemente que é inevitável uma certa simplificação, uma certa “redução” da “totalidade” ao seus elementos constitutivos decisivos, como primeira tentativa de aproximação de toda a análise científica. Esta é, à partida, necessariamente abstrata. Mas é necessário ter presente que este inevitável processo de abstração empobrece o real; quando mais se aproxima do real. mais se aproxima de uma totalidade rica de uma infinidade de aspectos, que a análise científica e o conhecimento devem explicar, ao mesmo tempo, nas suas relações recíprocas e nas relações

contraditórias: “A verdade é sempre concreta” (Lenin). “O verdadeiro é a totalidade” (Hegel).

7 TEORIA E PRÁTICA

A dialética é uma teoria, um instrumento do conhecimento. Historicamente, pode-se definir a dialética materialista como a teoria do conhecimento do proletariado (o que em nada diminui o seu caráter objetivamente científico, que necessita uma verificação constante igualmente no terreno científico).

Toda a teoria do conhecimento é submetida a uma prova implacável: a prova da prática.

Em última análise, o próprio conhecimento não é um fenômeno separado da vida e dos interesses dos homens. É uma arma para a conservação da espécie, uma arma que permite aos homens dominar as forças da natureza, uma arma para compreender (mais tarde) as origens da “questão social” e os meios de as resolver. O conhecimento nasceu pois da prática social do homem; tem por função aperfeiçoar esta prática. A sua eficácia mede-se, em última análise, pelos seus efeitos práticos. A verificação prática permanece a melhor arma de última instância contra os sofistas e os céticos.

Isto não quer dizer que a teoria se dissolve num pragmatismo inepto, de vistas curtas. Muito frequentemente, a eficácia prática, o caráter “verdadeiro” ou “falso” de uma hipótese científica não aparecem imediatamente. É preciso tempo, um certo recuo, novas experiências, uma série de sucessiva “provas da prática”, antes que o caráter científico de uma teoria se imponha efetivamente na prática.

Prisioneiros das aparências de uma visão parcial e superficial do real, de uma visão temporária do processo histórico (que é, por seu turno, determinado em última instância pela ideologia de classes ou camadas sociais não revolucionárias), numerosos homens e mulheres podem duvidar, apesar das suas melhores intenções e convicções socialistas, uns do caráter burguês da democracia parlamentar, outros da necessidade da ditadura do proletariado, outros ainda da necessidade da vitória da revolução internacional para acabar a construção de uma sociedade realmente socialista na URSS, ou não importa qual outro país.

Mas no fim das contas, os fatos acabam por confirmar qual teoria foi realmente científica, quer dizer, capaz de apreender o real em todas as suas contradições, todo o seu movimento de conjunto, e quais hipóteses se encontram erradas, ou seja, capazes de apreender somente partes do real, isolando-os da totalidade estruturada, e por isso incapazes de apreender o movimento a longo prazo na sua dialética fundamental. A vitória da revolução socialista mundial, o advento de uma sociedade sem classes, confirmará na prática a validade da teoria marxista revolucionária.

BIBLIOGRAFIA

Fr. Engels – Ludwing Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.
- Anti-Dühring – 1º parte.

Henri Lefebvre – Lógica formal, lógica dialética.

G. Plekanov – Questões fundamentais do marxismo

George Novack – Uma introdução a lógica do marxismo.

N. Boukharine – O materialismo histórico.

G. Luckács – História e consciência de classe (2 primeiros capítulos).

ACTUALIDADE DA TEORIA LENINISTA DA ORGANIZAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

Ernest Mandel

1 Marx não nos deixou uma teoria acabada da formação da consciência de classe do proletariado nem, do mesmo modo, uma teoria acabada do partido. Existem nas suas obras elementos fragmentários duma tal teoria mas esses elementos aparecem muitas vezes como contraditórios, pois evidenciam quer um quer outro dos aspectos da formação desta consciência de classe que prevalecem na análise marxista. Uma vez surge o elemento que opta pela maturação subjectiva do proletariado a longo prazo – em função da própria condição proletária, quer dizer, em função da posição que o proletariado ocupa no processo de produção capitalista, e na sociedade burguesa em geral. Outras vezes, surge o elemento que destaque a imaturidade subjectiva imediata do mesmo proletariado – em função do peso da miséria, da alienação, do embrutecimento e, sobretudo, da sujeição à ideologia da classe dominante, tudo isto resultante, igualmente, da condição proletária.

Cabe a Lenine o mérito histórico de ter combinado estes elementos dispersos para formular uma teoria coerente da formação da consciência de classe proletária, teoria que constitui o alicerce da sua teoria de organização. Muitos dos mal-entendidos formulados a respeito desta teoria de organização e muitos dos processos de intenção imputados a Lenine ao longo de todo o século XX, provêm da recusa em compreender este ponto de partida teórico. É certo que, quando se fala de uma teoria leninista de organização, tende-se a fazer referência exclusivamente à brochura Que Fazer? e a reconverter mais de um quarto de século de actividade incansável no domínio da organização unicamente aos princípios enunciados nesta obra. Na medida em que não se veja em Lenine um Maquiavel hipócrita, que passa deliberadamente em silêncio uma parte das suas intenções sempre que “a conjuntura é desfavorável” na medida em que se lhe reconheça o mínimo de boa-fé e de coesão ideológica, sem as quais a discussão das suas ideias perde todo o sentido, esta tentativa simpli-

ficadora torna-se evidentemente infundada. Há na obra de Lenine uma constância de certos temas-chaves que se encontram expostos da maneira mais clara e mais convincente em *Que Fazer?* Mas à medida que a sua experiência se enriqueceu – antes de mais a experiência das lutas revolucionárias do proletariado russo de 1905, 1906 e 1917, e numa medida não negligenciável a experiência do movimento operário internacional durante e após a 1ª Guerra Mundial – Lenine integra na sua teoria de organização uma série de elementos suplementares, que encontraremos elaborados sobretudo nos escritos sobre a falência da Social-Democracia em 1914-1916, em *O Estado e a Revolução* e noutros escritos fundamentais de 1917, nos documentos dos primeiros congressos da Internacional Comunista e em «O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo». É o conjunto destes elementos agrupados em torno das teses fundamentais de *Que Fazer?* e corrigindo-as em certos aspectos, que constitui a teoria leninista neste domínio, e não um momento desta, limitado no tempo.

Uma outra observação preliminar refere-se à tentativa de muitos críticos recusarem a teoria leninista de organização com base nas práticas burocráticas da URSS pós-leninista... Trata-se dum manifesto erro metodológico.

Certamente que a unidade da teoria e da prática de que se reclamam os marxistas – e que Lenine teria sido o primeiro a assumir por sua própria conta – permite confrontar, constantemente, as teorias com os seus resultados práticos. Mas ela exige que se demonstre que tais resultados derivam da teoria – e não de factores diferentes, ou até de teorias opostas. Condenar um manual de cirurgia porque um cirurgião falhou uma operação depois de ter feito os seus estudos com base nesse manual não é um procedimento científico muito sério. É preciso ainda demonstrar que foi a aplicação das teorias expostas no manual que causou a morte do paciente – e não um dos mil factores diferentes, independentes do teórico, que podem influir no desenrolar da intervenção cirúrgica, ou como consequência duma recusa deliberada em seguir o ensinamento recebido.

Por fim, é necessário distinguir o que, na teoria leninista de organização possui um valor universal, quer dizer, o que se aplica ao conjunto da época da crise geral do capitalismo, e deriva assim do conjunto das características fundamentais da sociedade burguesa, da produção capitalista e da natureza de classe do proletariado – e o que não é senão accidental, derivando de condições específicas do tempo e do espaço. Só para

dar um exemplo: quantas vezes não se citou a passagem de *Que Fazer?* contra a eleição dos comités de partido, e a favor da sua designação pelo Centro, como prova das atitudes visceralmente «antidemocráticas» de Lenine? Esquecem-se de acrescentar que Lenine justifica estas proposições exclusivamente pelas condições difíceis de clandestinidade nas quais se encontrava o jovem Partido Social-Democrata Operário Russo; que a brochura *Que Fazer?* proclama ao mesmo tempo a necessidade da eleição e da maior divulgação de todos os comités e de todos os mandatários do Partido, desde que esteja assegurado o mínimo de liberdades democráticas e que as Teses do 2.º Congresso da Internacional Comunista reafirmam o princípio da elegibilidade de todos os comités, abrindo de novo explicitamente, excepções, para as condições de clandestinidade extrema.

2 A teoria leninista da formação da consciência de classe proletária parte da distinção, que é essencial para o marxismo, entre a classe em si e a classe para si, que o jovem Marx tinha já estabelecido em «A Miséria da Filosofia». Desta distinção decorrem o conceito da existência objectiva das classes sociais, independentemente do seu nível de consciência, e o conceito de luta de classes objectiva, independentemente do nível de auto-compreensão dos interesses históricos das classes em presença. Estes dois conceitos de classes objectiva, e de luta de classes objectiva, são indispensáveis para a coesão interna do materialismo histórico e para se compreender a famosa definição do Manifesto Comunista:

“Toda a história da humanidade é a história da luta de classes.”

É evidente que os escravos da Antiguidade e que os servos da Idade Média tinham ainda muito menos consciência dos seus interesses históricos de classe que os trabalhadores britânicos ou americanos de hoje. Negar o carácter de luta de classes aos grandes confrontamentos entre o Capital e o Trabalho, às grandes acções de classe do proletariado como, por exemplo, a greve geral italiana de 14 de Julho de 1948 ou as greves gerais belgas de 1950 e de 1960-1961, sob o pretexto de que a consciência dos proletários empenhados nestas batalhas não estava à altura das exigências da história, ou que estes se batiam por objectivos políticos que não saíam do domínio da democracia burguesa, é enterrar este conceito de classe objectiva e de luta de classes objectiva, e pôr um ponto de interrogação

sobre todo o materialismo histórico. Não seria já a existência social que determinaria a consciência, mas a consciência - e só ela - que permitiria ajuizar da realidade de uma luta social que implica milhões de indivíduos. Mas, assim como a teoria leninista de organização nega os desvios deste subjectivismo extremo, também se opõe resolutamente ao objectivismo não menos mecânico que, sob o pretexto de que a luta de classes é para Marx o resultado inevitável da existência da sociedade capitalista e dos antagonismos que a dilaceram, vê na consciência o reflexo automático da existência social, e apaga assim a particularidade essencial da luta de classe proletária, aquela que a distingue de qualquer luta de classe do passado, a saber: a obrigação em que se encontra a classe operária de substituir uma sociedade e uma economia regidas por leis cegas e objectivas pela construção deliberada de uma sociedade e de uma economia novas e regidas pela direcção consciente dos produtores associados.

Uma vez que a construção do socialismo não pode ser o resultado automático nem da luta de classes no seio da sociedade burguesa, nem da simples libertação dos elementos da nova sociedade, presentes no seio da sociedade antiga, mas de uma organização consciente dos produtores, onível de consciência desses produtores determinará, numa medida apreciável, nas possibilidades de sucesso do empreendimento. Por outras palavras: da distinção estabelecida por Marx entre o conceito de classe em si e o de classe para si, Lenine deduziu a distinção do conceito de luta de classe elementar - resultado espontâneo, inevitável, das contradições de classe que o próprio modo de produção capitalista introduziu no seio da sociedade burguesa - e da luta de classe revolucionária, que é a única que permite transformar a primeira num assalto vitorioso contra a economia capitalista e o Estado burguês, e cujo êxito depende essencialmente do nível de consciência, de organização e de direcção do proletariado.

Certamente, a crítica de «voluntarismo» tantas vezes dirigida a Lenine é injustificada porque, na sua teoria, a luta de classe revolucionária não é nunca separada, mecanicamente, da luta de classe elementar. Ela não pode ser senão o produto desta, em certas condições históricas objectivas, claramente delimitadas. Contrariamente aos populistas, Lenine jamais acreditou que a simples «vontade revolucionária» ou «educação revolucionária» pudessem produzir uma revolução vitoriosa nas condições do czarismo. Sempre se preocupou em precisar que esta «vontade»

e esta «educação» deviam partir da luta de classe elementar de uma classe social específica, o proletariado, ao qual o desenvolvimento do capitalismo na Rússia ia atribuir capacidades de luta e de organização de que não dispunha qualquer outra classe social da Rússia pré-capitalista. Nunca se esqueceu também de precisar que só em condições históricas bem determinadas - condições que geram periodicamente crises pré-revolucionárias, devido às contradições acumuladas no seio da sociedade russa sob o czarismo - o esforço de transformar a luta de classe elementar em luta de classe revolucionária podia dar os seus frutos.

Na ausência destas premissas - as únicas que permitem explicar de que modo a luta de classe elementar pode produzir uma «classe em si», pode produzir a consciência de classe proletária - a obra de uma vanguarda revolucionária não podia ter sucesso. Será interessante examinar os fundamentos socio-económicos destas premissas, no quadro do materialismo histórico; voltaremos mais adiante a isso. Mas retenhamos, de momento, apenas isto: o que distingue a teoria leninista de organização de outras teorias, mecanicistas ou voluntaristas, não é o facto de negar as ligações evidentes entre luta de classe elementar do proletariado e luta de classe revolucionária, nem de contestar que a primeira constitui a pré-condição da segunda (que uma maior amplitude da primeira não pode senão facilitar a eclosão da segunda). O que a distingue, é que ela contesta ligações automáticas e espontâneas entre a primeira e a segunda, prevê que a segunda não derivará da primeira se, às condições objectivas que presidem à sua eclosão, não se juntarem uma série de condições subjectivas que constituem o seu corolário fatal. É aí que encontramos todo o aprofundamento da teoria marxista da formação da consciência de classe proletária efectuada por Lenine, através da sua teoria de organização.

3 O nível preciso de consciência do proletariado não é nem o produto automático do seu lugar no processo de produção, nem também, o produto automático da sua experiência (e, portanto, da amplitude das suas lutas passadas e presentes). Esse nível resulta dum conjunto de factores muito mais complexos, e só a sua interacção permite explicar, em última análise, por que razão, numa época determinada, num país determinado, este nível é aquele que é.

A teoria leninista da formação da consciência de classe proletária co-

meça por explicar que essa formação representa um processo desigual e descontínuo. Esse processo desigual e descontínuo de formação da consciência de classe proletária é, em primeiro lugar, o reflexo do processo histórico desigual e descontínuo da formação do próprio proletariado.

O conjunto dos operários assalariados, tal como aparecem num dado momento, num determinado país, não foi condenado; no mesmo momento, e nas mesmas circunstâncias a vender a sua força de trabalho. Uns são proletários industriais, filhos de proletários industriais, desde há várias gerações. Outros, acabaram de ser arrancados à sua aldeia natal e à agricultura ancestral. Uns, estão marcados pela vida e disciplinas colectivas da grande fábrica. Outros, sofrem a influência corporativa da pequena empresa e do trabalho semi-artesanal. Uns, estão impregnados da civilização dos grandes centros urbanos, onde a vida colectiva fora da fábrica prolonga muito naturalmente os impulsos solitários derivados do próprio trabalho industrial. Outros, sofrem o duplo efeito alienante da condição proletária e do habitat semi-rural isolado e atomizante. Uns, são educados, desde a infância, nas organizações operárias. Outros, estão submetidos à influência ideológica da classe burguesa transmitida pelas organizações clericais ou «neutras». A diversidade da consciência do proletariado, num determinado momento, é assim função duma estratificação que reflecte as origens históricas e as diferentes condições de vida e trabalho das diversas camadas proletárias.

Às raízes objectivas dessa estratificação do proletariado juntam-se raízes subjectivas não menos importantes. Cada operário não sofrerá da mesma maneira e no mesmo grau a influência ideológica da classe dominante. Diferenças de experiência, de inteligência, de temperamento, de carácter, farão reagir diferentemente diferentes membros duma mesma classe social, submetida às mesmas forças de exploração e de opressão. Mais cedo ou mais tarde a grande maioria da classe empenhar-se-á na luta – mas o facto de uns o fazerem mais depressa que outros, e compreenderem melhor o alcance geral da luta, tem evidentemente, uma importância decisiva sobre o comportamento quotidiano de uns e de outros – sobretudo fora dos períodos de grandes lutas. Se a estratificação social do proletariado tem causas objectivas, a estratificação subjectiva determina em ligação com ela, ao carácter descontínuo do desenvolvimento da consciência de classe. Este resulta por seu lado de uma característica fundamental da sociedade capitalista e da condição proletária, que é

preciso lembrar a este propósito.

A classe operária sofre a exploração capitalista não em função duma qualquer prévia escolha ideológica, mas em função duma obrigação económica inevitável à qual não pode escapar, em condições «normais». Ela não pode deixar de trabalhar permanentemente, sem se ver condenada a morrer de fome (nos países neocapitalistas, de legislação social «generosa», as indemnizações de desemprego são impiedosamente suprimidas passado um certo tempo, se as autoridades burguesas chegarem à conclusão de que «o gajo não quer mas é trabalhar»). Quer dizer: no seu conjunto, a classe operária não pode estar permanentemente em luta e, fora dos períodos de luta revolucionárias que põem na ordem do dia o derrubamento do regime capitalista, toda a luta de classe neste regime desemboca inevitavelmente numa «reprivatização» parcial da classe, uma vez terminado o combate. Só os elementos mais conscientes, os mais enérgicos, os mais obstinados, resistirão a esta tendência em voltar à «luta pela existência», à «vida privada», que resulta da própria estrutura da sociedade e da economia capitalistas.

Esta mesma estrutura objectiva reflecte-se, igualmente, através de uma estrutura mental, ideológica, por uma tendência à interiorização e à aceitação quotidiana das relações de produção capitalista. Até os operários mais «refractários» compram pão, pagam rendas e impostos e reproduzem assim, diariamente, as relações mercantis que constituem o fundamento do modo de produção capitalista, sem se apercebem disso. E travaram ao longo de decénios, lutas de classe ferozes, inclusivamente lutas políticas (como as dos Cartistas britânicos) inclusive insurreições, (como a dos operários de Lyon), sem por isso compreenderem que o capitalismo seria impossível sem a generalização das relações mercantis, sem a transformação da força de trabalho em mercadoria, e dos meios de produção em capital.

É indispensável um esforço de informação e formação teórica para desnudar todos os segredos e todos os mistérios da exploração capitalista. Este esforço, por definição, pode ser individual (ou no melhor dos casos, empreendido por grupos restritos de indivíduos); não pode ser o produto imediato da experiência. Ora, a grande massa só aprende pela experiência. Chegada ao seu estágio supremo, o da elaboração e da assimilação da teoria científica, a formação da consciência de classe do proletariado torna-se portanto, inevitavelmente, um processo individualizado e in-

dividualizante (isto é, aliás, um dos mecanismos essenciais pelos quais o operário alienado e desumanizado pode começar a conquistar uma individualidade independente. Mas isto é outra história). Torna-se, pela mesma razão, um processo de diferenciação no seio da classe operária.

4 O conceito leninista da consciência de classe proletária levado ao seu mais alto nível apoia-se, também, no papel relativamente autónomo da teoria marxista no processo histórico. Implica, por outras palavras, impossibilidade de aceder a uma consciência global da condição proletária e das condições da sua superação – a uma consciência global do capitalismo e do socialismo – numa base puramente experimental, empírica, pragmática.

A experiência dos trabalhadores e de alguns grupos de trabalhadores é, forçosamente, uma experiência fragmentária e fragmentada da realidade social, limitada pelo horizonte preciso no qual se desenrola a sua existência: algumas empresas, alguns bairros, algumas cidades. As lutas que partem dessa experiência imediata são por esse facto marcadas pelo selo duma consciência parcelarizada que reflecte – mesmo que se tente negá-lo – o trabalho parcelarizado, que é característico do proletariado, com o seu corolário inevitável de reificação, de alienação e de «falsa consciência».

O carácter, inevitavelmente corporatista, destas lutas implica que a consciência de classe elementar, que resulta das lutas de classe elementares comporta numerosos aspectos que estão em contradição com uma luta de classe no sentido profundo e histórico do termo. Pois esta consciência parcelarizada reproduz divisões no seio do proletariado, que resultam das condições da própria produção capitalista e que a burguesia se esforça por manter a todo o custo. O proletariado não se torna uma classe para si – não se «constitui em classe», para retomar a fórmula de Marx – senão na medida em que esses factores de divisão sectorial, corporatista, localista, regionalista, nacionalista, recista, cedam o passo à consciência unificadora dos interesses comuns a todos os proletários, independentemente das particularidades de profissão, de ocupação, de qualificação, de habitat, de raça, de religião, ou de nacionalidade.

Mas se, numa certa etapa do seu desenvolvimento, o modo de produção capitalista favorece, incontestavelmente, a eclosão de lutas unificadores e gerais da classe operária, vê-se claramente que essas lutas não che-

gam para substituir a consciência fragmentária e parcelarizada por uma consciência global, totalizante, de todas as contradições capitalistas e de todas as condições de vitória do socialismo. Independentemente dos factores acima mencionados, que entram na formação duma tal consciência globalizante, há o simples facto de que essas lutas generalizadas não são mais que momentos «pontuais» da existência operária, que só se produzem uma ou duas vezes durante a vida de cada geração operária (e em certas gerações nem sequer uma única vez confrontar a Alemanha entre 1933 e 1968!). Nestas condições, a origem puramente empírica duma tal consciência de massa, baseada naquilo que foi efectivamente vivido, torna os factores que determinam o carácter fragmentário da consciência operária infinitamente mais poderosos que os factores que operam em sentido contrário.

Uma das ideias-mestras de *Que Fazer?*, que conserva hoje todo o seu valor universal como no momento em que esta obra foi redigida, é que o proletariado não pode – aceder a uma consciência global da realidade capitalista – da sua própria existência – senão através duma prática social globalizante, isto é, através duma prática política. Mais exactamente: que só pode aceder a esta consciência de classe, levada à sua mais alta expressão, aquela minoria da classe operária disposta a (e capaz de prosseguir uma actividade política permanente mesmo nos períodos de recuo do movimento de massa, mesmo nas fases de «reprivatização» da maioria dos trabalhadores, mesmo nas fases de ascenso da influência da ideologia burguesa e pequeno-burguesa no seio da classe operária. Eis o fundamento materialista da necessidade dum partido de vanguarda, proclamado por Lenine.

A maneira como Lenine privilegiou, deliberadamente, esta praxis política que traz constantemente ao de cima todos os aspectos da realidade capitalista, oposta à praxis trade-unionista («economicista») que se contenta em agitar os trabalhadores em torno da exploração e da opressão imediatas, sofridas na sua própria empresa, bairro, cidade, (e quando muito: região, país) está na base de inúmeros mal-entendidos e interpretações mal intencionadas. Os fundamentos teóricos desta concepção são contudo manifestos. O que Lenine contesta – e o que contestaram antes dele Marx e Engels, salvo talvez nalgumas frases das suas obras de juventude, e mesmo estas isoladas em geral do seu contexto – é que a acumulação gradual e descontínua da experiência imediata conduz «no

fim de contas» a reproduzir uma análise teórica, que somente um esforço particular tinha podido produzir inicialmente (evidentemente num contexto histórico determinado, em última análise, pela existência prévia da sociedade burguesa e da luta de classe proletária). Cem greves por reivindicações imediatas, mesmo que travadas com o maior ardor do mundo, não levarão necessariamente a uma consciência de classe globalizante, socialista. Basta estudar a experiência das lutas de classe na Grã-Bretanha durante a segunda metade do século XIX, a experiência das lutas de classe nos Estados Unidos durante o período 1940-1970, para nos apercebermos disso, imediatamente.

Somente uma actividade que ultrapasse as lutas «economicistas» pode, em definitivo, conduzir a uma consciência que ultrapasse o trade-unio-nismo. Dificilmente se podem aceitar as premissas da dialéctica materialista, da teoria marxista do conhecimento, e contestar a razão de ser desta tese de Lenine. A necessidade de um partido operário de vanguarda decorre, portanto, da necessidade de desenvolver permanentemente tal actividade, e da impossibilidade em que se encontra a massa operária no seu conjunto de a desenvolver de maneira contínua em regime capitalista, em função da sua própria estratificação objectiva e dos poderosos obstáculos subjectivos que impedem uma acumulação constante, gradual, contínua, da consciência de classe no seu seio.

O partido de vanguarda funciona assim, objectivamente, como a memória colectiva da classe operária, a qual impede que os conhecimentos acumulados durante as fases de lutas generalizadas se percam nas inevitáveis fases consecutivas de refluxo dessas lutas, a qual assegura a continuidade da acumulação de consciência nas condições de descontinuidade da actividade política das massas.

5 Assim, o conceito de partido de vanguarda reconduz-nos ao da periodicidade das lutas de classe generalizadas, do carácter cíclico das grandes explosões operárias. Descobrimos, assim, um fundamento materialista suplementar da teoria leninista de organização. Porque a organização separada da vanguarda operária é função das tarefas a cumprir. Ela é um instrumento de trabalho destinado a um fim preciso: transformar as explosões operárias generalizadas, em assaltos vitoriosos contra a economia capitalista e o Estado burguês; derrubar com sucesso o sistema capitalista e edificar um Estado operário – a ditadura do proletariado – que

prepara, com êxito, a construção duma sociedade socialista.

A organização de vanguarda, separada das massas, não é o único modelo de organização operária possível. Ela é função duma perspectiva histórica precisa: a da inevitabilidade das explosões revolucionárias a médio ou longo prazo, que não se transformarão em revoluções vitoriosas senão graças à actividade da vanguarda organizada. A margem desta actualidade da revolução, a organização separada da vanguarda apenas se justifica em função de objectivos puramente ideológicos, que correm o risco de degenerar em sectarismo. Sempre que as únicas lutas previsíveis forem lutas parciais, apenas é possível para as largas massas a acumulação gradual de experiências, e o único papel mediador que a vanguarda poderia desempenhar seria o da transmissão dos conhecimentos pela propaganda e pela educação – um papel que não justifica uma organização separada e que pode ser realizada no seio das organizações de massa, com a condição que elas respeitem um mínimo de democracia interna.

É preciso sublinhar a este propósito, que antes de 1914, Lenine apenas tinha uma visão precisa da actualidade da revolução para a Rússia (e alguns outros países da Europa oriental). Em função desta perspectiva, absteve-se de preconizar a organização separada da vanguarda em relação aos partidos sociais-democratas de massa antes de 4 de Agosto de 1914. Contentou-se em promover uma coordenação bastante frouxa entre as diversas correntes de esquerda, no seio da 2ª Internacional, sobretudo aquando das discussões que estalaram quanto à atitude a adoptar em relação à guerra imperialista que se anunciava. Só quando o deflagrar desta guerra o convenceu de que o sistema capitalista mundial estava a passar por uma fase histórica de crise geral, que colocava a revolução na ordem do dia num grande número de países, só nessa altura, estendeu o princípio da organização separada da vanguarda ao conjunto do globo e se pronunciou pela criação da Internacional Comunista.

O carácter cíclico das explosões de grandes lutas do conjunto do proletariado, que são potencialmente revolucionárias, deriva da complexidade das circunstâncias necessárias para abalar profundamente a sociedade burguesa e para conduzir os trabalhadores a ultrapassarem o estágio das lutas pelas reivindicações imediatas. Só excepcionalmente o conjunto dos factores necessários se encontrarão reunidos, quer os factores objectivos (crise profunda das relações de produção capitalistas)

quer os subjectivos (desunião e paralisia crescentes das classes dominantes; enfraquecimento do aparelho de repressão; descontentamento crescente das massas laboriosas atingindo o nível duma cólera surda; sentimento crescente de que os motivos de descontentamento não podem ser sanados pela via das reformas graduais e de reajustamentos «legais», antes exigem urna acção directa; uma confiança crescente das massas na sua própria força, quer dizer, na sua capacidade de desencadear tal acção, etc.). É evidente, que atendendo às tendências profundas à interiorização das relações capitalistas, e à reprivatização duma massa de operários, após as lutas parciais, tendências essa inerentes ao próprio modo de produção capitalista, o concurso de circunstâncias que torna a situação madura para as explosões revolucionárias, ou potencialmente revolucionárias, tem de ser forçosamente excepcional. Pelas mesmas razões – às quais se alia neste caso o peso da derrota e do cepticismo que a engendra – uma explosão abortada, que não atingiu o seu objectivo, não pode ser seguida, a breve prazo, por uma outra vaga ascendente de lutas generalizadas, mas sim por um declínio da combatividade das massas, até que um novo conjunto de condições favoráveis desencadeie um novo ascenso. Falamos aqui de «explosões» não no sentido de acontecimentos isolados, mas de fases da luta de classes radicalizando-se e generalizando-se progressivamente, em oposição a outras fases de lutas dispersas, reduzidas e em volta de objectivos unicamente imediatos (não podemos aqui tratar das relações entre o ciclo económico e o ciclo da luta de classes, mas indicaremos somente de passagem que estas relações não são as de uma relação mecânica e directamente causal).

O papel que a organização de vanguarda tem a cumprir em relação às explosões periódicas de lutas generalizadas deve ser examinado simultaneamente pelas fases preparatórias das lutas potencialmente revolucionárias e pelas fases de lutas generalizadas propriamente ditas. Trata-se dum duplo aspecto da relação dialéctica «vanguarda/massas» que estão por elucidar. Mas a própria natureza da revolução socialista, e da tomada do poder pela destruição do aparelho de Estado burguês implica a necessidade duma acção conscientemente centralizadora de lutas parciais, mesmo que tenham uma grande amplitude. Se a sociedade burguesa pode efectivamente começar a desintegrar-se na periferia, nas fases de crise revolucionária agudas, esta desintegração nunca pode levar à dissolução automática do Estado burguês. Este tem de ser

conscientemente destruído. Sempre que esta destruição não se efectiva, um processo contra-revolucionário pode ser encetado com êxito, mesmo por forças numericamente restritas, opondo-se a massas muito numerosas. O papel desempenhado pelos restos do exército imperial durante as semanas decisivas de Novembro 1918 - Março 1919 na Alemanha, é disso a melhor ilustração, com as mais trágicas consequências históricas.

6 A relação entre a vanguarda e as massas em período não-revolucionário é antes de mais uma relação pedagógica de mediação. A organização de vanguarda não funciona só como a memória colectiva da classe, mas esforça-se, constantemente, por comunicar os conhecimentos acumulados, graças às lutas e às experiências passadas, ao maior número possível de proletários.

Quando falamos de processo pedagógico, não esquecemos, evidentemente, o carácter dialéctico desse processo, no qual não existe uma verdade acabada que é transmitida de maneira passiva a uma multidão que se supõe ignorante, mas antes um metabolismo de experiências, um fluxo e refluxo constante de impressões e de ideias, entre a massa menos politizada e a vanguarda organizada. Só quando este fluxo é firmemente estabelecido nos dois sentidos a vanguarda terá superado, definitivamente, o risco de se tornar uma seita ou uma capela, e desempenhará verdadeiramente o papel de memória e de acumulador de experiências colectivas de toda a classe.

A mediação entre o programa, resumindo todos os ensinamentos das lutas passadas e a sua generalização teórica, e às massas, cujas preocupações permanecem circunscritas em volta de objectivos imediatos, não pode fazer-se, exclusivamente, através duma pedagogia literária ainda que Lenine tenha sublinhado, justamente, que o que separa o revolucionário do reformista ou do centrista, é que o revolucionário prossegue a propaganda revolucionária e a preparação da revolução mesmo nas fases não-revolucionárias. Esta mediação exige, igualmente, uma forma específica de acção. O «grande plano estratégico» de Lenine contido em Que Fazer? que consiste em transformar o partido de vanguarda em confluente e estimulante de todos os movimentos de protesto e de rebelião contra o regime estabelecido que não sejam objectivamente reaccionários, foi mais tarde estendido por ele para o conceito de reivindicações transitórias, retomado por Trotsky no seu Programa de Transição, em 1938.

A estratégia das reivindicações transitórias implica a elaboração de reivindicações que, embora partindo das preocupações imediatas das massas, não são realizáveis e assimiláveis no quadro do regime capitalista. Sempre que se tornam eixos de acções generalizadas da classe operária, as reivindicações transitórias tendem, portanto, a quebrar os quadros da economia capitalista e do Estado burguês. Só quando as massas têm imediatamente tais objectivos para as suas acções, é que estas poderão, dificilmente, ser reabsorvidas pelo regime, pela concessão de reformas. Ora elas só têm tais objectivos no momento duma greve geral, se tiverem sido sistematicamente preparadas anteriormente, tanto pela propaganda como pelas «acções exemplares», e pela formação no seu seio de quadros operários que encarnem todo este processo de mediação e que o transmitam quotidianamente aos seus companheiros de trabalho.

Seria acreditar em milhares de milagres supor a massa capaz de encontrar, por instinto, no momento duma grande explosão revolucionária, as reivindicações necessárias para fazer triunfar a revolução e capaz de encontrar a resposta às mil e uma manobras reformistas que permitiram o estrangulamento de todas as explosões revolucionárias na Europa Ocidental apesar das relações de força momentaneamente bastante favoráveis à revolução.

A centralização do partido, sobre a qual Lenine insistiu fortemente no debate em volta de Que Fazer? é antes de mais uma centralização política, a compreensão do facto de que a massa operária não acederá à consciência de classe, ao seu nível mais elevado, a não ser com a condição de ultrapassar o horizonte estreito das experiências nascidas de lutas parciais na condição, por outras palavras, de centralizar as suas experiências. O aspecto puramente organizacional desta centralização é secundário, no raciocínio de Lenine, e muito influenciado ainda pelas condições específicas de ilegalidade em que se construiu a social-democracia russa.

A fraqueza da argumentação de Rosa Luxemburgo contra Lenine, é que ela concentra o seu fogo sobre o aspecto organizacional da centralização leninista, menosprezando largamente o seu aspecto político. Fazendo isto, é obrigada a sugerir uma teoria da formação da consciência de classe proletária diferente da de Lenine, muito mais simplista e simultaneamente muito mais optimista, que considera que esta consciência de classe só pode ser função da luta e que a luta é suficiente para lhe assegurar a formação. A experiência histórica, e nomeadamente a da

revolução Alemã, nega esta tese. Nem sequer as lutas mais amplas, mais tumultuosas, mais longas (pense-se no período de agitação e de lutas de massa quase ininterruptas de 1918 a 1923) bastaram para assegurar por si próprias um nível de consciência suficientemente elevado às massas operárias alemães que lhes permitisse levar a cabo uma revolução vitoriosa. Como estas lutas estão condenadas ao declínio periódico, qualquer teoria que vê a formação desta consciência como simples função duma experiência de luta descontínua, sem papel acumulador, centralizador de experiências, e memória colectiva do partido de vanguarda, condena esta formação a um trágico trabalho de Sísifo.

Para prestar justiça a Rosa Luxemburgo, é necessário acrescentar que desde 1914, e sobretudo desde a eclosão da revolução Alemã, ela compreendeu perfeitamente que a diferenciação ideológica do proletariado não seria automaticamente ultrapassada pela amplitude das próprias lutas. É por isso que preconizou a organização autónoma da vanguarda operária, conceito que inclui nos seus escritos programáticos tais como «O Que quer a Liga Spartacus?». Pode portanto dizer-se que se tornou igualmente leninista, no final da sua vida.

7 Quando examinamos a relação «vanguarda/massas» em período revolucionário, o quadro muda e as insuficiências dos debates de 1902-1903 aparecem claramente. É sobretudo a propósito destas experiências que Lenine fez importantes correcções à sua teoria de organização, depois de 1905, de Agosto de 1914 e sobretudo em 1917.

A experiência histórica demonstrou, com efeito, que a existência dum Partido Social-Democrata organizado (para retomar a terminologia de Lenine dos anos 1902-1903) não é de modo nenhum garantia do papel objectivo que desempenhará na crise revolucionária. A história ofereceu-nos o exemplo de numerosos partidos que tendo, durante anos, apregoado as suas convicções marxistas, no momento duma crise revolucionária não só não se esforçaram por conduzir esta até à conquista do poder pelo proletariado, como ainda refrearam por todos os meios o ardor revolucionário desse mesmo proletariado, ou mesmo tomaram a iniciativa de organizar, deliberadamente, a vitória da contra-revolução. O comportamento da social-democracia alemã durante a crise revolucionária em 1918-1919 é disso o exemplo mais típico – mas não o único. A chegada ao poder de Hitler não é mais que o resultado final da derrota

da revolução Alemã, derrota na qual a responsabilidade histórica dos Noske, Ebert, Scheidemann foi evidente.

Rosa Luxemburgo e Trotsky presentiram tal eventualidade mais cedo que Lenine, nos anos 1903-1906. Por outras palavras, compreenderam que as próprias massas operárias que, nas condições de funcionamento «normal» do capitalismo, eram fortemente influenciadas pela ideologia burguesa e pequeno-burguesa, podiam, em momentos de crise revolucionária, dar provas de uma iniciativa, de uma combatividade, de uma energia revolucionária que ultrapassava de longe as dos militantes educados durante anos na teoria marxista.

Quando examinamos o balanço histórico das lutas de classe desde 1914, encontramos esta lição não uma vez ou duas, mas literalmente dezenas de vezes. Enumerar toda a lista de explosões revolucionárias em que os partidos operários foram ultrapassados pela actividade revolucionária das massas, é enumerar, praticamente, todas as crises revolucionárias que sucederam nos países imperialistas – e também de uma série de crises nos países coloniais e semi-coloniais.

Quererá isto dizer que a história demonstrou que a iniciativa espontânea das massas (inclusivamente as massas não organizadas) é condição suficiente de vitórias revolucionárias e que basta eliminar os «travões organizados» para assegurar a queda do capitalismo? De modo nenhum. Porque o balanço histórico é duplo a este respeito. Por um lado, as massas revelaram-se em numerosos momentos, «mais revolucionárias» que os partidos. Mas essas mesmas massas mostraram-se igualmente incapazes de assegurar por elas próprias o derrubamento do capitalismo.

Na ausência de uma vanguarda organizada que conquiste a hegemonia política no seu seio e que concentre a sua energia em objectivos precisos – destruição do aparelho de Estado burguês; tomar nas mãos os meios de produção e a sua organização num modo de produção socializado; construção de um novo poder – os seus mais corajosos assaltos, as suas mais audaciosas vitórias, permanecerão sem futuro. O exemplo mais trágico e mais convincente a este respeito foi fornecido pela experiência espanhola de Julho de 1936. Pode-se extrair uma série de conclusões, por conseguinte deste balanço histórico o que permite efectuar uma actualização da teoria leninista de organização – actualização essa que o próprio Lenine efectuou no decurso do período 1914-1921.

Antes de mais, é claro que a dialéctica «massas/partidos» complica-se

e alarga-se, à luz do 4 de Agosto de 1914. Torna-se, assim uma dialéctica «massas-partidos não seguindo uma linha revolucionária-partidos revolucionários». A existência de partidos não constitui por si só uma garantia contra a reabsorção da classe operária pela ideologia burguesa e pequeno-burguesa. Pelo contrário, pode tornar-se o motor e o veículo desta reabsorção como foi o caso, primeiro, da Social-Democracia e, seguidamente, de uma série de PC de massa (em França, Itália, Grécia, etc...). Não se trata já de opor simples e mecanicamente a «organização» à «espontaneidade», mas de examinar em que condições teóricas e práticas a organização eleva a consciência de classe do proletariado, estimula a sua hostilidade em relação à sociedade burguesa no seu conjunto, prepara a sua intervenção massiva nas crises revolucionárias, no sentido do seu aprofundamento e da sua generalização, e educa os seus próprios militantes (a vanguarda) para uma intervenção nas crises, com vista à sua transformação em revoluções socialistas vitoriosas.

Por outro lado, é claro que a amplitude da actividade das massas, no momento de crises revolucionárias, não permite confinar o processo histórico à única relação recíproca «partidos-massas não organizadas». Toda a crise revolucionária, mesmo num país mediantemente industrializado, levou, quase sempre, até agora, à criação de formas de auto-organização das massas (Soviets, conselhos operários), embriões do futuro poder proletário e instrumentos imediatos de uma dualidade de poder de facto. O aspecto profundamente revolucionário destes órgãos de autor-organização e de auto-governo das massas, é que eles abrangem precisamente o conjunto do proletariado e dos explorados, incluindo as camadas não organizadas ou inactivas durante os períodos «calmos» ou de lutas de classe apenas parciais.

Lenine apreendeu a importância-chave do fenómeno dos Soviets com um pouco de atraso relativamente a Trotsky, que via neles, desde 1906, a forma de organização geral da futura revolução russa vitoriosa, e a forma de organização universal das revoluções proletárias. Mas compreendeu-a a fundo – a não apenas de maneira «oportunista», nos momentos revolucionários – como lhe reprovam críticos contemporâneos mal intencionados. E Lenine compreendeu melhor que Trotsky a dialéctica particular «Soviets-partido revolucionário» que este último não assimilou a fundo senão em 1917: se é impossível uma revolução num país industrializado sem organização de tipo Soviético – o que não implica

evidentemente que a terminologia seja por todo o lado a mesma – do conjunto do proletariado, é igualmente impossível uma revolução vitoriosasem que no seio dos Sovietes uma vanguarda organizada conquiste a hegemonia política através de um trabalho de explicação de propaganda e de agitação incansável, sem a sua acção organizadora, centralizadora, sobre a imensa energia das massas libertadas no momento da crise revolucionária.

Este «papel dirigente do partido» não implica nem o conceito de partido único (que contradiz pelo contrário o conceito de organização soviética, pois esta, na medida em que deve ser a organização do conjunto dos trabalhadores, há de reflectir inevitavelmente a diversidade dos níveis de consciência, de filiação ideológica e organizacional do próprio proletariado, quer dizer, implica a inevitável multiplicidade dos partidos operários e das tendências operárias), nem o de uma hegemonia adquirida por medidas administrativas ou repressivas. A história da revolução russa confirma-o: o emprego de tais medidas esteve sempre na proporção inversa da hegemonia política que detinha o partido bolchevique no seio do proletariado e das mais amplas massas. Durante todo o tempo em que essa hegemonia esteve garantida – adquirida pela superioridade da sua linha política e pela sua capacidade de convencer as massas desta – não teve de recorrer a nenhuma medida repressiva no seio da classe operária e da própria organização soviética (salvo medidas de auto-defesa contra aqueles que tinham, no sentido literal do termo, desencadeado a luta armada contra o poder dos Sovietes). Toda a medida administrativa e repressiva que foi levado a tomar no seio da classe operária resultou de um declínio prévio da sua influência política no seio de determinados sectores desta.

Podem-se procurar as causas deste declínio neste ou naquele erro político conjuntural cometido pelos dirigentes bolcheviques, em determinado momento preciso; o debate a este respeito, dura desde há meio século e não terminará tão cedo. Mas para quem estude esta época histórica com um mínimo de sentido objectivo, é evidente que as razões essenciais do isolamento progressivo dos bolcheviques no seio das massas em 1920-1921 não residem neste ou naquele aspecto secundário da situação ou da política de Lenine, mas nas condições objectivas que determinavam, por seu turno, uma passividade crescente das massas. (Não extraímos daqui, evidentemente, a conclusão menchevique, segundo a

qual mais teria valido «não tomar o poder num país atrasado», nem a conclusão apologética para o estalinismo segundo a qual «o socialismo não se podia construir na Rússia senão com meios bárbaros, terroristas». Tudo depende do grau relativo da actividade das massas; uma política correcta do Partido poderia reformá-la, depois de 1923, poderosamente).

É aqui que se pode reconhecer quanto se enganam todos aqueles que, na esteira da Rosa Luxemburgo de 1903 – a de 1918 era já mais prudente! – acreditam ainda hoje que o recurso à actividade das massas é o único remédio histórico para os riscos de burocratização conservadora do partido. Pelo menos no caso da URSS a passividade crescente das massas precedeu (e numa larga medida determinou) a burocratização crescente do partido. E pode reconhecer-se a Lenine este mérito histórico se se comparar o grau de actividade das massas nos soviets dirigidos politicamente pelos bolcheviques e a de outros soviets, a duração do funcionamento real dos soviets na Rússia com a do funcionamento de organismos de tipo soviético nos países onde os bolcheviques não foram nada hegemónicos no seio da classe operária, a existência e o «papel dominante» dum partido revolucionário de vanguarda de tipo leninista, não somente não podem ser considerados como a antítese de uma organização autónoma das massas em organismos de tipo soviético, mas pelo contrário asseguram-lhe uma existência mais longa e um melhor e mais eficaz funcionamento.

8 É evidente, que Lenine subestimou no decurso do debate de 1902-1903, os perigos que para o movimento operário podiam surgir do facto de se constituir uma burocracia no seu seio. Concentrou, nesta época, o seu fogo sobre a intelligentsia pequeno-burguesa e os «trade-unionistas», de horizontes curtos. Como Rosa Luxemburgo assimilou melhor a experiência da social-democracia alemã, que já nesta época era muito ambígua, pôde, melhor do que Lenine, pressentir que o perigo maior de conservadorismo e de adaptação ao status quo, não surgiria nem de uma nem de outros, mas do próprio aparelho social-democrata. Instalado nas organizações de massa e encostado às migalhas da «democracia burguesa», este aparelho tinha na realidade já «realizado o socialismo por sua própria conta». Ia adoptar uma orientação fundamentalmente conservadora, racionalizada pela necessidade de «defender as conquistas feitas». O revisionismo e o reformismo encontram aí as suas raízes materiais e sociais

bem como ideológicas. Esta «dialéctica das conquistas parciais» foi em seguida estendida pela burocracia estalinista à escala mundial.

À luz da experiência histórica, Lenine aprendeu muito melhor, a partir de 1914, o papel-chave que a burocracia das organizações operárias pode desempenhar na transformação destas, de instrumento para impulsionar revoluções socialistas, em instrumentos de defesa do status quo social. Na sua luta contra a social-democracia internacional, deu uma importância essencial à análise da sua burocratização. A partir de 1918, apreendeu, profundamente, o perigo de burocratização do primeiro Estado operário, e consagrou uma boa parte dos últimos anos da sua vida a um combate contra este perigo.

Ao fazê-lo, Lenine elevou aliás o problema do domínio ideológico e psicológico («os hábitos burocráticos», «os métodos burocráticos», «a mentalidade burocrática») ao nível social. Para ele a burocracia é uma camada social que defende interesses sociais determinados (essencialmente no domínio da retribuição, do modo de vida, dos rendimentos. É por isso que não é uma classe social, não ocupa um lugar particular e historicamente necessário no processo de produção, coisa que fizeram, pelo menos numa época determinada da sua história, todas as classes sociais). E desde 1918, transfere uma boa parte deste raciocínio para o domínio do Estado soviético e para a luta contra a deformação burocrática deste.

Brandiu-se contra Lenine o argumento de que o modelo de organização do partido que defendia teria facilitado o processo de burocratização na URSS. Como esta crítica lhe foi efectivamente dirigida desde 1902-1903, aparece com a aureola de análise profética. Respondemos já mais atrás à objecção segundo a qual Lenine teria proposto um modelo de organização não-democrático. Porém, a questão do modelo de organização possível dos partidos operários merece uma análise mais detalhada.

Na medida em que se rejeite o clube de discussão ou a reunião informal e descontínua de indivíduos, a história forneceu-nos dois modelos essenciais de organização dos partidos operários: modelo baseado na selecção individual de militantes, a partir do seu nível de consciência individual e da sua actividade; e o das secções baseadas na circunscrição eleitoral, agrupando todos aqueles que afirmam a sua adesão aos princípios socialistas. Estes dois modelos, um «restrito», o outro «lato», mostram bastante bem a divisão da social-democracia russa em «bolcheviques» e «mencheviques».

Qual dos dois modelos se revelou mais democrático? Diremos à luz da experiência histórica, que o segundo se burocratizou mais rapidamente que o primeiro e que ao burocratizar-se, se reconverteu, aliás fundamentalmente, no segundo modelo.

Não é difícil compreender que o agrupamento de grande número de membros passivos – geralmente ausentes às reuniões – sem nível de consciência e «comprometimento» elevados, é bem mais facilmente manipulável por um aparelho ou por demagogos individuais, do que uma comunidade de activistas comprometidos toda a sua vida na luta por uma mesma causa, que julga a eficácia de cada um à luz da contribuição que ele traz para a defesa desta causa. Quanto mais elementos passivos um partido «lato» tiver, mais fácil se torna a burocratização. Quanto mais um partido de vanguarda for composto exclusivamente demilitantes activos, maior é a garantia contra a burocratização. Foi, aliás afogando os elementos activos e conscientes num grande número de aderentes passivos, que Estaline facilitou grandemente a burocratização do partido bolchevique, depois da morte de Lenine —, Lenine exprimira já tal receio no seu famoso Testamento.

O problema da burocratização do partido operário – fenómeno social facilitado ou entravado por um determinado modelo de organização, mas de modo nenhum causado por este – está estreitamente ligado ao da democracia operária, isto é, à possibilidade de controle dos membros sobre o aparelho, e da elaboração da linha política em função dos interesses de classe a defender (e não, tendo em vista interesses sectoriais, ou pior ainda, tendo em vista a auto-justificação, perigo que ameaça qualquer organização numa sociedade baseada na produção mercantil e na divisão social do trabalho). A este respeito, o balanço histórico é também claro. No tempo de Lenine, o partido bolchevique foi um partido vivo e democrático, atravessando periodicamente debates de tendência apaixonados, permitindo a expressão de opinião em desacordo com a direcção (ou da sua maioria) não excomungando nenhuma das posições oposicionistas, permitindo que a experiência resolvesse as divergências tácticas. Pode afirmar-se, sem cair em erro, que este partido foi mais democrático, e permitiu debates de tendência mais sistemáticos, do que qualquer partido operário importante na história – e certamente do que os partidos social-democratas.

É verdade que no momento em que foi maior o isolamento dos bolche-

viques, no momento da introdução da NEP, Lenine propôs e conseguiu que se aprovasse a interdição das fracções no partido. De resto, só propôs isso por razões conjunturais e como medida passageira, e nunca como questão de princípio. Pode pensar-se que esta decisão foi errada – e à luz da história pensamos que o foi efectivamente, porque permitiu a Estaline asfixiar progressivamente o direito de tendência, e deste modo toda a democracia no interior do partido.

Mas aqueles que citam triunfalmente este «pecado» de Lenine como a confirmação do seu «pecado original» pretensamente anti-democrático esquecem, com demasiada facilidade, que no próprio momento em que Lenine se comprometeu a favor da supressão do direito de fracção, confirmou solenemente o direito do opositor Chliapnikov imprimir os seus pontos de vista oposicionais e de os distribuir, pagos pelo partido, atodos os membros do partido, em centenas de milhares de exemplares: que nos mostrem um único partido social-democrata em que isto tenha sido praticado, não dizemos sistematicamente, mas mesmo, só ocasionalmente!

E até no X Congresso do PCR, em que foi tomada a decisão de proibir as fracções, Lenine tornou a confirmar, não menos solenemente, o direito de tendência, opondo-se a uma emenda de Riazanov que quis impedir que se elegesse no futuro o comité central segundo as plataformas de tendências. Se surgem divergências fundamentais, não se pode impedir que elas sejam resolvidas perante o conjunto do partido, exclamou ele («Obras Completas», tomo 32, página 267 da edição alemã, Dietz Verlag, Berlim 1961). Foi a partir do momento em que a burocracia impediu tais discussões, e este direito de tendência, que o partido cessou de ser o instrumento revolucionário forjado por Lenine. Um outro argumento tem ainda sido citado para justificar a «tendência burocrática inerente» às concepções bolcheviques de organização que o próprio Lenine teve que opor ao seu próprio «aparelho» cada vez que esboçou uma viragem para o «movimento revolucionário de massas», principalmente em Abril de 1917. Aqueles que defendem esta concepção esquecem um pequeno detalhe: é que neste drama histórico não havia apenas três personagens principais: o herói «positivo» – as massas revolucionárias; o «traidor» – o aparelho central do partido; e Lenine, oscilando entre uns e outros. Havia ainda milhares de operários bolcheviques militantes de base. Foi o empenhamento resolutivo destes trabalhadores de vanguarda que permi-

tiu que as «Teses de Abril» de Lenine triunfassem tão rapidamente sobre a resistência da maioria do comité central, no início da revolução russa. Foi a ausência desta camada mediadora decisiva que impediu Lenine de realizar o mesmo sucesso em 1922-1923, no decurso do seu «último combate» contra Estaline.

Eis-nos, portanto, chegados a uma categoria sociológica, em lugar de considerações psicológicas e puramente ideológicas. É esta categoria de trabalhadores de vanguarda, que incarnam a consciência de classe do proletariado, quase sós nas fases de recuo ou de estagnação do movimento de massas, em comunhão íntima com a maioria da sua classe quando este mesmo movimento de massas atinge o seu nível mais elevado, que constitui o elo central da concepção leninista de organização.

Resumiremos esta concepção afirmando que ela consegue efectuar a união dos elementos de continuidade e de descontinuidade, de pedagogia e de aprendizagem permanente dos educadores, de centralização e de democracia, inerentes à luta proletária. Incarna, assim, a tradição humanista e revolucionária da história contemporânea.

ANÁLISE DE CONJUNTURA: TEORIA E MÉTODO

José Eustáquio Diniz Alves

INTRODUÇÃO

Uma análise de conjuntura é um retrato dinâmico de uma realidade e não uma simples descrição de fatos ocorridos em um determinado local e período. Ela deve ir além das aparências e buscar a essência do real. Porém, a realidade mundial, nacional ou local, é multifacetada, o que torna difícil a sua apreensão à primeira vista. O desafio de qualquer análise de conjuntura é compreender as inter-relações das partes que formam o todo, pois a totalidade é um conjunto de múltiplas determinações. Neste sentido, a análise de conjuntura funciona como um mapa que nos permite “viajar” na realidade. Existem mapas mais detalhados ou menos detalhados, assim como existem muitos tipos de mapas: geográficos, rodoviários, ferroviários etc. Cada um é definido em função de um objetivo e tem a sua própria escala. Assim, também, é a análise de conjuntura que busca traçar um mapa da correlação das forças econômicas, políticas e sociais que constituem a estrutura e a superestrutura da sociedade, as quais se vinculam através de relações de poder.

A realidade multifacetada muda se a olharmos de prismas diferentes. Numa sociedade de classe, composta por grupos que possuem interesses antagônicos no interior do processo produtivo, o ponto de vista de classe, não muda a interpretação do real, mas leva a alternativas diferentes de ação e a projetos diferenciados de intervenção social.

Isto não quer dizer que existam várias realidades, mas sim que existem várias alternativas de ação frente a uma determinada realidade. Neste sentido, análise de conjuntura deve compreender tanto a análise das fraquezas quanto da solidez de cada força que participa da disputa política e econômica do dia a dia. Uma análise de conjuntura não é a descrição de um sonho. Por mais que não se goste de determinadas características da realidade concreta, não podemos ignorá-la. Em algumas análises, existe uma tendência de se supervalorizar as forças dos aliados e de subvalorizar as forças do inimigo. Para se evitar isto, é preciso que os campos sejam delimitados, estabelecendo-se as correlações entre as diversas for-

ças. Uma análise de conjuntura também não é uma propaganda de um programa partidário, apesar de todo programa conter uma certa análise de conjuntura. Tampouco a análise de conjuntura é uma plataforma de reivindicações. Ao contrário, a análise de conjuntura deve buscar dimensionar as forças que participam da dinâmica social estabelecendo quais as alternativas de atuação dentro desta realidade, não sendo nem uma utopia, nem uma “destopia”.

Uma análise de conjuntura não é uma obra neutra, tomada independentemente de um posicionamento político, já que a escolha das variáveis de análise pressupõe uma escolha diante da realidade. Todavia, deve-se respeitar a dinâmica social, pois as mudanças conjunturais não ocorrem ao sabor da vontade, devendo-se distinguir as condições subjetivas das condições objetivas. Uma análise de conjuntura não deve ficar restrita aos limites inerentes de uma dada situação histórica, mas deve mostrar as oportunidades existentes e as possibilidades abertas no movimento contínuo a cada tempo, em um espaço concreto e nos processos de transformação. Uma análise equivocada conduz a ações inúteis ou desastrosas, prejudicando as forças do progresso e fortalecendo a ordem conservadora. Portanto, a análise de conjuntura não pode ser baseada em uma visão fragmentada e unilateral, mas deve buscar a integração dos pontos de vista mutuamente complementares do todo compreensivo.

A análise de conjuntura não deve se limitar aos fatos empíricos. O empirismo, ao supervalorizar os elementos da experiência imediata, fica à superfície das coisas e à margem da essencialidade dos fenômenos sociais. Os acontecimentos manifestos nem sempre são os mais significativos e compete ao investigador construir modelos de análise, baseado em princípios teóricos, que possam ter acesso aos fundamentos do real e que seja capaz de ultrapassar a aparência sensível. A análise de conjuntura não é um “release” dos fatos noticiados na grande imprensa, pois nem sempre as realidades mais evidentes são as mais esclarecedoras. O reducionismo maniqueísta que resume a realidade a partir de um dualismo simplista também deve ser evitado. É preciso saber combinar os diferentes níveis de análise, construindo um sistema de proposições que dêem conta das contradições da realidade, mas que não apresentem proposições contraditórias ou incapazes de explicar um dado domínio de fenômenos.

Algumas etapas do método de se fazer uma análise de conjuntura:

- 1** Seleção do material empírico, buscando realçar os principais fatos econômicos, sociais, políticos e culturais ocorridos no período;
- 2** Análise deste material buscando identificar os elementos comuns que representam novas tendências (o elemento novo que supera o velho e as invariantes da conjuntura);
- 3** Exame do material contrapondo uma análise das partes para o todo e do todo para as partes;
- 4** Explicação da correlação de forças entre os diversos atores sociais e como as alterações nesta correlação explicam a dinâmica do movimento social;
- 5** Análise sincrônica dos elementos da contemporaneidade;
- 6** Explicação das mediações que traduzem as características abstratas dos vetores de transformação capazes de agregar os fatos dispersos da realidade concreta;
- 7** Comprovação empírica (através de dados estatísticos das tendências enunciadas nos itens anteriores);
- 8** Análise diacrônica da evolução longitudinal dos dados e fatos;
- 9** Apontar tendências futuras que poderão ser cheçadas e verificadas em análises posteriores;
- 10** Apontar alternativas de ação e de intervenção social diante do quadro de correlação de forças nacional e internacional.

CONJUNTURA VERSUS ESTRUTURA

Análise de conjuntura quer dizer análise de conjunto. É a análise das partes que formam um todo complexo. A estrutura, por sua vez, é a

interligação do conjunto formado pela reunião das partes ou elementos de uma determinada ordem ou organização. Qual é, então, a diferença entre estes dois termos? Uma primeira diferença importante encontrase na perspectiva temporal da análise. A conjuntura está relacionada com os ciclos de curto prazo da economia e da política, enquanto a estrutura está relacionada aos ciclos de longo prazo. Uma mudança estrutural geralmente requer várias mudanças conjunturais, enquanto estas últimas podem ocorrer sobre a mesma base estrutural. As transformações radicais da conjuntura só coincidem com as transformações radicais da estrutura nos momentos revolucionários. O dicionário Aurélio define assim os dois termos:

- **Conjuntura econômica**

Situação da economia, especialmente com referência às variações de curto prazo na atividade produtiva ou nos preços”.

- **Estrutura**

O que é mais fundamental, ou essencial, estável e relevante (por oposição ao que é acessório, ocasional, ou variável);

A disposição dos elementos ou partes de um todo; a forma como esses elementos ou partes se relacionam entre si, e que determina a natureza, as características ou a função ou funcionamento do todo;

O modo como uma sociedade, ou uma esfera específica da vida social, está organizada, em função das instituições básicas e das atividades e relações que vigoram entre estas;

Conceito teórico das ciências humanas e sociais do século XX (como a lingüística, a psicologia, a antropologia e os estudos literários), formulado diversamente segundo os distintos autores e correntes, mas cujo núcleo é a formalização da idéia de estrutura como um sistema de relações abstratas que forma um todo coerente, que subjaz à variedade e variabilidade dos fenômenos empíricos, e é tomado como atributo interno da realidade, constituindo, por isso, objeto privilegiado da análise”.

Muitas das definições de estrutura apresentadas acima servem também para a conjuntura, pois a análise conjuntural deve descartar os elementos acessórios e ocasionais que não tenham relação determinante

com o funcionamento do todo e nem com a maneira como a sociedade se organiza em termos econômicos e políticos. Além disto, toda análise de conjuntura tem que ser estrutural, entendida como “um sistema de relações abstratas que forma um todo coerente”. Contudo, a análise estrutural deve se concentrar nas tendências de longo prazo e pode dispensar o estudo das variações conjunturais, ou sazonais, que mesmo sendo importantes em determinado momento, não acrescentam muito quando se enfoca os ciclos extensos.

A conjuntura econômica está relacionada com o fluxo e o refluxo da atividade produtiva e com a instabilidade das condições de investimento e consumo, dentro de um quadro geral preestabelecido. Já a estrutura econômica está relacionada com os três grandes setores de atividade e as revoluções produtivas que ocorrem ao longo da história do capitalismo. Neste sentido, outra diferença importante entre os termos em questão é que a mudança conjuntural não requer uma mudança estrutural, mas a mudança estrutural implica em transformações na base de organização global da sociedade. É da seguinte forma que o dicionário de economia de Paulo Sandroni define os dois termos:

- **Conjuntura econômica**

“Termo que define de forma mais dinâmica do que ‘situação econômica’ o fluxo e refluxo das atividades de uma economia ou, de maneira mais genérica, o estudo da totalidade das condições de mercado. O conceito de conjuntura originou-se em meados do século XIX quando se observou, pela primeira vez, a periodicidade das crises econômicas”.

“A freqüente instabilidade das condições econômicas acarreta períodos de queda da produção e do nível de emprego, de declínio dos preços e lucros (período de contração ou conjuntura descendente). Há também épocas de recuperação, com aumento da produção, expansão da oferta de emprego e melhoria dos padrões de vida (período de expansão ou conjuntura ascendente). Uma recuperação muito rápida, no entanto, pode gerar inflação e especulação, muitas vezes causando nova queda. Essa alternância da prosperidade à depressão e vice-versa, que caracteriza o ciclo econômico, é um movimento observável em todas as economias capitalistas, desenvolvidas ou não”.

“Para alguns autores, o termo conjuntura designa o conjunto de fato-

res estritamente econômicos que influem na marcha da economia, eliminando assim a incidência de forças naturais e de condições sociais extra-econômicas. Outros definem conjuntura como a soma total das condições que afetam o mercado, qualquer que seja a sua natureza”.

“Os indicadores de conjuntura são um grande número de variáveis econômicas, que se encontram em relações múltiplas e complexas: produção, estoques, número de pessoas empregadas, taxa de juros, receita e despesa do governo, dívida pública, taxa de formação de capital, renda nacional e índices de preços, entre outros. A análise conjunta desses indicadores e de seus movimentos fornece um quadro da situação econômica em que se encontra o país naquele momento, ou seja, em que ponto se encontra a economia dentro do ciclo econômico. Sua identificação e mensuração permitem delinear a evolução futura e fazer previsões que serão utilizadas na elaboração de políticas econômicas mais eficientes. Essas previsões são condicionais e aproximativas, uma vez que outras variáveis, de natureza física (variações climáticas, por exemplo), política, social etc., também influem sobre a conjuntura”.

- **Estrutura econômica**

“Conjunto de elementos relativamente estáveis que se relacionam no tempo e no espaço para formar uma totalidade econômica”.

“Na economia descritiva, a estrutura corresponde à relação entre os três grandes setores de atividade: primário (atividades agrícolas e extrativas), secundário (atividades de transformação fabril) e terciário (os serviços em geral, inclusive o comércio e os transportes). O crescimento desses setores não ocorre de forma harmônica, mas desigual, e essa defasagem setorial é um elemento básico para se avaliar a estrutura, que corresponde ao grau de desenvolvimento de uma economia. Nessa perspectiva, considera-se menos desenvolvido um país de estrutura agrária, aquele cuja principal atividade econômica se localiza na agricultura. Isso porque os elementos característicos do progresso estariam no setor secundário, o que implica a hegemonia do setor industrial sobre as atividades primárias. A supremacia do setor secundário, correspondente a uma estrutura industrial, foi característica dos países altamente desenvolvidos a partir da Revolução Industrial. Mais recentemente a ênfase tem-se deslocado, nesses países, para o setor de serviços”(…)

“O conceito marxista de estrutura econômica liga-se ao conceito mais amplo de totalidade social. Assim, a estrutura (ou infra-estrutura) representa a base econômica da sociedade, sobre a qual se ergue a superestrutura (relações jurídicas, políticas e demais formas de consciência social). Essa estrutura corresponde ao modo de produção dominante numa formação social e mais especificamente, ao conjunto das relações sociais de produção (forma de propriedade, instrumentos de trabalho e seu desenvolvimento tecnológico, e classes sociais). É o fio condutor que, em última instância, explica os fenômenos político-sociais de uma época. Mas a relação entre a estrutura e a superestrutura que ela engendra não se dá mecanicamente, é uma relação dinâmica, dialética: os fenômenos econômicos determinam os políticos, mas são também por eles influenciados”.

• Modo de produção e formação social

O modo de produção e reprodução das condições materiais e imateriais de vida é definido pelo conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção. As forças produtivas são compostas pelos instrumentos e objetos de trabalho (base material e técnica da sociedade) e pela própria mão-de-obra. As relações de produção são o conjunto das relações econômicas e de propriedade que se estabelecem entre as classes

sociais. O modo de produção é a totalidade social que engloba a infra-estrutura econômica (base material e tecnológica) e a superestrutura político-jurídica, que abrange, além das leis e da organização do Estado, todas os instrumentos de reprodução da consciência social. Na teoria marxista, as especificidades de cada época não são determinadas pelo que se produz, mas como se produz.

No modo de produção capitalista existe uma clara separação entre os proprietários dos meios de produção (burgueses) e os trabalhadores “donos” unicamente de sua prole (proletários). Esta é a contradição básica, mas não quer dizer que não existam outras forças sociais dentro do processo produtivo. A produção capitalista é privada e voltada para a obtenção do lucro e não necessariamente para atender as necessidades sociais. A concorrência capitalista faz com que a burguesia invista permanentemente no avanço das forças produtivas buscando conquistar mercados lucrativos cada vez maiores para seus produtos. Neste sentido, o capita-

lismo tem um claro caráter internacional, pois objetiva integrar todos os mercados mundiais. Por isto mesmo, qualquer análise de conjuntura nacional feita nos dias atuais não pode prescindir de situar o país na ordem internacional e na dinâmica global do capitalismo.

Outra contribuição de Marx foi mostrar que as crises econômicas no modo de produção capitalista decorrem, de certa forma, do próprio sucesso do capital, já que “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção”. Os estudos marxistas mostram duas fontes potenciais de crises: a primeira é a tendência à queda da taxa de lucro decorrente do aumento da composição orgânica do capital provocada pelo avanço dos investimentos em capital constante, isto é, máquinas e equipamentos tecnológicos que aumentam a produtividade do trabalho. A segunda é a crise de superprodução (ou subconsumo) em relação à demanda, ou seja, a produção de uma maior quantidade de mercadorias do que a capacidade dos consumidores para compra-las. Para Marx, as crises são provocadas pelo choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes, sendo que a estrutura econômica é determinante em última instância.

Todavia, hoje em dia estas relações estão mais complexas, pois o Estado desenvolveu uma série de instrumentos macroeconômicos que visam criar contratendências cíclicas e a história se encarregou de criar uma estrutura social mais complexa que aquela representada na polaridade capital versus trabalho. Neste sentido, uma análise de conjuntura, para não cair no economicismo, deve dar ênfase na análise política e institucional. Deve, ainda, buscar entender a dinâmica das forças produtivas e das relações sociais entre as classes, subclasses e demais agentes econômicos, não deixando de considerar as forças e as fragilidades da intervenção estatal, dos organismos internacionais multilaterais e do posicionamento do país na conjuntura global.

Outro complicador da análise é que nenhum modo de produção existe de uma maneira pura. O conceito de modo de produção é uma construção abstrata e homogênea que visa facilitar uma análise epistemológica. Mas na maior parte das sociedades a produção e a reprodução das condições de vida ocorre de maneira heterogênea. Em uma determinada sociedade concreta pode-se encontrar uma variedade de relações de produção. Mesmo existindo uma relação dominante, que tem influência sobre as demais, o conjunto concreto não pode ser ignorado. Dá-se o nome

de “Formação Social” a estrutura econômica, social e política que coexiste de maneira articulada entre uma infra-estrutura de natureza desigual e a complexa estrutura institucional e ideológica. Assim, uma análise de conjuntura deve estar baseada em uma fundamentação historicamente determinada e deve estar colada no seu tempo, não caindo na tentação das cópias anacrônicas.

• **Estrutural versus Institucional**

Para facilitar o uso dos termos apresentados costuma-se utilizar o vocábulo Estrutural como sinônimo de infra-estrutura e o vocábulo Institucional como sinônimo de superestrutura. Uma análise de conjuntura deve levar em conta tanto as mudanças estruturais, quanto as mudanças institucionais. A análise de conjuntura deve abranger o conjunto dos problemas quer sejam estrutural ou institucional. Neste aspecto, mesmo sendo uma análise de curto prazo, abarca as variações conjunturais da estrutura. Só não faz sentido falar em “variações estruturais da conjuntura”. Numa linguagem computacional, as questões estruturais correspondem ao “hardware” e as questões institucionais correspondem ao “software”. O software não funciona sem o hardware, nem o hardware sem o software. Ou seja, a estrutura precisa de seu arcabouço institucional e vice-versa. A totalidade abrange os dois componentes que não funcionam separadamente, apesar de terem lógicas de funcionamento e dinâmicas distintas.

As mudanças estruturais são de dois tipos:

- Mudanças do modo de produção, por exemplo, do feudalismo para o capitalismo; do capitalismo para socialismo; ou mesmo do socialismo para o capitalismo.
- Mudanças dentro do modo de produção, por exemplo, mudanças dentro dos marcos do capitalismo: da 1ª Revolução Industrial (quando predominava a indústria têxtil e do ferro, a energia a vapor, as ferrovias, setor primário etc.) para a 2ª Revolução Industrial (predomínio da energia elétrica, petróleo, aço, automóveis, avião, rádio, televisão, telecomunicações, computadores, setor secundário etc.) e, desta, para a Revolução Pós-Industrial, ou Revolução Científica e

Tecnológica (predomínio da telemática, Internet, TV digital, genoma, clonagem, automação, setor terciário etc.). Da mesma forma, as mudanças institucionais são de dois tipos:

- Mudanças do aparato institucional, por exemplo, da monarquia absoluta para a monarquia parlamentar; da monarquia para a república; da ditadura para a democracia formal; do presidencialismo para o parlamentarismo etc.
- Mudanças dentro do aparato institucional, por exemplo, mudanças constitucionais e na organização dos três poderes dentro do sistema presidencialista; mudanças no sistema eleitoral e partidário; mudanças culturais, mudanças fundamentais nas leis trabalhistas e sindicais etc.

Quando uma análise refere-se às mudanças estruturais, estas podem ocorrer na perspectiva situacional ou temporal. No primeiro caso, as mudanças estruturais referem-se às transformações revolucionárias do modo de produção, dentro do modo de produção ou, até mesmo, alterações não revolucionárias ao nível da infra-estrutura econômica e social. Neste sentido, o termo estrutural está relacionado aos fenômenos que ocorrem da base material da sociedade, isto é, no mundo da divisão do trabalho, das tecnologias utilizadas e no complexo conjunto das forças produtivas, incluindo o setor informal da economia. No segundo caso, são mudanças que ocorrem por acúmulos de causas que se avolumam no longo prazo e representam transformações mais permanentes. As mudanças estruturais de longo prazo implicam em alteração na correlação de forças e no equilíbrio de poder entre os agentes sociais.

Um exemplo de mudanças estruturais e institucionais conjuntas é o da “Revolução de 30”, liderada por Getúlio Vargas, que foi um marco fundamental de transformações institucionais ao mesmo tempo em que promovia mudanças do modelo primárioexportador que predominou na República Velha (1889-1930) para o modelo de substituição de importações que prevaleceu de 1930 até os anos 80, antes da abertura indiscriminada da economia brasileira a partir do governo Collor. Tudo isto dentro dos marcos do modo de produção capitalista.

Por outro lado, as questões institucionais referem-se aos fenômenos

que ocorrem na super-estrutura jurídico-política, cultural ou ideológica da sociedade. Podem ser mudanças que ocorrem no setor público/estatal, no setor privado dominado pela lógica do mercado ou no chamado “terceiro setor” que inclui uma série de iniciativas particulares visando a atuação no espaço público não-estatal (Conselhos, ONGs, Associações etc.). Os economicistas, aqueles que fazem análises deterministas, tendem a menosprezar as alterações nas instâncias institucionais, baseados na idéia da determinação, em última instância, das forças estruturais. Eles dão mais destaque para o mundo da produção material em detrimento do mundo da reprodução das condições de vida. Mas esta postura já se mostrou completamente equivocada ao longo da história.

Louis Althusser mostrou a importância dos “aparelhos ideológicos” que funcionam como um cimento que assegura a coesão do edifício social.

Os aparelhos ideológicos são os métodos e instrumentos utilizados pelas classes dominantes para exercer sua direção e seu poder de persuasão, visando obter o consenso e a realizar sua hegemonia. Vários autores atuais têm chamado atenção para o papel da mídia (jornais, rádio, televisão aberta e a cabo, Internet etc.) e sua influência sobre a opinião pública. Estão também no plano institucional a emergência dos movimentos de mulheres, étnicos/raciais e dos homossexuais (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros - LGBT) que buscam legitimidade para a conquista de direitos e uma cidadania que respeite as diferenças e as identidades de gênero, raça e orientação sexual. Também o “movimento verde” tem apresentado importantes propostas pela defesa dos direitos ecológicos e pelo desenvolvimento ambiental auto-sustentado, constituindo-se num ator influente na esfera institucional.

No plano institucional estão, ainda, os sistemas de idéias e representações sociais e os sistemas de atitudes, costumes e comportamentos sociais. O primeiro sistema abrange as idéias políticas, morais, religiosas e filosóficas que são próprias de cada formação social. As idéias e representações coletivas fazem parte de um conjunto complexo que caracterizam uma dominação simbólica que, às vezes, é mais forte que a dominação

material. No segundo sistema, as atitudes e comportamentos consubstanciadas nos costumes e atitudes do dia a dia podem ser um entrave às transformações sociais. De modo esquemático, podemos dizer que as lutas econômicas e sindicais ocorrem mais no plano da estrutura, enquanto as lutas políticas e ideológicas ocorrem fundamentalmente no

plano institucional ou da superestrutura. Contudo, não se pode ignorar que na totalidade social esta divisão esquemática perde o sentido, pois as questões econômicas e políticas estão profundamente interligadas e são como a “cara e coroa” de uma mesma moeda. Um erro crasso seria considerar o Estado como um simples “aparelho repressivo” da classe dominante e ignorar as instituições da sociedade civil e a inserção desta nos meandros de poder do Estado.

• **Tática versus Estratégia**

A tática está para a conjuntura assim como a estratégia está para a estrutura, no sentido que a tática diz respeito às questões de curto prazo e a estratégia diz respeito às questões de longo prazo. Diante das diversas manifestações espontâneas que acontecem cotidianamente, as forças sociais organizadas buscam apresentar alternativas parciais (de curto prazo), enfileiradas num “programa mínimo” e alternativas globais (de longo prazo), enfileiradas num “programa máximo”. Assim, uma tática de luta econômica e política é representada por um conjunto de reivindicações parciais e transitórias que possam responder as necessidades da conjuntura, enquanto a estratégia de luta é o conjunto de proposições capazes de propiciar transformações estruturais na organização da sociedade.

Ao contrário de outras estruturas sociais do passado que eram marcadas pelo marasmo e por relações estáticas, a sociedade capitalista é marcada pela dinâmica e pela mobilidade ascendente ou descendente em constante movimento. No capitalismo, o desenvolvimento da tecnologia e das forças produtivas é um processo marcado por períodos de maior ou menor dinamismo e por mudanças nas representações, comportamentos e na correlação de forças entre os atores sociais. A sociedade capitalista é profundamente marcada por contradições e conflitos e por disputas antagônicas. Ela se sustenta em um equilíbrio instável e meio anárquico, mas dinâmico.

Existem ocorrências aleatórias e esporádicas que não se configuram em uma tendência.

Mas existe um conjunto de fatos, que mesmo sem aparentar uma causalidade aparente, fazem parte de uma tendência de transformações que podem ocorrer no curto ou no longo prazo. Os primeiros estão mais relacionados com as questões conjunturais e, os segundos, com as questões

estruturais. O curto prazo é definido como um período insuficiente para alterar os meios de produção ou as instituições políticas da sociedade.

O longo prazo é definido como o período de tempo em que pode haver mudanças estruturais na base técnico-produtiva ou nas instituições políticas e ideológicas.

Nos termos de uma linguagem bélica, a tática corresponde ao horizonte de uma batalha, enquanto a estratégia corresponde ao horizonte de uma guerra. K. V. Clausewitz (1780-1831) disse que “a guerra é a continuidade da política sobre novas formas” e, na mesma linha, Mao Tsé-tung (1893-1976) afirmou que “A política é guerra sem derramamento de sangue, enquanto a guerra é a política com derramamento de sangue”. Também utilizando uma linguagem militar, Antônio Gramsci (1891-1937) usou os termos “guerra de posição” para definir a tática e as ações empreendidas na conjuntura e “guerra de movimento” para definir a estratégia e as ações empreendidas nos momentos de revolução estrutural. Na guerra de posição os atores sociais adotam a tática de resistência, acumulação de forças e conquistas parciais no jogo de poder, enquanto na guerra de movimento, os atores sociais adotam uma estratégia de ataque frontal e tomada de poder. Para Gramsci, o ataque frontal antes da conquista da hegemonia é uma fonte inesgotável de derrotas. Para ele, a tomada de poder tem que ser precedida da consolidação das “trincheiras” e da conquista de posições sólidas na disputa social, econômica, política e cultural.

A luta política consiste na constante disputa de espaços, no controle dos territórios conquistados e no avanço sobre as hostes inimigas. Na visão de Gramsci, primeiro seria preciso conquistar a sociedade civil e só depois o Estado. Lênin (1870-1924) relacionou o conceito de “agitação” com a tática e o de “propaganda” com a estratégia. Para ele, agitação significa a difusão de poucas idéias para muita gente – a massa, enquanto a propaganda é a difusão de muitas idéias para pouca gente – a vanguarda. Por ironia, quem atualmente melhor utiliza o conceito leninista de “agitação” é a grande mídia que através dos meios de comunicação de massa consegue difundir idéias simples, mas de grande aderência popular.

A tática está relacionada com o “momento atual” de uma sociedade concreta, sendo que cada momento específico sintetiza as contradições de uma determinada formação social que é sempre a “unidade da diversidade”. Numa sociedade heterogênea existem diferentes grupos sociais e diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Só

o pensamento simplista e mecanicista pode conceber a conjuntura reduzida à contradição básica capital versus trabalho. O conflito básico do capitalismo é uma abstração que só tem efetividade na medida em que se manifesta, na prática, através de contradições principais e secundárias. A função da análise de conjuntura é apontar a natureza principal ou secundária dos conflitos que surgem no dia a dia, evitando os dois erros comuns, mas opostos, que ocorrem no seio das lutas políticas: o economicismo e o voluntarismo.

O economicismo (e o corporativismo) ocorre quando a luta econômica fica presa e restrita às reivindicações específicas de uma categoria ou fração de classe sem estabelecer conexões políticas mais amplas, ficando aquém das possibilidades objetivas.

O voluntarismo (ou aventurismo), ao contrário, é marcado por um profundo subjetivismo, pelo superdimensionamento do desejo e do sonho e por uma desconsideração das condições objetivas da realidade. Uma tática correta tem que saber dosar a influência das condições objetivas e das condições subjetivas.

A estratégia vai além da tática na medida em que aponta para um horizonte mais longo e está relacionada com os rumos da luta social e a formação de “blocos históricos” de direção política. Gramsci mostrou que a classe dominante não atua sozinha, mas a cada momento organiza um “bloco histórico” para o exercício do poder, que não se exerce somente pela força, mas através do consenso dos grupos sociais que lhe estão próximos ou são seus aliados. Ele distingue classe dominante de classe dirigente e propõe a troca do conceito de “ditadura do proletariado” pelo conceito de “hegemonia do proletariado”.

A hegemonia se traduz na capacidade de estar à frente da direção de um sistema de aliança política e na liderança de um processo de transformação social. Neste sentido, uma política de alianças é um componente fundamental para a construção de um bloco progressista de atuação em cada formação social concreta e é um componente vital em qualquer tática ou estratégia de transformação social.

CONCLUSÕES

Por tudo que foi mostrado anteriormente, percebe-se que a análise de conjuntura não é um documento imparcial feito de uma coletânea de

notícias de jornal. Muito menos é uma fotografia estática da realidade. Ela tem como objetivo “filmar” a dinâmica do movimento social, emoldurando o quadro da correlação de forças dos atores políticos da cena nacional e internacional. Ela deve levar em conta não somente os fatos concomitantes e imediatamente contemporâneos, mas deve incorporar a evolução temporal das principais tendências estruturais e institucionais. Deve traçar um cenário que englobe as confluências e tensões, as acomodações e contradições, buscando revelar as continuidades e rupturas ou descontinuidades e multiplicidades. Neste sentido, deve combinar uma análise sincrônica com uma análise diacrônica.

A análise de conjuntura deve começar traçando um panorama da situação mundial devido ao caráter internacional do sistema econômico em que vivemos. Atenção especial deve ser dada aos países capitalistas avançados, comumente chamados de países do Primeiro Mundo. É necessário compreender a dinâmica do centro do capitalismo internacional e a irradiação de suas influências, pois a economia mundial está interligada através de relações de domínio, dependência e subordinação. As diferenças entre as diversas regiões do mundo e dos blocos regionais também precisam ser analisadas, antes de se partir para a análise local. Nos séculos XVII e XVIII houve uma mudança no centro de gravidade do crescimento econômico da Holanda para a Inglaterra. Uma das consequências das duas grandes guerras do século XX foi acelerar a transferência da hegemonia inglesa para os Estados Unidos. Provalvemente, uma nova mudança de hegemonia deve acontecer no século XXI e, sem dúvida, o centro de gravidade econômico internacional deve pender para a populosa região da Ásia.

Este novo mapa geopolítico do mundo irá afetar a dinâmica do Brasil e dos países da América Latina. Desta forma, o panorama nacional de uma análise de conjuntura deve começar situando o país diante da ordem internacional e das novas relações de força, mostrando o tipo de inserção existente e os graus de liberdade da economia e das políticas nacionais. Deve-se traçar o quadro estrutural a partir das variáveis macroeconômicas e de uma série de indicadores que as instituições oficiais e os institutos de pesquisas disponibilizam regularmente. No quadro político, deve-se traçar um quadro do jogo parlamentar e da dinâmica dos partidos, do movimento sindical e demais movimentos sociais, culturais e populares.

A análise de conjuntura não deve se basear numa atitude reativa, mas deve ser proativa e propositiva, sem cair, porém, no extremismo ou no moderantismo. Ela deve saber “medir” a velocidade da dinâmica social para não ficar atrás dos acontecimentos, nem à frente da realidade. A análise tem que ser tempestiva, isto é, tem que ser apropriada para cada tempo histórico e para cada formação social concreta. O anacronismo consiste em fazer propostas intempestivas, isto é, fora do seu tempo. Os extremistas e voluntaristas são aqueles que querem antecipar os fatos sociais e dar um rumo para o movimento de massas, como se os dogmas subjetivos fossem capazes de superarem as condições objetivas e a marcha concreta da história. Já os moderantistas e imobilistas são aqueles que ficam aquém das possibilidades históricas do movimento social. Portanto, a atuação política precisa sempre achar o ritmo correto da marcha, pois qualquer aceleração pode levar ao esquerdismo (vanguardismo) e qualquer desaceleração pode levar ao direitismo (conservadorismo).

A passividade é, certamente, uma atitude imobilista, mas que não poderá ser superada com ativismo da vanguarda e sim com medidas adequadas que façam avançar a consciência social e a livre manifestação dos grupos multiidentitários.

Por fim, a análise de conjuntura é fundamental para aqueles que querem balizar sua intervenção política baseada em princípios sólidos. A análise de conjuntura só é desnecessária para aqueles que julgam conhecer a fórmula da interpretação atemporal e do progresso, como se a intervenção social fosse uma receita de bolo a ser aplicada em qualquer lugar e em qualquer tempo. Neste caso, basta repetir o dogma como se fosse um mantra que, de tanto ser repetido, assume ares de verdade. Para os dogmáticos basta que o movimento de massas se levante e se incorpore, pois a roupa da revolução já está pronta, cabendo às massas se adaptarem ao figurino da doutrina dos sectários. Os sectários também vivem em uma camisa de força.

Mas para quem não acredita na predeterminação da história e nem em receitas de bolo para a compreensão social, a análise de conjuntura é um rico instrumento de aprendizagem, de contextualização e de sintonia fina com a realidade.

MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA

Maria Clarissa Ribeiro Guimarães

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NOS MARCOS DA LUTA DE CLASSES

Embora as questões políticas tenham sido quase sempre enfocadas num prisma que privilegia sua dimensão institucional há, na realidade, uma multiplicidade de facetas que se atribui à Política. Nessa perspectiva, longe de definições imprecisas, o que queremos é delimitar nossa compreensão de política para além da esfera institucional, evidenciando que, as relações sociais que estabelecemos, possuem profundo sentido político.

O ser social, de acordo com Netto e Braz (2007), é o único ser que se particulariza porque é capaz de: realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo e consciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se e sociabilizar-se.

Ademais, as determinações históricas que singularizam o ser social são resultado não apenas da escolha motivada pelo intento e/ou a necessidade do sujeito, mas condicionadas pela causalidade, parte concreta da totalidade histórica. A causalidade é algo que se impõe ao desejo do ser, ainda que este possa tensioná-la na perspectiva de enfrenta-la.

É na relação dialética entre o ser social e a história que o sujeito dota-se da inteligibilidade de captação do real, isto é, a consciência, ainda que na sua forma mais imediata. O nível de complexidade atingido por esse processo é determinado pelo conjunto das necessidades dos seres sociais e pela forma com a qual engendram as condições de sua superação.

Não é por acaso, que, nas formulações de Marx e Engels, a compreensão teórica do movimento histórico reivindica que, até hoje, a história da humanidade é a história da luta de classes. A constituição das classes sociais, medular e historicamente, está implicada na forma com a qual os sujeitos organizam, para e pelo trabalho, e garantem a (re)produção

social de uma determinada sociedade.

Na sociabilidade capitalista, a condição social sob a qual o trabalho é realizado traz em si o germe da estrutura de classes. Portanto, a contradição central que particulariza essa sociabilidade está referenciada nas necessidades de classes antagônicas, isto é, trabalhadores e capitalistas.

No modo de produção capitalista a realização do trabalho e das relações sociais suscitadas por ele, se materializam na real e idealmente de forma alienante. Ao não se reconhecerem como sujeitos de seu trabalho e estabelecer uma relação de estranhamento para com o conteúdo de sua ação, os próprios indivíduos são coisificados e a alienação se faz presente nas mais diversas dimensões da existência social. Tornando-se um ser humano alienado, afasta-se da realidade da qual deveria conhecer para intervir e, com isso, oculta-se o seu papel de construtor da história. Por isso, os processos de alienação são vitais para a dominação dos indivíduos pelo capital.

No entanto, isso não quer dizer total ausência de mediações e possibilidades emancipatórias que proporcionem condições para os indivíduos superarem a alienação.

Acreditamos que a organização política numa perspectiva crítica e totalizante seria uma das dimensões da existência social capaz de desmistificar as formas reificadas de ser e pensar.

Nesse sentido, compreendemos que a práxis política, dentro de uma perspectiva de classe, tem como papel essencial fazer a crítica consistente aos pilares valorativos de sustentação do capital e subsunção do ser humano ao mercado, reafirmando valores e princípios construídos na direção da emancipação humana. Podemos afirmar, então, que a política proporciona uma revalorização do coletivo ao passo em que potencializa o enfrentamento da ideologia dominante, se realizando no campo contraditório da luta de classes e, dessa forma, a reflexão e ação política constituem-se possibilidade de objetivação da dimensão humano-genérica do indivíduo.

Não por acaso a tradição marxista atribui significativa importância para a ação coletiva da classe trabalhadora por meio dos diversos instrumentos político-organizativos. Em O Manifesto do Partido Comunista Marx e Engels destacam que, em uma sociedade marcada pela divisão de classes, são os interesses antagônicos que impulsionam a política, por meio do Barroco (2007) acrescenta, além da política, algumas outras

atividades que permitem uma ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade, quais sejam: o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia e a ética.

Segundo a autora, “as atividades propiciadoras da conexão dos indivíduos com o gênero humano explicitam capacidades como: criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. Todas elas estão vinculadas com valores” (p. 42).

“A síntese de seu pensamento e a visão mais precisa, do que foi e de qual deve ser o papel da classe trabalhadora na história da humanidade, apareceu em O Manifesto do Partido Comunista, elaborado, em Londres, em fins de novembro e começo de dezembro de 1847 [...]. A contribuição que o Manifesto deu naquele momento para a organização política da classe trabalhadora foi imensa, porque, em meio às revoluções burguesas, não havia clareza do que fazer, tampouco se sabia qual deveria ser o papel dos trabalhadores. Foi dessa forma que o texto passou a correr o mundo levando idéias que elevavam o conhecimento dos revolucionários e estabeleciam ligações profundas entre os trabalhadores” (BOGO, 2005, p. 72-73).

O cotidiano enfrentamento de forças entre as classes. Discorrem, ainda, sobre as diversas etapas do desenvolvimento do proletariado em sua luta contra a burguesia, bem como o processo de construção da identidade coletiva, transitando da consciência em si para a consciência para si.

Esta perspectiva é aprofundada por Gramsci ao denominar de ‘catarse’ o processo de elevação do nível da consciência corporativa para o nível da consciência de classe. Para o pensador italiano, é impensável a reflexão sobre a organização política sem considerarmos a divisão da sociedade em classes antagônicas:

[...] governados e governantes, dirigidos e dirigentes existem realmente. Toda ciência e arte da política se baseiam nesse fato primordial, irreduzível (em determinadas condições gerais) [...] a seguinte premissa é fundamental: queremos que governados e governantes existam sempre ou queremos criar condições para que a necessidade dessa divisão desapareça? Partiremos do princípio de que a perpétua divisão do gênero humano é inevitável ou acreditaremos que ela seja apenas um fato histórico que responde a determinadas condições?

Um segundo elemento que Gramsci considera é a necessidade de organização da classe para a construção de uma nova hegemonia, entendida aqui como a direção e o consenso ideológico que uma classe exerce sobre a sociedade. Para tanto, elabora estratégias anticapitalistas com o objetivo de levar a classe trabalhadora a ascender ao poder político, como por exemplo, a guerra de movimento e a guerra de posição⁴. A primeira se constitui como um enfrentamento direto ao poder do Estado, enquanto a segunda se caracteriza por conquistas graduais de espaços de direção ideopolíticos.

Para Gramsci, a construção de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa “preparação ideológica das massas”, um trabalho de construção de uma nova concepção de mundo. Dessa forma, a partir de uma determinada compreensão do processo de transformação social, Gramsci amplia, consideravelmente, a noção de política ao se preocupar com os elementos de preparação das condições ideológicas da práxis revolucionária, sem perder a dimensão da importância de articulação e complementariedade dos processos cultural e econômico, entendendo este último como determinante para a compreensão da realidade social e sua transformação.

Distingue duas formas de política: a grande política ações que intencionalmente modificam ou preservam a ordem social e a pequena política, ações vinculadas a questões parciais e cotidianas, como a política parlamentar. É no complexo processo de passagem de em alguns momentos, compara a luta política e a arte militar, mas reconhece que: “a luta política é enormemente mais complexa”.

Pequena para a grande política ou ainda da consciência e da prática egoístico-passional para a ético-política que se constitui e que se pensa a esfera da política em Gramsci.

O pensador italiano ressignifica, também, o conceito de sociedade civil, tornando o debate ainda mais complexo. Em contraponto às posições que compreendem sociedade civil como funcional ao projeto capitalista, a acepção gramsciana a concebe como a esfera em que as classes organizam e defendem seus interesses e disputam hegemonia.

A sociedade civil passa a ser, portanto, “palco de um pluralismo de organismos coletivos ditos ‘privados’ (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação, etc), é a nova configuração da dinâmica social, na qual se precisava repensar a polí-

tica5”. Com isso, Gramsci demarca uma diferença radical nas acepções do que se entende e se defende por sociedade civil e, conseqüentemente, que projeto político deveria ser construído a partir deste entendimento.

Assim sendo, na abordagem marxista, a política é determinada pela formação econômica da sociedade e, estando presente nas mais diversas esferas da vida social, constitui-se como locus privilegiado para o exercício do potencial revolucionário da classe proletária, por meio dos diferentes instrumentos político-organizativos, no que se refere à elaboração de um projeto de emancipação humana.

Nessa perspectiva, compreendemos os movimentos sociais (MS) como um dos sujeitos coletivos presentes na arena política e com forte potencial de mobilização e articulação da classe trabalhadora, na luta pela hegemonia de um projeto societário anticapitalista.

MOVIMENTOS SOCIAIS: SITUANDO A PROBLEMÁTICA

Nas mais diversas abordagens teórico-metodológicas, os movimentos sociais (MS) tornam-se objeto de estudo acadêmico nos anos 1960, face ao contexto de lutas deste período.

Isto corresponde ao nosso entendimento de que a realidade define, de certo modo, a agenda de pesquisa na universidade, segundo as escolhas políticas e teóricas dos sujeitos pesquisadores.

As diferentes interpretações e definições para movimento social tem provocado, muitas vezes, embaraços teóricos no sentido de rotular toda e qualquer ação coletiva em defesa de determinado interesse como sendo um MS.

Na realidade, é importante saber distinguir movimento social e grupo de interesses, bem como formas de ação coletiva, tais como protestos ou manifestações, e movimento social propriamente dito, pois estes aspectos de forma isolada não conformam um movimento social, embora a existência de objetivos em comum e estratégias de organização e mobilização, aliados a outros componentes, sejam importantes para a constituição de um MS.

Entendemos, assim, que os movimentos sociais referem-se à organização de um sujeito coletivo constituído por um grupo que compartilha identidades “[...] sob uma liderança determinada ou não; possuindo um

programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social”.

Nesse sentido, Scherer-Warren argumenta que são elementos constitutivos fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais: a práxis, o projeto, a ideologia e a direção e organização. A práxis é entendida como a prática refletida, não-alienada, crítica, a intervenção prática consciente. Ao mesmo tempo em que supõe uma projeção anterior em termos de objetivos e métodos, da práxis também decorre a objetivação de uma nova situação, a criação de novas alternativas e possibilidades ou, se assim preferirmos chamar, a materialização de projetos; ainda que a depender do solo histórico e das condições dele provenientes nas quais a práxis é desenvolvida, este campo de possibilidades possa ser ampliado ou reduzido.

Deve-se, porém, distinguir, como nos alerta Netto e Braz (2006), àquelas formas de práxis voltadas para a exploração da natureza – como é o caso do trabalho (base ontologicamente primária da práxis) – das formas de práxis baseadas nas relações entre sujeitos, que visam influir na ação de homens e mulheres, a exemplo da práxis educativa. É bem verdade que não se pode falar na existência de um paradigma latino-americano de análise dos movimentos sociais, inclusive porque ainda é bastante incipiente a produção teórica sobre o tema neste continente, mas algumas características revelam as particularidades dos movimentos sociais latino-americanos, dentre as quais destacam-se as assinaladas por Gohn (2007): a diversidade de MS existentes, inclusive em relação às mesmas demandas, por apresentarem diferenciações internas entre eles quanto à forma de organização e projeto político; a hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de MS, pois grande parte dos movimentos latino-americanos lutam por direitos sociais básicos e elementares; a relação dos MS com o Estado, pois esta sempre variou em função dos objetivos estratégicos dos próprios movimentos; e o fato dos partidos políticos terem clara atuação junto aos movimentos sociais em geral, até porque muitos militantes dos movimentos são, também, militantes partidários.

É sobretudo a esta última que estamos nos referindo quando concebemos a práxis como um dos componentes dos movimentos sociais.

Nessa lógica, a luta política que, nesta sociabilidade, corresponde ao enfrentamento das contradições e antagonismos que a constituem, impõem

aos movimentos sociais a projeção do que se tem a pretensão de transformar, sob qual direção e por quais vias, afirmações contidas em seu Projeto.

A própria construção de um Projeto no marco dos movimentos sociais está vincada especialmente no imperativo destes sujeitos coletivos afirmarem o que querem alterar na realidade, com base em necessidades e interesses. A experiência histórica nos tem demonstrado, aliás, que estes interesses estão imbricados e diretamente articulados com projetos de classe e é este caráter de classe que constitui seu núcleo fundamental. Entretanto, como é do nosso conhecimento, aqueles projetos correspondentes aos interesses da classe trabalhadora, no contexto da sociedade do capital, tem diante de si uma realidade adversa que impacta sobre suas possibilidades e condições para efetivação, o que não ocorre do mesmo modo quando se tratam de projetos que correspondem aos interesses da classe politicamente dominante.

Queremos dizer com isso que o Projeto de um movimento social, enquanto parte dos componentes que o constituem, representa também um campo de tensões, lutas e disputas societárias. E mais: para os movimentos da classe trabalhadora, perspectiva com a qual estamos trabalhando no presente texto, estão postos múltiplos desafios, mas estes não invalidam por si só sua pertinência e viabilidade concreta, pois nas contradições da realidade também residem suas possibilidades históricas.

Compreender, assim, tanto a práxis como o projeto político de um movimento social perpassa pela apreensão da ideologia que conforma os valores e princípios que atribuem sentido e direção ao movimento, pois esta pode tanto ser construída no sentido de enfrentamento à ordem vigente, como também de sua legitimação, especialmente quando situamos a ideologia no âmbito da sociedade de classes.

Sob a ótica da luta social da classe trabalhadora, a ideologia se contrapõe às ideias, valores e projetos da classe dominante que se apresentam principalmente como instrumentos para difundir as desigualdades como determinações naturais e ocultar / dissimular a dominação e a própria luta de classes.

A tradição marxista já nos demonstrou que a burguesia, classe dominante por deter os meios de produção, acaba também, por decorrência, dominando no âmbito do conhecimento produzido e, com isso, difundindo suas idéias de tal forma que nos parecem universais e são reproduzidas no conjunto da sociedade.

Contudo, este certo amoldamento à ideologia dominante não é algo dado e a ideologia contra-hegemônica que tem sido construída pelos movimentos sociais da classe trabalhadora tem representado este contraponto, sobretudo quando expressa uma consciência de classe, semeada a partir da vivência de contradições particulares.

Por fim, a direção e a organização de um movimento social refere-se às relações estabelecidas entre direção e base, ou seja, as articulações que são construídas pelas lideranças e militantes em geral, na condição de interlocutores do movimento. Direção e organização fazem parte, desse modo, da dinâmica interna de um movimento. Com isso, esboçamos uma noção dos elementos que estruturam um MS.

A historicidade e as tendências recentes que vem sendo processadas no campo das lutas sociais somente podem ser apreendidas nos marcos da análise da realidade concreta.

Desse modo, analisar as relações entre Estado, classes e movimentos sociais no Brasil, desvelando suas particularidades, pressupõe considerar as mediações que são estabelecidas pela sua formação econômica, política, social e cultural.

Dada a complexidade da formação de um país, seus múltiplos processos sociais não podem ser reduzidos à hegemonia de determinado modo de produção. Todavia, este é um elemento que de forma alguma pode ser abandonado, por se constituir determinante fundamental (BEHRING, 2003), base material das relações sociais que nos interessa apreender.

Traços e tensões da formação social brasileira evidenciam as interfaces desta formação com o desenvolvimento e consolidação da dinâmica capitalista. Aliás, a literatura marxista neste campo analisa a história do país articulando movimentos internos com a lógica de subordinação ao mercado mundial.

A interlocução com o pensamento social brasileiro nos permite assinalar, dentre os aspectos da formação do Brasil, alguns que merecem maior atenção quando se trata de articular estes elementos com a realidade atual dos movimentos sociais.

A noção de desenvolvimento desigual e combinado, bem como a idéia de modernização conservadora adotados para explicar o processo de transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista se situam nessa direção, por estes serem conceitos que expressam o descompasso verificado entre o desenvolvimento econômico e o desenvol-

vimento social. Ora, na formação social e econômica do Brasil, a pobreza e a desigualdade crescem de forma relativa, na proporção em que ocorre a expansão das forças produtivas e a concentração do capital.

Outro elemento refere-se à marca da heteronomia e da dependência na formação social brasileira, a qual não apenas mantém e aprofunda as disparidades econômicas e sociais no país, como também engendra um modo particular de dominação política e subsunção ao capital internacional.

Por fim, um aspecto presente e de natureza duradoura na formação social brasileira, igualmente relevante para considerarmos em nossas análises, é a incongruência entre as normas legais e as normas práticas. Explica-se este aspecto da sua formação pela acentuada especificidade do liberalismo no país em relação ao padrão europeu. Ao se construir ora com caráter de um liberalismo heróico no qual convergiam e mesmo se confundiam as aspirações da elite com os demais grupos sociais, e ora com caráter de um liberalismo regressista, distante e apartado das pressões democráticas, “o liberalismo no Brasil não se constrói sobre a universalidade da figura de cidadão⁹”. Ao contrário, no caso brasileiro, a cidadania se constrói sob o signo das relações de favor e de dependência, muitas vezes combinado com o assistencialismo e a repressão.

Vale ressaltar que marcas de nossa herança colonial se atualizam e se transformam ao mesmo tempo, se rerepresentando sob novas condições históricas e imprimindo novos elementos para pensarmos os processos político-organizativos contemporâneos. Nesse contexto, como assinala Iamamoto (2008) o desafio é compreender o modo como o capital articula essa multiplicidade de relações, trazendo para as determinações do tempo presente a incorporação de outras tantas diferentes lógicas e relações que produziu no passado.

Qualquer abordagem teórico-metodológica coerente com a perspectiva de totalidade não deve prescindir dessas considerações, pois sem dúvidas a particularidade do desenvolvimento brasileiro repercute, em diversos outros aspectos da realidade atual, mas ainda na forma como os movimentos sociais se organizam no país. Ademais, para além do exercício de deitarmos nosso olhar sobre o passado, reconhecendo as reedições que temos hoje, faz-se necessário, da mesma forma, pensarmos as novas determinações que se apresentam neste contexto.

O caráter de construção histórica da organização política nos impõe

a necessidade de estarmos atentos(as) para a importância de se examinar concretamente a atuação dos movimentos sociais em cada conjuntura para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações e lutas. Isto implica que não podemos atribuir aos MS ações e táticas políticas únicas e imutáveis, independente do contexto histórico no qual estão situados, e, principalmente, com base em qual programa, ideologia e projeto está conformada sua organização e direção, elementos fundamentais para a compreensão de todo e qualquer movimento social.

Como já afirmamos, a formação brasileira certamente confere particularidades às relações entre Estado e classes sociais no país. Temos, assim, o entendimento de que não é possível falar de movimentos e lutas sociais sem fazer referência ao Estado, pois ambos se influenciam mutuamente e estão em constante relação, ainda que trate-se de uma relação complexa e dialeticamente contraditória; Também julgamos absolutamente necessário evitar tratar os movimentos sociais linearmente e de forma parcial ou com estereótipos, pois como fenômenos históricos, eles existem sob diferentes aspectos e configurações; Percebemos, além disso, que não seria redundante falarmos em um movimento dos movimentos sociais (Duriguetto; Montaña, 2010), pois diz respeito também a um fenômeno que tem que ser pensado e tratado como um processo e que por isso mesmo contém em si uma dinâmica que articula passado, presente e futuro. Desse modo, não é um fenômeno fechado ou circunscrito a si mesmo, mas que se encontra em constante relação, fato decorrente não só de pressões externas, mas também da sua própria dinâmica interna.

Sabemos que o desenvolvimento capitalista brasileiro foi conduzido de forma elitista e anti-popular, marcado por apoios e negociações entre as classes dominantes, que, estrategicamente, antecipavam as reivindicações da classe trabalhadora ou, a depender da conjuntura, recorriam à repressão via Estado, como se verifica no caso da prática dos golpes de Estado. O que importa, sob a ótica da classe dominante, é pacificar a classe trabalhadora e evitar grandes pressões populares em direção a uma ruptura radical com a ordem vigente.

Prova disso é que “[...] todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição do capitalismo (desde a independência política ao golpe de 64, passando pela proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução pelo alto”.

Vale ressaltar que Iamamoto (Op. cit) chama de “solução pelo alto” o fato de historicamente os rumos dos processos políticos no país serem resultado da conciliação entre as frações das classes economicamente dominantes com a exclusão forçada das forças populares, ao invés de serem resultado de movimentos verdadeiramente populares, o que não significa ausência de reivindicações, protestos e lutas das forças democráticas.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia. As atividades emancipadoras. In: *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOGO, Ademar (Org). *Teoria da Organização Política: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- BOITO JR, Armando. *A hegemonia neoliberal no governo Lula*. Disponível em http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/Unicamp/Governo_Lula.pdf. Acesso em: 01 de outubro, 2010.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social*. Brasília: UnB; Editora Letras Livres, 2006.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E (Org). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.
- GALVÃO, A. Movimento Sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. In: *Outubro*. Nº 14. SP: Instituto de Estudos Socialistas, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995. _____. *A crise dos movimentos populares nos anos 90*. In: *Movimentos Sociais e Educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *A questão social no Brasil*. In: *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LUCHMAN, Lígia Helena Hahn; SOUSA, Janice Tirelli Pontes. *Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005. *Revista Debate & Sociedade - Uberlândia - V. 1 / N.º 2 -2011* 37
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5). NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SADEK, Maria Teresa. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú*. In: WEFFORT, Francisco (Org). *Os clássicos da política*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- SADER, Emir (Org). *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SANTOS, S. M. M. *A dimensão política dos movimentos sociais: um estudo das representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos*. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1995.

SCHEREN-WARREN, Ilse. Componentes dos Movimentos Sociais. In: Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. Convite à rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade. Fortaleza-CE, 2008.

SINGER, André. A história e seus ardis. Mimeo, 2010.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: Novos Estudos n. 85. São Paulo: CEBRAP, 2009.

REFLEXÃO SOBRE O RACISMO

Clovis Moura

Um pensamento comum entre os historiadores precursores do racismo é a visão de que os negros, índios e mestiços em geral são elementos bárbaros, pagãos, gentios sem capacidade civilizadora e os brancos, detentores das estruturas de poder, aqueles elementos que impulsionaram a nossa sociedade em direção à civilização.

Não queremos dizer que haja um racismo racionalizado e sistematizado, pelo menos nos primeiros produtores dessa literatura, até o século XIX. mas um racismo larvar, indefinido, que era justificado pela situação de barbárie dessas populações, fato que explicaria a sua escravização, subalternização e discriminação. Os pretextos religiosos ou de outra ordem justificavam a aventura colonialista. A ideologia religiosa, especialmente a 'cristã, foi, no particular, um anteparo que justifica a escravização dos Filhos de Cam. Todos os historiadores cujo pensamento analisamos são acordes num particular: os negros não tinham condições de dirigir a sociedade; eram por determinação divina ou de outra ordem condenados a serem massa dominada pelos brancos, detentores do poder e do privilégio divino ou racial de dominar o mundo.

A partir de determinada época, mais especificamente a partir do século XIX, surge uma corrente historiográfica científica, a qual procurava, através de categorias evolucionistas vulgares, demonstrar que o negro fora escravizado e dominado na África por razões de ordem biológica, isto é, por se encontrarem na última escala da evolução racial e, por isto, o seu cérebro e equipamento de psicológico e moral não tinham condições acompanhar o processo civilizatório.

A partir daí, época que coincide com a expansão do capitalismo na Europa e o seu sistema de dominação planetária dos povos coloniais, toda uma antropologia colonialista adquire o status de ciência e passa a dar respaldo à aventura de dominação das metrópoles dominadoras. O capitalismo monta toda uma arquitetura teórica para justificar cientificamente o que antes era justificado através de razões bíblicas, morais ou de competições locais. Com isto, o racismo como é hoje conhecido racio-

naliza-se, isto é. deixa de considerar essas diferenças raciais como simples opiniões teológicas ou empíricas, para afirmar que cientificamente as raças não-brancas e o negro em particular encontram-se oprimidos e discriminados por incapacidade biológica de acompanharem o processo civilizatório, aqui confundido e identificado com a expansão capitalista.

Um dos teóricos desse racismo antropológico, V. de Lapouge, escrevia em 1880: “Estou convencido de que no próximo século milhões de homens se matarão por um ou dois graus a mais do índice cefálico.” Esta afirmativa inteiramente destituída de conteúdo científico, mas cheia de realismo político (realpolitik) foi dramaticamente concretizada na ideologia nazista a qual, apoiada no mito da superioridade racial dos nórdicos arianos, levou o mundo a uma tragédia sem precedentes. O racismo, o mito de superioridade racial de um povo sobre outro, encobre, presentemente, os interesses expansionistas ou messiânicos de povos que se julgam eleitos e desejam, através dessa cortina de fumaça, conseguir a hegemonia econômica, social e cultural sobre povos mais fracos. Esta racionalização do preconceito através do racismo, por isto mesmo, não morreu e ainda exerce papel e função de importância em diversos blocos de poder de nações que disputam a hegemonia no mundo capitalista.

Há, portanto, no presente momento, uma reformulação do racismo que se corporifica em uma série de ideologias, muitas delas reivindicadoras de pseudo-direitos milenares que nos levariam novamente a ter de ouvir o discurso de um povo eleito o qual, através de um mandato bíblico, estaria destinado a dominar o mundo. No entanto, a função dessas ideologias é sempre a mesma: dar respaldo a projetos de exploração de um povo militarmente mais forte sobre outro mais fraco. Com isto queremos dizer que a função do moderno racismo é racionalizar a permanência do capitalismo e da sua expansão sobre outros povos.

Definindo este novo racismo, Immanuel Wallerstein escreve:

O que entendemos por racismo tem pouca relação com a xenofobia existente em vários sistemas históricos anteriores. A xenofobia era literalmente horror ao “estrangeiro”. O racismo do capitalismo histórico não tinha nada a ver com os “estrangeiros”. Muito pelo contrário. O racismo era a forma como vários setores da força de trabalho na mesma estrutura econômica eram obrigados a se relacionar entre si. O racismo era a justificação ideológica para a hierarquização da força de trabalho e suas dis-

tribuições enormemente desiguais do rendimento. O que entendemos por racismo é aquele conjunto de asserções ideológicas combinado com aquele conjunto de práticas contínuas, que resultaram na manutenção ao longo do tempo, de uma alta correlação entre etnicidade e alocação da força de trabalho. As asserções ideológicas davam-se sob a forma de alegações que supunham traços “culturais” genéticos e/ou de longa permanência de vários grupos, e eram de fato a causa principal da locação diferencial das posições nas estruturas econômicas. Entretanto, as crenças de que certos grupos são “superiores” a outros, em certas características relevantes para o desempenho na área econômica, sempre surgiu de fato depois, e não antes da locação desses grupos na força de trabalho. O racismo sempre foi post hoc. Considerava-se que os que eram econômica e politicamente oprimidos eram “inferiores” (Immanuel Wallerstein. O capitalismo histórico)

No caso particular do Brasil, esse etnocentrismo do branco em relação ao negro e ao não-branco em geral teve e tem como função exatamente estabelecer fronteiras hierárquicas do ponto de vista étnico para que essas etnias consideradas inferiores não possam transpô-las através da mobilidade social vertical individual ou massiva. Fecha-se, assim, o leque de oportunidades para os membros considerados inferiores. Isto aconteceu desde o Brasil colônia e durante todo o período imperial, prosseguindo, com modificações modernizadoras, até os nossos dias.

Os historiadores que estudamos estavam, neste sentido, ao inferiorizar etnicamente os negros índios e mestiços em geral, exercendo um papel ideológico seletor que empurrava para baixo, por compressão, em vários níveis essas populações oprimidas sob o pretexto de que eram inferiores. Em todos esses produtores da obra histórica perpassa essa ideologia alienadora em maior ou menor grau.

No caso particular que analisamos - a historiografia brasileira - podemos verificar como é uma produção feita por intelectuais orgânicos do escravismo ou do capitalismo dependente que o sucedeu, com o objetivo ideológico de barrar as populações oprimidas, através da discriminação racial. Durante os anos em que essa produção se verificou a sociedade brasileira teve nesses historiadores os municiadores de uma história que, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, refletia os interesses das estruturas de poder dominantes, municia-va-as de combus-

tível ideológico e contribuía para que se tivesse uma visão alienada dos verdadeiros agentes históricos que impulsionavam a dinâmica emergente da sociedade brasileira.

De Frei Vicente do Salvador a Oliveira Vianna, os nossos historiadores retiram créditos da grande, senão fundamental, contribuição do negro (social, cultural e economicamente) colocando-o ou como animal de tração, bárbaro ou biologicamente inferior. Toda essa produção serviu e serve para manter essas populações' desestruturadas etnicamente, em função da imagem desfigurada que os historiadores apresentam. Desta maneira, a historiografia abandona o seu papel de ciência para transformar-se em um instrumento ideológico das nossas elites racistas dominantes.

Uma visão crítica sobre o assunto está surgindo por parte de setores universitários e elementos de diversos movimentos negros ora em atividade no Brasil e que estão procurando desviar a nossa produção historiográfica desse caminho alienador e repor os acontecimentos históricos no seu devido lugar, resgatando, com isto, o papel social, político, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e desenvolvimento do Brasil.

uma corrente revisionista que apenas se inicia. mas tende a aumentar à medida que a sociedade' brasileira. através dos seus setores dinâmicos. avançar no sentido de criar em nosso país uma democracia social, política e econômica que terá o seu coroamento com uma democracia racial.

O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: A ACUMULAÇÃO PARA A METRÓPOLE E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NEGROS

Espaço Socialista

O objetivo desse texto é abordar brevemente duas questões relativas ao trabalho escravo empregado no que hoje chamamos de Brasil: a utilização majoritária da renda auferida com o sistema escravista (venda de escravos, produção desse trabalho compulsório) para a acumulação na Europa – portanto, não se destinava a formação de uma burguesia interna; e a relação subjetiva do trabalhador escravo negro com a escravidão.

Partimos da compreensão de que a escravidão por aqui era parte do que o marxismo chama de acumulação primitiva do capital, ou seja, a produção derivada do trabalho escravo não era destinada ao mercado interno, mas ao mercado europeu, servia a acumulação para a metrópole. A combinação de venda de escravos, trabalho escravo e produção voltada para a exportação formam os elementos essenciais desse processo de acumulação.

A acumulação com o lucro resultante do comércio de escravos era fabulosa, constituindo-se como uma atividade econômica das mais lucrativas. Para se ter uma idéia o escravo negro era um dos principais produtos de importação do Brasil no final século XVIII: "O ramo mais importante do comércio de importação é, contudo, o tráfico de escravos que nos vinham da costa de África: representa ele mais de uma quarta parte do valor total da importação, ou seja, no período 1796-1804, acima de 10.000.000 de cruzados, quando o resto não alcançava 30.000.000". Prado Júnior (História econômica do Brasil, p.116). Ainda segundo caio Prado Júnior, no final do século XVIII e início do XIX, o total de escravos que desembarcavam por aqui era cerca de 40.000 por ano. Dá para se ter idéia do potencial do aumento do capital de comerciantes que se dedicavam ao tráfico negreiro.

Em relação às taxas de lucro do que se produz com a utilização do trabalho escravo dá para supor que eram elevadíssimas. O fato de os esca-

vos serem submetidos às piores condições de trabalho e de subsistência faz com que o tempo do trabalho destinado à satisfação de suas necessidades (tempo de trabalho necessário) seja reduzido a um curto intervalo de tempo e conseqüentemente o tempo de trabalho excedente constitui quase a totalidade de sua jornada de trabalho que não raro ultrapassava 15 horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados.

Ao comércio de homens e mulheres como escravos e a utilização em larga escala do trabalho escravo agrega o fato de que a produção era de monocultura de matérias primas e que ela estava essencialmente voltada para a metrópole onde servia para a formação das fortunas. Ou seja, o que se produzia era voltado quase que exclusivamente para a exportação. Esse era o “sentido da colonização”: “Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante, depois, algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso” (Caio Prado, Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. p. 31-32)

A expansão ultramarina, portanto, não era resultado do desejo da Nobreza, mas uma necessidade histórica que se colocava para responder às pressões econômicas do novo sistema social que surgia das cinzas da sociedade feudal. Assim, essa relação que a metrópole estabeleceu com a colônia portuguesa foi fundamental para a consolidação da acumulação primitiva do capital e foi a que deu bases para o financiamento do capitalismo industrial nos séculos seguintes no continente europeu.

O processo de acumulação do capital (assim como em outras de suas fases) ocorre em base a uma super exploração do trabalho, mas esse processo não aconteceu sem resistência por parte dos trabalhadores negros escravizados. Historiadores apontam várias formas de resistência, entre elas a que ficou mais conhecida pela complexidade de sua organização econômica e social, os quilombos.

Há, no entanto, historiadores que minimizam o processo de resistência apontando que sequer a relação entre senhores escravocratas e escravos era negociada e, portanto livre de violência. E mesmo quando havia alguma forma de violência essa era considerada como justa pelos próprios escravos, ou seja, os castigos eram como lições pedagógicas. Uma das conclusões que podemos tirar dessas concepções historiográficas (reconheço que há diferenças entre eles) é que há uma acomodação e aceitação por parte do escravo de sua condição, ou seja, um escravo dó-

cil porque tem um senhor generoso. Prevalece nessa tese a coexistência pacífica entre ambos.

De acordo com essa concepção, por parte do escravo havia uma consensualidade na escravidão, um acordo entre escravos e escravocratas. Esse consenso fazia com que o escravo pudesse se sentir não como instrumento, como coisa, mas como ser humano que se deixa levar pela passividade e aceita os desígnios de ser submetido à escravidão.

O absurdo da tese consensualista está no fato de que entre o homem que escraviza e o escravizado há uma relação contratual, com direitos e garantias para as duas partes. E como sabemos uma relação contratual só pode ocorrer entre homens livres, o que de fato desmonta a tese do consenso. O uso do chicote para impor a vontade do escravocrata é outro elemento que desmonta a tese de que havia qualquer forma de consenso entre senhores e escravos.

Penso ser impossível, pelas necessidades da acumulação primitiva do capital, qualquer relação de consensualidade ou mesmo de “pacto social” entre escravos e escravocratas. A violência (em todas as suas formas) ao extremo é a explicação plausível para entendermos como um sistema de apropriação de trabalho alheio tão cruel tenha durado tanto tempo. “Para explicar o caráter repressivo e violento das relações escravistas de produção é necessário compreender que o escravismo é um sistema de produção de mais-valia absoluta, sistema esse no qual a mercadoria aparece imediata e explicitamente como produto da força de trabalho alienada. Aliás, o escravo é duplamente alienado, como pessoa, enquanto propriedade do senhor, e em sua força de trabalho, faculdade sobre a qual não pode ter comando. O escravo é obrigado a produzir muito além do que recebe para viver e reproduzir-se; e não dispõe de condições para negociar, nem o uso da sua força de trabalho, nem a si mesmo. Esse é o fundamento do caráter repressivo e violento do escravismo” Octávio Ianni.

Para Gorender, o que havia era uma adaptação, que não quer dizer passividade. No processo de resistência (que se manifestava em diversos aspectos da vida social) a “adaptação para seguir sobrevivendo” tornava-se uma forma de resistência. Mesmo que tenham nascido e morrido na condição de escravos isso não quer dizer que tenham aceitado tal condição. Essa resistência, por exemplo, podia se manifestar no relaxamento no trabalho, trato danoso para com os animais das fazendas, a sabotagem, etc. Para esse autor, a resistência era parte ativa do cotidiano dos escra-

vos. Essa forma de resistência não se tratava exatamente de uma escolha, mas o que em muitos casos era o possível diante das condições objetivas impostas, uma vez que a elite colonial brasileira impunha aos escravos uma severa repressão a toda forma de rebelião. Assim, a adaptação não era uma acomodação, mas uma forma de resistência possível.

Destaco essa forma de resistência para ressaltar que a luta dos escravos contra a sua condição era permanente e cotidiana. Mas também merecem destaque todas as formas de resistência, em especial a que se organizava nos quilombos e ainda mais especial a dos Palmares, que questionava não só a escravidão, mas que colocou em xeque todo o modelo econômico implementado pela Coroa. Por isso o ódio particular da elite escravocrata brasileira contra esses resistentes quilombolas.

É importante compreender e dar valor a todos esses processos de resistência porque significa que entendemos que se o sistema escravocrata, pelas condições objetivas, conseguiu coisificar o seu ser social, graças a resistência que os milhões de escravos exerceram durante todos esses anos, os senhores escravocratas não conseguiram coisificar a sua subjetividade.

Graças a essa subjetividade os escravos conseguiram continuar as suas lutas e essas mesmas lutas que os escravos travaram durante séculos conquistaram o fim do trabalho compulsório. Mas sabemos que isso não significou o fim das condições precárias de vida, pelo contrário, vários aspectos de nossa vida denunciam que a verdadeira liberdade do trabalho ainda está por vir. E isso só vai acontecer quando nós trabalhadores conquistarmos o fim da escravidão assalariada.

AS PALAVRAS COMO REPRODUÇÃO DO PRECONCEITO

Os temas relativos ao racismo e a escravidão são muito sensíveis porque neles, se por um lado significa poder conhecer o papel dos trabalhadores negros e suas lutas pela libertação, por outro lado também nos deparamos com práticas que são preconceituosas e até racistas. A história brasileira que aparece nos livros, meios de comunicação, etc é aquela forjada pela classe dominante branca, da qual a ideologia dominante impõe sobre todos nós modos de agir que em muitas ocasiões terminamos por utilizar palavras e expressões que reproduzem a idéia

de que tudo que é preto ou negro sempre está associado a algo ruim ou negativo.

As palavras têm um significado que foi sendo construído historicamente e essa construção, via de regra, obedece a interesses político ideológicos da classe dominante, uma vez que as palavras -assim como a linguagem- também se constituem como instrumento de dominação dos exploradores.

A expressão “a coisa tá preta” é uma dessas em que logo se assemelha a situações difíceis, ruins, seja na vida ou mesmo na situação política do país. Poderíamos também falar da expressão consagrada pelo filme Star Wars “o lado negro da força” utilizada como forma de exprimir que um dos personagens passou para o lado do mau.

Outra palavra muito utilizada é o verbo “denegrir”, geralmente utilizado para desqualificar a reputação de alguém e como o significado dela nos dicionários é tornar negro, escuro; enegrecer, escurecer, logo é feita a associação negro e desqualificação, negatividade se torna seu sinônimo.

Às vezes até utilizamos essas palavras sem saber o seu significado e o papel que têm, de reproduzir a linguagem dos dominadores, mas é preciso que fiquemos cada vez mais atentos para, na nossa prática militante, não reproduzamos tais preconceitos. Esses são apenas alguns exemplos relativos à questão racial. Há outros termos que se referem a mulheres, homossexuais e etnias, expressões estas que também merecem a nossa repulsa. Texto originalmente publicado no sitio <http://espacosocialista.org/portal/?p=261>

CONTRAPOSIÇÕES, INICIATIVAS E QUEBRA DA REPRODUÇÃO DE CONCEITOS RACISTAS

Herlom Miguel e Diego Lustosa

O racismo é o preconceito contra um grupo racial distinto, fazendo com que o grupo opressor construa mecanismos de distanciamento e de controle sobre outro grupo racial. O racismo cria mitos, padrões, formatos, critérios, etc. Esses elementos juntos conformam-se em valores morais e estéticos, formalizando o que é certo e o que não é, o que é bonito e o que é feio, o que deve ser aceito e o que deve ser repudiado. Não é necessário entrar no debate já superado sobre o conceito de raça biológica. Todos sabemos que, do ponto de vista biológico, as raças não existem. Reivindicamos a raça negra sob critério político, de um segmento étnico no Brasil, em sua maioria afrodescendentes que sofreram e sofrem preconceito e discriminação.

O racismo constrói leis, regras e mecanismos para manter o poder político e econômico, em detrimento da raça oprimida. Conforme Lênin, “o Estado é a organização especial de um poder: é a organização da violência”. A Universidade, na qual entram os filhos das elites, que são os das melhores escolas particulares, que por uma naturalização perversa são os filhos dos não-negros. A televisão, que prefere “gente bonita” que obedece a um padrão de beleza europeu, que é necessário para aparecer na mídia; logo, o padrão negado – o negro, no caso do Brasil -, não estará na televisão. Obviamente existem exceções, existe um ou outro negro que se adapta ou adéqua ao padrões para adquirir aceitação. Enfim, o racismo é um mecanismo perverso de manutenção de hegemonia, para exercê-lo é fundamental conseguir preponderância, coisa que hoje a população negra não possui. Não existem leis, regras, universidades, política, normas que fortaleçam uma dominação negra contra um segmento dominado.

O preconceito, por sua vez, é um juízo preestabelecido, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas, lugares ou culturas consideradas diferentes. O ser humano tenta de forma equivocada estabelecer conceitos sobre coisas das quais desconhece, ou conhece superficialmente. Reproduzir o preconceito é um equívoco irrefletido.

As opressões sempre são geradas a partir de um movimento em cadeia, responsável por sua perpetuação. Três atores são fundamentais na constituição da opressão racial: o ser hegemônico, que organiza a opressão; o emissor da opressão; e o receptor oprimido. Dois dos maiores emissores do racismo, Demétrio Magnoli e o deputado federal Jair Bolsonaro, repetem que todos os avanços das políticas afirmativas criam uma sociedade dividida em raças. É bastante cômico, pois não fomos nós quem criamos a sociedade racializada, ela foi construída com tijolos sólidos pelos não-negros. Existindo esta sociedade racializada, utilizamos o conceito político de raça para exigir reparação. No final, percebemos que não debater a divisão racial da economia é manter as estruturas como estão, o que não é nada ruim para a elite hegemônica, que no Brasil é formada por não-negros.

Nesse sentido, a ministra Matilde Ribeiro ousou ao afirmar que “não é racismo quando um negro se insurge contra um branco”. E disse ainda: “A reação de um negro de não querer conviver com um branco, eu acho uma reação natural. Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou”. Entendemos que a declaração da ministra aponta na direção de desconstruir a ideia de um racismo às avessas, uma vez que a prática racista apóia-se em um tripé político-econômico-étnico, inacessível ao trabalhador negro. O racismo é uma prática eminentemente política, interessante a uma elite branca que oprime política e economicamente. É importante ressaltar essas dimensões política e econômica do ato racista, pois existem os milhões de brancos brasileiros descendentes de imigrantes europeus pobres que vieram trabalhar na lavoura do café no fim do século XIX, após a abolição da escravatura, e que mais tarde, no veloz processo de urbanização e industrialização do país no século XX, com o declínio da economia cafeeira, migraram para as grandes cidades e transformaram-se nos operários oprimidos pela mesma hegemonia racista, que de tão abrangente afeta também o branco pobre. Portanto, é preciso revelar a luta de classes, em que há uma elite branca opressora e uma imensa massa oprimida, em grande maioria negra, mas que também incorpora os não-negros que historicamente sofreram o êxodo rural e os descendentes dos povos indígenas, que tiveram suas terras violentamente roubadas. O brasileiro trabalhador que discrimina seu companheiro negro reproduz irracionalmente o discurso do ser hegemônico, que organiza, legitima e dissemina a opres-

são racial e a falsa inferioridade do povo negro.

Ainda abordando o “racismo às avessas”, podemos citar o caso do bloco afro Ilê aiyê, que sofreu muitas acusações de promover essa atitude. O bloco surgiu em 1974, e desde aqueles dias até hoje tem provocado muita polêmica. Quando surgiu, o jornal “A Tarde” publicou: “Bloco Racista, Nota Destoante”, declarando que “não temos, felizmente, problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro”. Naquela época, os blocos de Salvador faziam um criterioso pente-fino com foto, endereço e faixa salarial para acessar ou não um bloco de carnaval pago. De lá para cá algumas coisas mudaram. O Bloco ganhou notoriedade, organizou movimentos, afirmou um povo e propõe a igualdade, a seu modo, empurrando o dedo na ferida. Mesmo com fama e prestígio, o Ilê Aiyê representa as cotas no Carnaval, na festa onde os trabalhadores negros trabalham para os brancos beijarem-se e divertirem-se. Para acessar o Ilê o critério não é meramente econômico, até porque se fosse assim excluiria a população negra. O critério para acessar o Ilê aiyê é racial, é político, utiliza um mecanismo de combate ao racismo que se chama “discriminação positiva”: discriminar para dar entrada aos excluídos. O seu principal objetivo é fazer luta. Com certeza, um dia o Ilê se abrirá, mas quando houver igualdade.

O sentido de políticas afirmativas, como a do Ilê, é corrigir as desigualdades historicamente construídas, não criar um novo apartheid. O povo negro não deseja incitar o ódio ou a segregação, como afirmam os servos midiáticos da elite, mas protagonizar o processo de libertação dos trabalhadores oprimidos. “A grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos é libertar-se a si e aos opressores,” como anunciou Paulo Freire. Isso só se torna possível quando os oprimidos lutam para libertar-se da situação de opressão em que vivem e modificar as estruturas do sistema opressor, que permite a violência do dominador, para que ninguém mais seja oprimido. Até porque, caso contrário, a luta não teria sentido, pois seria apenas uma troca de elites.

O problema da ação do capital no Brasil se dá principalmente em detrimento da população negra. Para Marx, “a história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”. A luta de classes no Brasil está intrinsecamente ligada à luta anti-racista. É necessário organizar uma contra-ofensiva, não orientada pelo ódio – inútil à revolução –, mas norteada pela consciência da luta de classes e pela revolta contra esse modo

indigno, desumano e injusto de organização social, promovido pela elite branca contra o trabalhador, especialmente o trabalhador negro. Não perdemos de vista que “o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor”, como afirmou Che.

A tarefa é árdua, mas a vitória virá! Evidentemente, nós, negros e negras organizados, devemos dialogar nossas pautas cotidianamente com os setores que fazem a luta. Existem muitos aliados não-negros, por isso militantes da esquerda, movimentos sociais, dos direitos sexuais e das mulheres devem permanecer unidos.

Tendo em vista os aspectos observados, percebemos que os negros muitas vezes até reproduzem o preconceito que eles sofrem, mas isso não pode ser chamado de racismo. Mesmo assim, qualquer tipo de preconceito é nocivo, perverso e deve ser extirpado das relações humanas. O preconceito racial deve ser denunciado e excluído de toda forma de ação do Estado ou política pública. Para tal, nos organizemos duramente contra esse mal! Recordando o grande Luther King, “devemos aceitar a decepção finita, mas nunca perder a esperança infinita.”

A LUTA PELA HEGEMONIA: UMA PERSPECTIVA NEGRA

Valdisio Fernandes

O Estado sempre expressa e representa a dominação política-ideológica de uma classe sobre outras. Na sociedade brasileira, representa os interesses da burguesia, assegurando a manutenção e reprodução do sistema econômico capitalista, a hegemonia do capital.

Gramsci compreende o Estado como incluindo a sociedade civil, definindo-o assim:

“A noção geral de Estado inclui elementos que precisam ser relacionados à noção de sociedade civil: o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras, hegemonia coberta com a armadura da coerção”.

Enquanto em Marx o momento da sociedade civil coincide com a base material (contraposta à superestrutura onde estão as ideologias e as instituições), para Gramsci o momento da sociedade civil é superestrutural:

Nas superestruturas da sociedade são identificados dois grandes níveis – o que devemos chamar de nível da “sociedade civil”, quer dizer o conjunto dos organismos comumente chamados “privados”, como igrejas, escolas, sindicatos, associações etc. O outro é o da “sociedade política” ou do Estado: aparelho coercitivo que assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou de economia em um momento determinado. Obviamente essa não é uma distinção orgânica, mas sim metódica. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de “hegemonia” que grupos dominantes exercem sobre a sociedade e, de outro, àquela de “dominação direta” ou de comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico”. [1]

Em Gramsci, a “sociedade civil” é o lócus fundamental de formação e difusão da hegemonia. É o centro nevrálgico onde as classes lutam para conquistar direção política, capacitando-se e acumulando forças para a conquista e o exercício do poder.

Na sociedade civil surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, culturais, religiosos e ideológicos. É onde formam-se as demandas dirigidas ao sistema político, que precisa respondê-las. Os sujeitos desses conflitos são as classes sociais através de várias formas de associação que os indivíduos fazem entre si, manifestando seus interesses por meio de organizações e movimentos diversos. A incapacidade das instituições de dar respostas e a impossibilidade do Estado de atendê-las – por limitações econômico-financeiras ou de ordem político-ideológicas, de preservação dos interesses das classes dominantes – pode conduzir à crise de governabilidade e a continuidade desta gerar uma crise de legitimidade. A crise do Estado é resultante de uma crise de hegemonia, uma quebra na aptidão das classes dominantes de manter a direção política.

As ideologias disseminadas se tornam “partidos”, entram em conflito e em confrontação até que pelo menos uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, se propagando por toda a sociedade civil. [2]

É à rede estratégica da sociedade civil que se atribui a manutenção da hegemonia capitalista em uma democracia política, em que as instituições estatais não excluem ou reprimem diretamente as massas. Contudo, as condições normais de subordinação ideológica das massas – a rotina diária da democracia burguesa – são elas próprias constituídas por uma força silenciosa e ausente que lhes dá o seu valor: o monopólio da violência legitimada pelo Estado. Desprovido dessa força, o sistema de controle cultural seria instantaneamente fragilizado, caso os limites das ações possíveis contra ele desaparecessem.

“Gramsci atribuía à cultura, à superestrutura, uma dimensão política que foi subestimada pelo marxismo ortodoxo – muito preso ao determinismo econômico. Compreendeu e valorizou a cultura e seu papel não só na transformação da sociedade, mas também na conservação. Essa valorização é um dos momentos constitutivos do seu conceito de hegemonia. Em Gramsci, hegemonia não é apenas direção política, mas também cultural, isto é, obtenção de convencimento / consenso para um universo de valores, de normas morais, de regras de conduta” [3].

Em uma democracia burguesa, o Estado constitui apenas a trincheira avançada da sociedade civil hegemônica pela ideologia dominante, que pode resistir a sua destruição. A sociedade civil se torna o núcleo central ou a casamata da qual o Estado é apenas a superfície externa.

A tarefa principal dos militantes socialistas – na realidade política atual – não é a de combater um Estado armado, mas converter ideologicamente o proletariado para libertá-lo das mistificações capitalistas – afirmar a identidade de classe, a ideologia socialista, desenvolvendo o acúmulo de poder a partir da formação de uma consciência crítica. No curso da “Guerra de Posição”, devemos conquistar espaços políticos orgânicos na sociedade civil e criar novos organismos com o avançar da luta política.

Assim há necessidade de “absorver” as forças sociais aliadas, estabelecendo compromissos com a finalidade de criar um bloco histórico político-econômico homogêneo sem contradições internas, capaz de desenvolver em um segundo momento a “Guerra de Movimento”, efetivando a alteração real do poder político e da ideologia dominante. Com isto, Gramsci contrapõe a “hegemonia do proletariado” à fórmula da “ditadura do proletariado”, refletindo uma ruptura importante com a doutrina revolucionária russa.

Historicamente, o desenvolvimento de qualquer crise revolucionária necessariamente desloca o elemento dominante, no seio da estrutura do poder burguês, da ideologia para a violência. A coerção torna-se ao mesmo tempo determinante e dominante em uma crise limite. O poder capitalista pode, neste sentido, ser visto como um sistema topológico com um centro “móvel”: em toda crise, assiste-se a um deslocamento objetivo e o capital, deixando de lado seus aparelhos representativos, se reconcentra em torno dos seus aparelhos repressivos.

UMA PERSPECTIVA NEGRA

Ao não reconhecer o papel do trabalho negro como elemento estruturador e definidor do caráter da sociedade gestada no Brasil, a esquerda tradicional se incapacitou para entender os desdobramentos institucionais, econômicos, sociais e ideológicos existentes no país.

A questão negra é um elemento central na interpretação da realidade brasileira. A explicação do processo de acumulação de capital no Brasil passa, inevitavelmente, por uma análise histórica da participação preponderante do povo negro como força produtiva ao longo do desenvolvimento do modo de produção escravista, na construção das riquezas do país.

“O drama humano intrínseco à Abolição condenou a massa dos ex-escravos e dos libertos à própria sorte, como se fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção. O advir da República, vinculada à desagregação da produção escravista e da ordem social correspondente, não assimilava o negro e o liberto como categorias sociais. Tratava-se de um novo regime das elites, pelas elites, para as elites”. [4]

Foi realizada uma “revolução passiva”, segundo o conceito desenvolvido por Gramsci. A classe dominante, reprimindo e excluindo os “de baixo”, empreende processos de renovação “pelo alto”, autoritários ou ditatoriais, impedindo com isto, que eles sejam protagonistas nos processos de transformação. O primeiro censo do período republicano revela que, de 14 milhões de habitantes, 8 milhões eram afrodescendentes.

Como trabalhador assalariado, a sociedade de classes incorpora o negro ao sistema de trabalho, à estrutura social do modo de produção capitalista, integrando-o ao proletariado. Nessa condição o negro pode ser duplamente revolucionário – como negro e como proletário. Se não conta com razões para defender a ordem existente, há muitos motivos para negá-la, destruí-la e construir uma ordem nova. [5]

Afirmamos o caráter estratégico da organização do povo negro para engendrar uma sociedade sem dominação de raça, de gênero e sem dominação de classe. Estas duas polaridades – a classe e a raça combinadas – podem constituir-se em forças centrífugas à ordem existente. A raça é o fator que em um contexto de confrontação poderá levar mais longe, em extensão e profundidade, o padrão de democracia que corresponderá às exigências da situação brasileira. O povo negro deve emancipar-se coletivamente, concebendo a interação de sua condição racial com a condição de força produtiva, construindo objetivamente uma via para transformar o país.

Aprendemos com a teoria gramsciana que nenhum movimento real adquire repentinamente consciência de sua totalidade, mas somente por meio de experiências sucessivas, quando toma consciência pelos fatos, de que nada do que é, é “natural”, mas que tudo existe porque existem certas condições que lhe dão materialidade. É com a consciência da totalidade que o movimento se aperfeiçoa, perde as características de “simbiose”, se torna verdadeiramente independente, no sentido de que para ter determinadas conseqüências cria as premissas necessárias, empenhando todas as suas forças.

Em consonância com a interpretação da realidade brasileira hoje, o pamar de nossa luta situa-se na radicalização da democracia, procurando expandi-la para além dos limites da institucionalidade vigente. A luta pela hegemonia deve articular, interligar a busca pela concretização da “cidadania social” à política, colocando a generalização da cidadania negra como o objetivo central da luta democrática.

Este é o nosso desafio: a construção de um projeto contra-hegemônico à ideologia, à lógica, ao sistema econômico capitalista. O acúmulo de forças na sociedade civil, tendo como norte a emancipação social e política do povo negro e a construção de uma sociedade socialista, multiétnica no Brasil.

REFERÊNCIAS

[1] GRAMSCI, Antonio. “Gramsci – Poder, Política, e Partido”, São Paulo, Editora Brasiliense, 1990

[2] Idem.

[3] COUTINHO, Carlos Nelson. Entrevista à Folha de São Paulo / caderno “Mais!”, 21/11/1999.

[4] FERNANDES, Florestan. “Significado do Protesto Negro”, São Paulo, Cortez Editora / Autores Associados, 1989.

[5] Idem.

POR QUE O FEMINISMO TEM QUE SER ANTI-RACISTA

Liliane Oliveira

A discriminação racial é um dos pilares das desigualdades do país e ainda persiste a divisão da sociedade entre a “Casa Grande” e a “Senzala”, o “sinhôzinho” e a “mucama”, a falsa democracia racial que estrutura privilégios de uma pequena parcela em detrimento da maioria absoluta da população. O racismo é estruturante na sociedade capitalista e patriarcal e, no processo de histórico de construção da nação brasileira, o povo negro sempre esteve às margens da sociedade, colocado no centro de teorias higienistas que ainda prevalecem, a exemplo das ações de criminalização da pobreza e genocídio da juventude negra.

A divisão sexual do trabalho é base material da opressão e desigualdades, as dimensões de classe, raça e gênero são entrelaçadas neste engenhoso sistema de exploração e acumulação de riqueza. A população negra foi colocada historicamente numa condição subalterna na sociedade, tendo seu papel na construção da identidade nacional invisibilizado. As lutas feministas e antirracistas contribuem de forma decisiva para a alteração dessas relações de poder e construção de igualdade.

As práticas do passado escravagista ainda estão presentes, vivas no imaginário popular e na mídia sexista, assumindo contornos cada vez mais nefastos na vida das mulheres negras. A hierarquização do mundo no que tange classe e raça nos coloca na base da pirâmide social, ocupações mais precarizadas e de baixa especialização, um contingente populacional que apresenta os piores indicadores sociais.

A história das lutas sociais feminista e antirracista no Brasil é marcada por ações que visam a erradicação das discriminações por gênero e raça da estrutura do estado brasileiro, além de buscar a superação das desigualdades através da ampliação de direitos e fortalecimento da democracia.

O feminismo e antirracismo são teorias e prática política, disputa de valores para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com essa perspectiva vêm à tona elementos decisivos na compreensão dos

desdobramentos do patriarcado racista e sexista.

O mundo da beleza e cosméticos comercializa um ideal inalcançável e é um dos exemplos mais contundentes da mercantilização da vida e do corpo das mulheres negras; além de ditar um padrão de beleza branco, magro e de “traços finos”, tudo o que se refere às mulheres negras é tratado como “afro”, massificado e normatizado. Outro exemplo é no que tange a divisão das mulheres entre santas e profanas e do controle sobre sua sexualidade; as mulheres negras estão associadas ao profano, sexual e brutalmente erotizado, conceitos reforçados pela mídia e grandes corporações que perpetuam ideias sexistas e racistas dos idos do período colonial.

Uma das principais bandeiras que orienta o movimento feminista é a legalização e descriminalização do aborto, pauta que é ordem do dia para diversos setores e que representa a luta da autonomia das mulheres pela garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos. O aborto não é um método contraceptivo, ele é o último recurso para se impedir uma gravidez indesejada. A mortalidade materna em decorrência da prática de aborto atinge distintamente as mulheres jovens, do campo e das periferias das cidades, em sua maioria negras e que recorrem a métodos inseguros para realização do procedimento. O genocídio da juventude negra é acentuado com a criminalização do aborto, já que há uma predominância de mulheres negras que morrem em decorrência de aborto inseguro e à espera de atendimento de urgência nas longas filas dos postos de saúde, que ainda as tratam como criminosas. O Estado é negligente em ações efetivas que combatam essas mortes e contribui decisivamente para o genocídio das mulheres jovens e negras. A clandestinidade do aborto alimenta o mercado das clínicas de planejamento familiar que realizam de forma segura o procedimento mediante o pagamento de valores altos.

A materialidade das desigualdades de gênero, raça e classe recaem sobre as mulheres negras de modo particular e palpável. É possível enumerar alguns fatores que apontam tais desigualdades: difícil acesso aos bens públicos (creches, educação, saúde, transporte público, segurança, etc.), moradia, violência, mercantilização, condições desiguais de trabalho e renda. Essas condições só devem ser alteradas a partir de transformações estruturantes na produção do viver e divisão sexual das tarefas. Com garantia de autonomia e promoção da igualdade, estado laico e

bens públicos que desonerem as mulheres das tarefas do cuidado.

As políticas de Ações Afirmativas, ainda que tardias, precisam ser cada vez mais efetivas e prioritárias nos orçamentos e gestão do Estado, garantindo assim a autonomia, efetivação de direitos e reparação de uma dívida histórica com as mulheres e homens negros em nosso país.

RACISMO E CULTURA

Frantz Fanon

A reflexão sobre o valor normativo de certas culturas, decretado unilateralmente, merece que lhe prestemos atenção. Um dos paradoxos que mais rapidamente encontramos é o efeito de ricochete de definições egocêntricas, sóciocêntricas. Em primeiro lugar, afirma-se a existência de grupos humanos sem cultura; depois, a existência de culturas hierarquizadas; por fim, a noção da relatividade cultural.

Da negação global passa-se ao reconhecimento singular e específico. É precisamente esta história esquartejada e sangrenta que nos falta esboçar ao nível da antropologia cultural.

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, vividas por homens determinados, no quadro de áreas geográficas precisas que, num dado momento, sofreram o assalto directo e brutal de esquemas culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social assim aparecido autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho, mais gigantesco, de escravização económica e mesmo biológica.

A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável.

A moderna teoria da ausência de integração cortical dos povos coloniais é a sua vertente anatómico-fisiológica. O surgimento do racismo não é fundamentalmente determinante. O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais quotidiano, para dizemos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada.

Estudar as relações entre o racismo e a cultura é levantar a questão da sua acção recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo.

Contudo, este elemento cultural preciso não se enquistou. O racismo não pode esclerosar-se. Teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia. Teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava.

Como as Escrituras se revelaram insuficientes, o racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar no biológico a base material da doutrina. Seria fastidioso lembrar os esforços empreendidos nessa altura: forma comparada do crânio, quantidade e configuração dos sulcos do encéfalo, características das camadas celulares do córtex, dimensões das vértebras, aspecto microscópico da epiderme, etc.

O primitivismo intelectual e emocional aparecia como uma consequência banal, um reconhecimento de existência.

Tais afirmações, brutais e maciças, dão lugar a uma argumentação mais fina. Contudo, aqui e ali, vêm ao de cima algumas ressurgências. É assim que a “labilidade emocional do Negro”, “a integração subcortical do Árabe”, “a culpabilidade quase genérica do Judeu”, são dados que se encontram em alguns escritores contemporâneos. Por exemplo, a monografia de J. Carothers, patrocinada pela OMS, exhibe, a partir de “argumentos científicos”, uma lobotomia fisiológica do Negro de África.

Estas posições sequelares tendem, no entanto, a desaparecer. Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objecto do racismo é, não discriminar o homem particular, mas uma certa forma de existir. No limite, fala-se de mensagem, de estilo cultural. Os “valores ocidentais” unem-se singularmente ao já célebre apelo à luta da “cruz contra o crescente”.

Sem dúvida, a equação morfológica não desapareceu completamente, mas os acontecimentos dos últimos trinta anos abalaram as convicções mais firmes, subverteram o tabuleiro de xadrez, reestruturaram um grande número de relações.

A lembrança do nazismo, a miséria comum de homens diferentes, a escravização comum de grupos sociais importantes, o surgimento de “colónias europeias”, quer dizer, a instituição de um regime colonial em plena Europa, a tomada de consciência dos trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, tudo isto alterou profundamente o aspecto do problema.

Temos de procurar, ao nível da cultura, as consequências deste racismo.

O racismo, vimo-lo, não é mais do que um elemento de um conjunto mais vasto: a opressão sistematizada de um povo. Como se comporta um povo que oprime? Aqui, encontram-se constantes.

Assiste-se à destruição dos valores culturais, das modalidades de existência. A linguagem, o vestuário, as técnicas são desvalorizados. Como dar conta desta constante? Os psicólogos que tem tendência para tudo explicar por movimentos da alma pretendem colocar este comportamento ao nível dos contactos entre particulares: crítica de um chapéu original, de uma maneira de falar, de andar ...

Semelhantes tentativas ignoram voluntariamente o carácter incomparável da situação colonial. Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone.

Para isso, é preciso destruir os seus sistemas de referência.

A expropriação, o despojamento, a razia, o assassínio objectivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados. Desmoronadas, as linhas de força já não ordenam. Frente a elas, um novo conjunto, imposto, não proposto mas armado, com todo o seu peso de canhões e de sabres.

No entanto, a implantação do regime colonial não traz consigo a morte da cultura autóctone. Pelo contrário, a observação histórica diz-nos que o objectivo procurado é mais uma agonia continuada do que um desaparecimento total da cultura preexistente. Esta cultura, outrora viva e aberta ao futuro, fecha-se, aprisionada no estatuto colonial, estrangulada pela canga da opressão. Presente e simultaneamente mumificada depõe contra os seus membros. Com efeito, define-os sem apelo. A mumificação cultural leva a uma mumificação do pensamento individual. A apatia tão universalmente apontada dos povos coloniais não é mais do que a consequência lógica desta operação. A acusação de inércia que constantemente se faz ao "indígena" é o cúmulo da má-fé. Como se fosse possível que um homem evoluísse de modo diferente que não no quadro de uma cultura que o reconhece e que ele decide assumir. É assim que se assiste à implantação dos organismos arcaicos, inertes, que funcionam sob a vigilância do opressor e decalcados caricaturalmente sobre insti-

tuições outrora fecundas...

Estes organismos traduzem aparentemente o respeito pela tradição, pelas especificidades culturais, pela personalidade do povo escravizado. Este pseudo-respeito identifica-se, com efeito, com o desprezo mais conseqüente, com o sadismo mais elaborado. A característica de uma cultura é ser aberta, percorrida por linhas de força espontâneas, generosas, fecundas. A instalação de "homens seguros" encarregados de executar certos gestos é uma mistificação que não engana ninguém. É assim que as djemaas cabilas nomeadas pelas autoridades francesas são reconhecidas pelos autóctones. São dobradas por uma outra djemaa eleita democraticamente. E naturalmente a segunda dita a maior parte das vezes a sua conduta à primeira.

A preocupação constantemente afirmada de "respeitar a cultura das populações autóctones" não significa, portanto, que se considerem os valores veiculados pela cultura, encarnados pelos homens. Bem depressa se adivinha, antes, nesta tentativa uma vontade de objectivar, de encaixar, de aprisionar, de enquistar. Frases como: "eu conheço-os", "eles são assim", traduzem esta objectivação levada ao máximo. Assim, conheço os gestos, os pensamentos, que definem estes homens...

O exotismo é uma das formas desta simplificação. Partindo daí nenhuma confrontação cultural pode existir. Por um lado, há uma cultura na qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura.

Assim, na primeira fase, o ocupante instala a sua dominação, afirma maciçamente a sua superioridade. O grupo social, subjugado militar e economicamente, é desumanizado segundo um método polidimensional.

Exploração, torturas, razias, racismo, liquidações colectivas, opressão racional, revezam-se a níveis diferentes para fazerem, literalmente, do autóctone um objecto nas mãos da nação ocupante.

Este homem objecto, sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático. É neste estágio que aparece o famoso complexo de culpabilidade. Wright² dedicou-lhe nos seus primeiros romances uma descrição muito pormenorizada.

Contudo, progressivamente, a evolução das técnicas de produção, a in-

dustrialização, aliás limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores, impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações económicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo.

Não é, pois, na sequência de uma evolução dos espíritos que o racismo perde a sua virulência. Nenhuma revolução interior explica esta obrigação de o racismo se matizar, de evoluir. Por toda a parte há homens que se libertam, abalando a letargia a que a opressão e o racismo os tinham condenado.

A POLITICA DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA

Voz Operária

1 IMPORTÂNCIA DA PROPAGANDA

A luta ideológica adquire hoje crescente intensidade, que decorre da época em que vivemos, época de aprofundamento da luta entre o sistema socialista e o sistema capitalista. Essa luta não se realiza de maneira uniforme e nem sempre é aberta e declarada. O combate ao marxismo adquire diversas formas. Ao invés de negá-lo pura e simplesmente, seus inimigos procuram apresentá-lo como superado. A defesa do capitalismo é feita indiretamente através da apresentação de “outras soluções” não indicadas pelo marxismo. Daí o surgimento de teorias e teses com roupagens variadas mas com o objetivo único de enganar as massas, mantê-las dominadas e exploradas, desviá-las da luta por uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Essa luta de idéias se realiza, ao mesmo tempo, em todo o mundo. Ela se universaliza, não tem fronteiras e torna-se presente a milhões de pessoas.

Por outro lado, verifica-se uma intensificação da luta ideológica dentro das fronteiras de cada país. No BRASIL, sentimos isso muito de perto, particularmente nos meses que antecederam o golpe de 1964 e nos anos posteriores. O anticomunismo é a principal arma utilizada pelo imperialismo e a reação interna.

A luta de idéias assume um papel de primeiro plano. Por isso o trabalho de agitação e propaganda é mais necessário do que nunca.

2 A FORÇA DAS NOSSAS IDÉIAS

O imperialismo e as classes dominantes são os donos do rádio, da televisão, dos jornais e revistas, em contraste com os limitados recursos que possuímos. A importância dos meios modernos de propaganda é inegável. A desproporção entre os meios materiais de que dispomos, e os da reação é imensa. Mas a essência do problema não reside aí.

Em sua vida cotidiana, as massas gravitam em torno de fatos concretos, de realidades concretas. São os problemas de alimentação, da moradia, do vestuário, do estudo, do transporte, da saúde, etc. São os problemas da liberdade, do direito de ir e vir, de se reunir, de manifestar o pensamento, de reivindicar, etc. A propaganda que pretende negar esses fatos, escamoteá-los ou torcê-los, como faz a propaganda do imperialismo e da reação, está condenada ao fracasso. Cedo ou tarde, essas realidades se refletirão, de maneira mais ou menos correta, na cabeça do homem comum, daí resultando idéias mais ou menos corretas.

Isso não quer dizer que o processo de conscientização das massas seja espontâneo. Menos ainda, que as massas chegarão por si sós, espontaneamente, às posições ideológicas e políticas do Partido. É indispensável que o Partido desenvolva seu trabalho entre as massas para que elas, através da própria experiência, elevem sua consciência política e se incorporem à luta revolucionária.

A nossa propaganda, mesmo com os limitados recursos materiais que utiliza, ou que pode utilizar, leva enorme vantagem sobre a propaganda dos nossos inimigos. Ela tem como arma a verdade dos fatos, a realidade que as massas vivem. A ela cabe apresentar esses fatos, analisá-los, explicá-los, deles tirar as conclusões adequadas, isto é, utilizar a força que a verdade, a realidade, os fatos encerram em si para esclarecer, orientar e mobilizar as massas para a luta em defesa de seus interesses, direitos e aspirações.

Outra arma poderosa de nossa agitação e propaganda é a organização. O partido dispõe de numerosas organizações, de milhares de militantes espalhados por todo o País, organizações e militantes que devem viver e atuar entre as massas, a elas transmitir nossas idéias, distribuir entre elas nossos materiais. Sem possuir veículos como o rádio e a televisão, jornais diários e revistas, nossa propaganda dispõe, no entanto, de mil e um canais próprios para atingir as massas.

3 CONTEÚDO E OBJETIVO DA PROPAGANDA

O conteúdo e os objetivos de nossa propaganda estão sintetizados na Resolução do VI Congresso, quando esta define o caráter da atual etapa da revolução brasileira, os objetivos estratégicos e os aspectos es-

senciais de nossa tática.

Impregnada desses elementos, nossa propaganda deve desenvolver-se no sentido de ganhar a classe operária, as massas trabalhadoras, a maioria de nosso povo para as posições revolucionárias do Partido, retirando-as da influência da propaganda imperialista e reacionária e da ideologia burguesa.

O conteúdo e os objetivos de nossa propaganda não podem ser concretizados como fruto de um trabalho burocrático, acadêmico, livresco. Sua concretização será o resultado de uma atividade dinâmica, viva, realizada no fogo da luta contra a ideologia e a política das classes dominantes.

É na ação ideológica e política de nosso Partido, ação voltada para as massas e junto com as massas realizada, que o conteúdo essencial de nossa agitação e propaganda adquirirá forma adequada e expressão concreta, e que seus objetivos serão alcançados.

4 PROPAGANDA DE LINHA POLÍTICA

Nossa propaganda deve contribuir para fundamentar desenvolver e defender a linha política do Partido. Isso abrange um amplo campo de ação - ideológico e político - e deve ser levado a efeito em estreita ligação com a atividade de todos os dias.

A luta por isolar e derrotar a ditadura, a luta por derrotar o imperialismo e o latifúndio, a luta pela democracia e o socialismo, a luta pela paz mundial são faces de uma política global e única, indissolivelmente entrelaçadas.

Na luta por objetivos parciais desta ou daquela categoria profissional, ou camada social, a propaganda não deve limitar-se aos interesses imediatos dessas categorias profissionais ou agrupamentos sociais. Na medida do possível e de acordo com a situação concreta de cada momento e de cada local, nossa propaganda deve revelar às massas uma perspectiva mais ampla, indicar, além da solução concreta e imediata para o problema em foco, uma solução de conjunto e a longo prazo.

Somente quando feita em estreita ligação com a atividade diária das próprias massas, com a luta pela solução de seus problemas imediatos, nossa propaganda adquire objetividade e desperta interesse, transfor-

mando-se em força mobilizadora. Isto é básico. Mas não é tudo. Nossa propaganda deve contribuir também, de acordo com a situação de cada momento e de cada local, para esclarecer as massas sobre as causas mais profundas dos problemas por elas vividos e sobre a solução que esses problemas exigem, elevando o nível de sua consciência. Será assim que as massas chegarão, através da própria experiência, às posições políticas e ideológicas do Partido.

Texto de orientação para a militância do PCB originalmente publicado no jornal clandestino Voz Operaria editado em 1973.

ANEXOS

ENTREVISTA COM LÉLIA GONZALEZ “NEGRA/O TEM QUE TER NOME E SOBRENOME”

Jornal MNU - Movimento Negro Unificado Lélia, em que o Movimento Negro tem contribuído para a cidadania do negro brasileiro? Gostaríamos que você fizesse um balanço do movimento dos anos setenta até aqui.

Lélia Gonzalez Eu acho que a contribuição foi muito positiva no sentido de que nós conseguimos sensibilizar a sociedade como um todo; levamos a questão negra para o conjunto da sociedade brasileira. Especialmente na área do poder político e nas áreas relativas à questão cultural. [...] E estou pensando, especificamente, nos afoxés e blocos afros pelo papel que eles têm tido de levar essa conscientização para dentro da comunidade negra, embora levem também para fora [...]. Uma coisa muito interessante de a gente observar e tem a ver com um mínimo de consciência de suas raízes, de suas origens culturais. Tanto que o pessoal diz que os negros da Bahia são bonitos. Quando as pessoas dizem isto, não percebem que elas estão se sensibilizando é por uma postura de alguém que sabe que ele é ele mesmo e não um outro, aquele outro determinado pelo poder do branco. E nisso, efetivamente, os blocos afros tiveram uma contribuição fundamental, a ponto de sensibilizarem grandes estrelas da música popular, que não podem deixar de falar nesses blocos afros. [...] Agora, no que diz respeito às questões político-ideológicas, a coisa é séria, a meu ver. O que a gente percebe é que o MNU cutucou a comunidade negra no sentido de ela dizer também qual é a dela, podendo até nem concordar com o MNU. Hoje, a gente verifica que “pintou” uma certa autonomia no que diz respeito a algumas entidades aí pelo Brasil, que articulam áreas de ação que não são, especificamente, aquelas que ficam numa política abstrata, genérica, mas áreas de ação no sentido concreto, dentro da comunidade. Para dar exemplo interessante, me recordo do momento da Constituinte, em Brasília, quando eu atuava enquanto mulher negra dentro do movimento de mulheres, no Conselho Nacional. Havia uma passagem de informações porque o Movimento Negro estava

reunido lá para fazer suas propostas aos constituintes. E eu me recordo que, de repente, chegou uma mulher dizendo assim: “Olha, o Movimento Negro está reunido levantando uma questão incrível, a questão do crime inafiançável com relação à discriminação racial, a gente tem que trazer isso também para nós”. Esse tipo de troca, de contribuição, que para mim era uma coisa abstrata que eu lia nas histórias, por exemplo, do Movimento de Mulheres, do Movimento Negro e do Movimento de Homossexuais nos EUA. E eu verificava uma anterioridade de Movimento Negro na colocação de uma série de questões para o Movimento Feminista que, por sua vez, passou para o Movimento Homossexual e, de repente, você constata isso a partir de sua experiência concreta. Eu acho que isso significa um avanço do Movimento Negro, uma contribuição extremamente positiva. Quer dizer, nós deixamos de ser invisíveis, a verdade é essa. Não dá mais para se ficar escamoteando a questão das relações raciais no Brasil, pois nós estamos aí, de uma forma ou de outra.

Jornal MNU Nós estamos a dez anos do século XXI, com uma população negra em sua maioria analfabeta ou semi-analfabeta, sem preparo profissional nenhum. Quais seriam as tarefas mais importantes do Movimento Negro para a próxima década, já de olho no século da automatização?

Lélia Gonzalez [...] nós temos que estabelecer tarefas dentro de um campo concreto e rapidinho desenvolver uma militância muito ativa junto às próprias comunidades negras espalhadas pelo Brasil. Porque não estamos mais naquele tempo (claro, quando for necessário, tudo bem) de só ficar fazendo manifestaçãozinha de rua, não. Temos que nos voltar para dentro do quilombo e nos organizarmos melhor no sentido de dar um instrumental para esses que vão chegar e vão continuar o nosso trabalho. [...] Hoje a militância se diversifica, e ela é obrigada a se diversificar em face dos terríveis problemas que nós temos pela frente. O pessoal da área de informática dá cursos para o pessoal que não conhece, senta e conversa, mostra como é. Assim você instrumentaliza, por exemplo, o pessoal que vai trabalhar na área de educação. Recordo-me de um papo com Darcy Ribeiro, ele dizendo justamente essa coisa. Eu estava defendendo a oralidade, a cultura oral. E ele dizia que achava válido o que eu estava dizendo, mas que não era suficiente. Porque se não souber ler, dança. [...] Acho que o Movimento Negro tem que pensar seriamente essa questão. E sempre levantamos a questão da educação. [...]

Jornal MNU A tarefa é muito grande, árdua e o sistema não está interessado. Como é que o Movimento Negro se articula, e com quem, para que esta tarefa mínima que é alfabetizar o povo se concretize. O fato de termos hoje governadores negros teria alguma influência, ainda que não tivessem sido eleitos por voto negro explícito?

Lélia Gonzalez A questão dos governadores negros é muito importante. Eles têm um mínimo de poder para desenvolver esse tipo de tarefa, não há dúvida. Eu acho que o Movimento Negro tem que estar junto desses “caras”, tem que pressionar. Eles não podem somente ficar lá dizendo: “Olha, sou o primeiro governador negro eleito”. É importante que eles percebam a tarefa, a exigência ética que eles têm com relação a sua comunidade. E se é uma exigência ética, tem que ser política também, porque as duas coisas se articulam.

Jornal MNU Existem hoje no país algumas centenas de entidades negras. Pulverizamos idéias por esse Brasil afora, mas não conseguimos consolidar um programa mínimo não só para o próprio movimento, como para ser assumido por outros setores da sociedade. Como você avalia isso?

Lélia Gonzalez Nos faltou exatamente esse instrumento de trabalho, uma reflexão crítica muito profunda no sentido dessa articulação aí. Eu acho que nos falta, eu falo isso através de uma vivência e experiência pessoal, um sentido de solidariedade enquanto movimento. [...] A gente percebe que existem algumas exigências éticas, para dentro do movimento, e que o Movimento Negro ainda não tomou consciência delas. Eu acho isso. Essa coisa da solidariedade é fundamental. Falo de uma perspectiva ética, evidentemente, mas estou apontando para o político. E essa solidariedade que vai permitir que você não se envolva com as formas de cooptação que vêm de fora. [...] Em termos de Movimento Negro do Brasil, a nossa proposta não é a mesma do Movimento Negro dos Estados Unidos. ... se nós somos maioria efetivamente, nós temos que lutar pelos nossos direitos, nós não temos que ficar no gueto [...] Nós temos as propostas mais democráticas. É da gente que tem que partir essas propostas de democracia, efetivamente. O sistema funciona justamente no sentido de alijar a maioria, basta você ver, por exemplo, o quadro da classe política: é a mesma coisa desde que o Brasil é Brasil. [...] O sistema tenta nos guetizar, evidentemente, mas nós não podemos aceitar isso, porque ele próprio se coloca pra todo mundo como uma coisa aberta, que não existe,

aqui, discriminação racial, que todos são iguais perante a lei. Mas vamos ter que provar isso mesmo ... A questão da democracia tem muito mais a ver conosco, que somos excluídos, do que com os “caras” que estão no poder, que não estão a fim, evidentemente. E aí entra a questão dos governantes negros, que terão que provar a que vieram, com relação a sua própria comunidade. Eu vejo os fatores do sistema como uma questão muito complicada, porque eles são muito sofisticados. Eles estão à frente de instituições poderosas e você tem que estar muito atento para ver até que ponto você está no jogo. Mas você percebe que muitos companheiros ganham o jogo, se aliam aos fatores (como aconteceu na nossa história, para que não se pense que os fatores agiam sozinhos. Eles tinham seus cúmplices também), e contribuem para essa dispersão, essa falta de perspectiva, para a falta disso que você colocou, um programa mínimo de ação. Eu me lembro da Zezé Mota, por exemplo. Ela fez uma tentativa em sua área de criar aquele catálogo de atores negros. E o que aconteceu? Qual foi o suporte, o apoio que o Movimento Negro deu para a Zezé Mota? Nenhum. [...] E o trabalho dela acaba se transformando em trabalho isolado, e sozinho você não tem forças. [...] Porque no momento em que ninguém me atinge, não está atingindo a uma pessoinha que é a Lélia, está atingindo a mulher negra, é o movimento que está sendo atingido. [...] O feitor de hoje é o grande aliado que chega e bate nas suas costas etc. E que, de repente, está vivendo às custas de nossa comunidade, se dizendo um grande aliado que faz e acontece. [...]

Jornal MNU Você aproximaria aí os conselhos criados já em diversos estados?

Lélia Gonzalez Olha, com relação aos Conselhos, nem tanto. É uma arma de dois gumes. Minha experiência é com o Conselho de Direitos da Mulher, onde nós fomos parar num beco sem saída, porque o Conselho engoliu a gente. Mil propostas, todo mundo querendo trabalhar, fazer e acontecer, o maior entusiasmo. E, no entanto, bastou uma penada de um ministro da Justiça desses aí e acabou tudo. É isso que nós não podemos perder de vista. É claro que nós temos que ter as frentes de trabalho. Como tal, ela é provisória, absolutamente provisória e você não pode esperar grandes resultados dela. [...] São modos que o sistema cria para botar açúcar na boca da gente... E eu fico preocupada é com a disputa que se trava para participar dessas frentes. [...]

Jornal MNU Fale um pouco sobre sua trajetória no movimento feminista.

Lélia Gonzalez No meio do movimento das mulheres brancas, eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando. Agora, na própria fala, na postura, no gestual, você verificava que a questão racial era... Isso a gente já discutiu muito e a experiência mais positiva que eu tive foi num encontro no Bolívia promovido pela MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo), uma entidade internacional que foi criada um pouco antes do encerramento da década da mulher em 1985. Foi ali, pela primeira vez, que eu encontrei um tipo de eco, uma maturidade por parte do movimento, no sentido de parar e refletir sobre as questões que a gente coloca enquanto mulher negra, a dimensão racial que está presente em tudo e você não pode fingir que ela não existe. Mas não há dúvida de que existe um setor do movimento de mulheres que está preocupado com a questão racial. O que eu percebo é que o nosso cultural nos dá elementos muito fortes no sentido da nossa organização enquanto mulheres negras. Uma história que rolou e gera uma grande luta interna com o homem negro, uma questão muito séria dentro do Movimento Negro, um ressentimento muito grande das mulheres diz respeito à sexualidade, porque muitos homens negros preferem as mulheres brancas. Isso é verdade, não dá para você ficar escondendo o sol com a peneira. Eles internalizaram o valor branco como supremo como todos nós, só que a gente está tentando sair dessa. Até algumas lideranças dentro do Movimento Negro só transam com mulheres brancas e isto é uma forma de reprodução do esquema racista, sem sombra de dúvidas. Dentro da proposta do feminismo que a gente está tentando colocar, me parece fundamental não perder de vista a relação homem negro/mulher negra. Não é só a gente se olhar enquanto mulher negra, mas nos vemos na relação com o homem negro, e ele com a gente. Porque tem que ser uma coisa dinâmica, sobretudo porque fazemos parte de uma comunidade que é discriminada pela dimensão racial. E me parece que as respostas de parte a parte, até o momento, não são satisfatórias. De um lado nós temos uma

postura muito machista de parte do homem negro, e eu vejo que a sua procura da mulher branca passa por aí. Pela nossa experiência histórica, juntos (homem negro/mulher negra), a gente se conhece muito bem, há toda uma cumplicidade no que diz respeito ao enfrentamento de uma série de questões. Mas no caso da mulher branca, ela não vivencia essa experiência da discriminação racial. Então acontece que, muitas vezes, os homens negros vão exercer seu machismo junto às mulheres brancas. De certa forma, o homem negro atualiza sua rivalidade com o homem branco na disputa da mulher branca. Ele tem, portanto, uma afirmação muito grande como macho e se acha então o rei da cocada branca. E a mulher negra fica jogada pra escanteio. O ressentimento surge pro aí. Acontece que os dois são muito carentes, há uma profunda carência de parte a parte. Na medida em que, no interior do movimento, nós mulheres constatamos isso, a coisa assume uma dimensão tão forte que, muitas vezes, nos leva a assumir as mesmas posturas do movimento feminista branco. Nós não podemos reproduzir mecanicamente as propostas de um movimento feminista ocidental judaico-cristão etc.

Jornal MNU Quais são essas propostas?

Lélia Gonzalez A questão da sexualidade tem que ser discutida num nível mais amplo e não no nível do orgasmo, pura e simplesmente. Estou propondo um orgasmo muito maior, um prazer e uma felicidade muito maiores. [...] Precisamos assumir uma posição mais equilibrada em termos dessa relação homem/mulher, por que eu não sou mulher sozinha, eu sou mulher com um homem, e é nessa relação que eu vou afirmar a minha “mulheridade”, numa relação de troca com o homem, se não a gente dança. E esses valores da cultura africana estão lá esquecidos no inconsciente da gente, e têm muito a contribuir no sentido do equilíbrio da relação homem/mulher. [...]

Jornal MNU Quando falamos, há pouco, de ética e Movimento Negro, ficaram no ar algumas avaliações da militância que você poderia retomar agora para concluir.

Lélia Gonzalez A questão ética no interior do Movimento Negro e também uma outra questão que se encaixa aí, a da perspectiva histórica. Uma consciência histórica que, de repente, a gente perde, na medida em que nos jogamos com tal intensidade para dentro do movimento, pensando

como nossa contribuição é divina e maravilhosa (e aí entra a questão do narcisismo, que é preciso também exorcizar), a gente acha que vai resolver todas as questões numa vidinha que é a nossa vida. [...] A perspectiva é a de que a gente abra alguns caminhos e a gente tem que ter aí consciência da nossa temporalidade, ou seja, a gente vem e passa, vem e passa no sentido de passar mesmo e passa também a nossa experiência para quem está chegando. Aí é que me parece que os africanos podem nos ensinar muito. Precisamos ter a paciência revolucionária para verificarmos o seguinte: olha, sabe, não queira abraçar o mundo com pernas e braços, porque não dá jeito e, a partir daí, você tem consciência histórica da temporalidade, do processo, o que vai te permitir ter muito mais tranquilidade no que diz respeito a tua inserção no movimento. Você adquire uma sabedoria. Você verifica sua temporalidade, seu tempo de inserção, o que você pode fazer, e tem a humildade de dizer: eu posso dar essa contribuição e darei com todo o carinho, mas eu não sou o único, não sou o salvador da pátria. [...] Graças a essa visão distorcida da realidade, tem ocorrido lutas internas terríveis, cobranças absurdas. [...] E o que acontece, muitas vezes, é que você sacrifica sua existência pessoal em função do movimento e temos verificado quantos companheiros se perderam no meio do caminho. Perderam-se por falta de clareza política, evidentemente, mas também porque jogaram de uma forma tal que, pare eles, a construção de sua própria vida era um negócio tão secundário porque eles estavam apostando única e exclusivamente no movimento. [...] Você tem que ter um equilíbrio. Eu vejo meu próprio caso, eu fui muito assim, é uma autocrítica o que eu estou fazendo também. Eu achava que tinha que estar em todas, me jogando loucamente, e meu projeto pessoal se perdeu muito, agora que eu estou catando os pedaços para poder seguir minha existência enquanto pessoinha que sou. [...] A questão da militância tem que ter esse sentido e aí nós temos que aprender com os nossos antigos, os africanos, esse sentido da sabedoria, esse sentido de saber a hora em que você vai interferir e como você vai interferir, fora desse lance individualista. É importante distinguir o seguinte: projeto pessoal não quer dizer individualismo, não. [...] Agora, no Movimento Negro você não vai crescer se misturar isso. Se misturou, dançou. Você vira fanático, que ninguém agüenta, que ninguém suporta. Acho que isso é fundamental e vai lhe permitir essa reflexão e ainda lhe permitir não cair na sedução da cooptação. [...]

CARTA DE PRINCIPIOS DO COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA ENEGRECER

O coletivo nacional de Juventude Enegrecer é uma expressão do movimento social negro, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo de articulação e formação política, anti-capitalista, anti-racista, anti-patriarcal não lesbofóbica, não transfóbica e não homofóbica objetivando organizar jovens negros e negras, visando a busca da efetiva cidadania da juventude negra brasileira. É um movimento que se soma a todos os demais movimentos sociais progressistas que lutam por outro mundo possível.

O coletivo nacional de Juventude Enegrecer surge como espaço auto-organizado dos jovens militantes negros e negras da Kizomba, corrente política que desde 1999 constrói e disputa os rumos da União Nacional dos Estudantes.

Em setembro de 2009 reunidos na cidade de Salvador – BA nós militantes do “Enegrecer Kizomba” oriundos de diferentes estados definimos pela ampliação do espaço de atuação, não mais nos restringindo a luta política travada no interior do movimento estudantil brasileiro.

Constituímo-nos hoje como parte integrante desta importante trajetória marcada por incansáveis períodos de lutas e participação política que teve início no processo de resistência negra ao regime escravocrata chamado de movimento negro brasileiro.

APRESENTAMOS OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DE NOSSA AÇÃO POLÍTICA.

- **A luta pela liberdade** Compreendemos liberdade como o ato de governar a própria vida sem o mando de outros e o direito à auto-formação da identidade (a liberdade para conformar socialmente a sua própria identidade).

A liberdade é fruto da vigência de um padrão de igualdade entre os cidadãos e cidadãs, no que diz respeito às condições econômico-sociais, pertencimento étnico e de gênero.

- **Combate ao racismo** Compreendemos o racismo enquanto fenômeno que oprime a população negra ampliando as desigualdades, impondo opressões concretas e promovendo exclusões sendo um elemento estruturante das relações que definem o acesso aos recursos, hierarquizam as relações de poder e condicionam pensamentos, idéias e instituições em nossa sociedade.

- **Protagonismo juvenil** O protagonismo juvenil deve priorizar a intervenção comunitária, procurando, com a ação concreta dos jovens negros e negras, contribuir para uma sociedade mais justa, a partir da incorporação de valores emancipatórios, democráticos e participativos por parte dos jovens e da vivência do diálogo e da convivência com as diferenças sociais. Assim, o protagonismo juvenil pressupõe um compromisso com o aprofundamento da democracia.

- **Soberania Popular** O coletivo Nacional de Juventude Enegrecer se soma as forças progressistas no sentido de promover a luta pela efetivação da soberania popular compreendendo a como a ação combinada de princípios e formas para aprofundar e maximizar as dimensões práticas de autogoverno fruto das lutas históricas das classes populares e oprimidas com centralidade na população afrodescendente.

- **Democracia Socialista** Nossos esforços consistem no processo de acumulação de forças que permita a alteração do modelo de democracia hoje vigente de cunho liberal conservador. A concepção de democracia socialista, expressa uma visão radicalmente democrática da superação histórica do capitalismo pelo socialismo. Ela advém da nossa leitura crítica das experiências de transição socialista assim como das experiências contraditórias e muitas vezes, limitadas de superação neoliberal em todo o mundo.

- **Internacionalismo** O internacionalismo é a consciência de uma realidade material: a unificação do mundo pelo capitalismo, o extraordinário crescimento dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o planeta, e a comunidade de interesses dos trabalhadores de todos os países. Um fim histórico criará a possibilidade objetiva para sua unidade internacionalista: a democracia socialista, o poder dos trabalhadores, a abolição

de todas as formas de exploração e de opressão (de classe, sexo, raça ou nação).

- **Feminismo** A luta contra a opressão das mulheres e combate às práticas machistas é parte de nosso programa e dos desafios cotidianos para nossa militância. Reconhecemos e reafirmamos a importância da construção do movimento de mulheres. É a partir dessa dinâmica auto-organizativa que se garantirá um efetivo movimento de liberação e nós constituiremos como parte do “sujeito” histórico de transformação.



ENEGRECER

COLETIVO NACIONAL DE
JUVENTUDE NEGRA

ESCOLA DE QUADROS

